

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
DEPARTAMENTO DE DIREITO**

**MARIA FERNANDA FERREIRA JERÔNIMO**

**TRABALHADOR BOLIVIANO EM SITUAÇÃO IRREGULAR NO BRASIL: UMA  
ANÁLISE SOBRE O TRÁFICO DE PESSOAS E O RECONHECIMENTO DE SEUS  
DIREITOS TRABALHISTAS**

**FLORIANÓPOLIS**

**2013**

Maria Fernanda Ferreira Jerônimo

Trabalhador boliviano em situação irregular no Brasil: uma análise sobre o tráfico de pessoas  
e o reconhecimento de seus direitos trabalhistas

Trabalho de Conclusão apresentado ao Curso  
de Graduação em Direito da Universidade  
Federal de Santa Catarina, como requisito à  
obtenção do título de Bacharel em Direito.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Danielle Annoni

Florianópolis

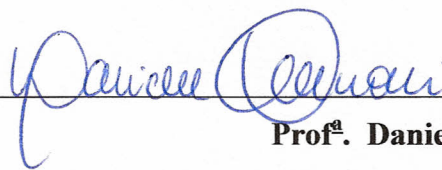
2013

Autora: Maria Fernanda Ferreira Jerônimo

Título: Trabalhador boliviano em situação irregular no Brasil e a efetivação de seus direitos trabalhistas

Trabalho de Conclusão apresentado ao Curso de Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito à obtenção do título de Bacharel em Direito, aprovado com nota 9,0.

Florianópolis/SC, 03 de julho de 2013.



**Prof<sup>a</sup>. Danielle Annoni**

Professora Orientadora



**Prof<sup>a</sup>. Olga Maria Boschi Aguiar de Oliveira**

Membro da Banca Examinadora

**Prof<sup>o</sup>. Ricardo Soares Stersi dos Santos**


Membro da Banca Examinadora

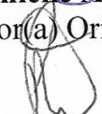
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

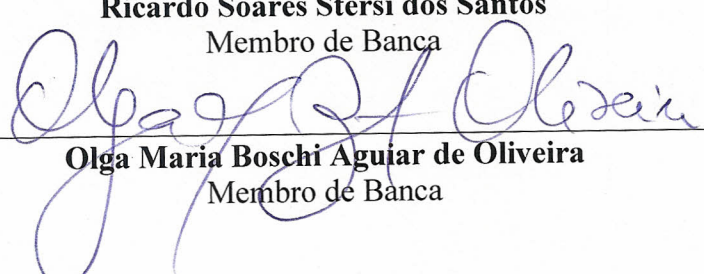
TERMO DE APROVAÇÃO

A presente monografia intitulada "**Trabalhador boliviano em situação irregular no Brasil e a efetivação de seus direitos trabalhistas**", elaborada pelo(a) acadêmico(a) **Maria Fernanda Ferreira Jerônimo**, defendida em **03/07/2013** e aprovada pela Banca Examinadora composta pelos membros abaixo assinados, obteve aprovação com nota 9,0 ( nove ), sendo julgada adequada para o cumprimento do requisito legal previsto no artigo 9. da Portaria n. 1886/94/MEC, regulamentado pela Universidade Federal de Santa Catarina, através da Resolução n. 003/95/CEPE.

Florianópolis, 3 de Julho de 2013.

  
\_\_\_\_\_  
**Danielle Anonni**  
Professor(a) Orientador(a)

  
\_\_\_\_\_  
**Ricardo Soares Stersi dos Santos**  
Membro de Banca

  
\_\_\_\_\_  
**Olga Maria Boschi Aguiar de Oliveira**  
Membro de Banca

O maior prêmio das ações heroicas é fazê-las.

(Sêneca)

## **AGRADECIMENTOS**

Acima de tudo a Deus, esta sabedoria suprema que tanto me ilumina e guia, desobscurecendo meus caminhos e me proporcionando a inspiração, disposição e entendimento tão necessários à feitura deste trabalho.

Aos meus pais, Maria Aparecida e Nelson, responsáveis pela minha formação educacional e espiritual, e que com tanto esforço, dedicação e abdicção, me presentearam com uma vida repleta de felicidade e possibilidades. Agradeço pelo amor concedido incondicionalmente e por toda educação moral que fez me tornar a pessoa que sou hoje.

À minha irmã Ana Carolina, grande parceira, que está sempre disposta a prestar auxílio de toda natureza, me cuidando com muito amor e contribuindo de maneira singular para que minha vida possua sempre muitos momentos de alegria e tranquilidade.

Ao meu irmão José Victor, cuja presença é sempre preciosa e inestimável, colorindo minha existência com as mais variadas e vibrantes cores e tonalidades de amor e vida.

A estes, um muito obrigada por todo o carinho e paciência despendidos nessa jornada. Os admiro muito e os tomo por exemplo.

Aos sempre amigos Simone, Sandro e Thyago, que com suas companhias agradabilíssimas me proporcionaram momentos de descontração e alegria durante o processo de elaboração deste trabalho.

À Ângela Konrath, que me apresentou o tema, instruiu e me deu todos os subsídios necessários à confecção deste, desde o empréstimo de materiais a informações valiosíssimas de métodos de pesquisa e de estruturação do trabalho, sempre imbuída do desejo sincero de que eu lograsse sucesso.

À Arisa, que dispôs de seu tempo para me auxiliar quando mais precisei, me apontando caminhos a seguir e separando cuidadosamente materiais que pudessem me ajudar com a finalização deste.

Às amigas que tenho cultivado e que cada dia mais tem me cativado com seu carinho, compreensão, motivação e até mesmo oferecimento de material, especialmente à Maihara, Sara, Isaura, Flanklin, Érica, Karina, Alejandro, Glória e Leonardo, sempre desejosos do meu sucesso e dispostos a ajudar a concretizá-lo. Pelos momentos especiais vividos juntos e pelas experiências e conhecimentos compartilhados.

A todos os meus demais amigos, sejam da faculdade, da escola de filosofia ou da vida, bem como a todos os mestres que me deram aulas, compartilharam seus conhecimentos e me instruíram de forma a possibilitar a conquistar cada dia um pouco mais do meu melhor, fazendo com que eu tenha encontrado na vida motivos de sobra para compartilhar felicidade.

Agradeço, por fim, à professora Danielle Annoni, pela elucidação nos momentos mais cruciais, pelas ideias, conversas e apontamentos sem os quais a realização deste trabalho seria inviável.

Um        sincero        e        muito        carinhoso        Muito        Obrigada.

## RESUMO

O presente estudo tem por objetivo apontar algumas das possibilidades aptas a diminuir ou acabar com a inobservância dos direitos trabalhistas dos trabalhadores bolivianos em situação irregular no país. Para tanto, utiliza-se o método dedutivo. O procedimento adotado é a pesquisa bibliográfica e a técnica a pesquisa indireta (leitura de artigos, livros, doutrinas, legislação e jurisprudências). De início, apresenta-se um breve apanhado da migração no mundo - no qual se observa um grande aumento dos fluxos migratórios em decorrência da globalização -, da situação atual da Bolívia e do Brasil, buscando apontar os principais motivos que se encontram por detrás destas dinâmicas migratórias. Em seguida analisam-se as condições de trabalho dos bolivianos em situação irregular no país, a existência de seus direitos e o que se tem efetivamente tutelado neste sentido. Por fim, estudam-se as políticas nacionais e internacionais de combate ao tráfico humano, a necessidade de uma reforma nas políticas migratórias – responsáveis em grande parte pela marginalização não só dos bolivianos, mas de muitos outros migrantes no território brasileiro – e os desafios a serem encarados nestas mudanças, além da propositura de outras medidas mais atinentes ao caso dos bolivianos, como a divulgação dos seus direitos, fiscalização do Ministério Público e efetivação de políticas sócias que minimizem a opção de migração destes bolivianos que, por fim, se mostra compulsória e imprescindível para a conquista de uma vida com mais dignidade.

**Palavras-chave:** Migração. Irregularidade. Imigrante Irregular. Bolivianos. Direitos Trabalhistas. Tráfico de Pessoas. Tráfico de Migrantes.



## ABSTRACT

This study aims to identify some of the possibilities that can reduce or end the disrespect with the labor rights of the undocumented Bolivian workers in the country. To do so, we use the deductive method. The adopted procedure is the technical literature and indirect research (reading articles, books, doctrines, laws and jurisprudence). Initially, we present a brief overview of migration in the world – fact that has increased a lot as a result of globalization - the current situation in Bolivia and Brazil, seeking to identify the main reasons that lie behind these migration dynamics. Then we analyze the working conditions of undocumented Bolivians in the country, the existence of their rights and what has been done in order to effectively protect that. Finally, we study the national and international policies to combat human trafficking, the need of a reform in immigration policies - largely responsible for the marginalization not only of the Bolivians, but of many other migrants in Brazil - and challenges related to these changes. In addition, we bring some others proposals to be applied in the specific case of Bolivia, which includes the dissemination of their rights, supervisory prosecutors and implantation of effective policies that minimize the need of opting to live in another country, which in fact, turned out as a compulsory decision to achieve an existence with more dignity.

**Key-words:** Migration. Irregular Immigrants. Undocumented immigrant. Bolivians. Labor Rights. Human Traffic. Migrant Traffic.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	10
1. O BRASIL NA ROTA DAS MIGRAÇÕES BOLIVIANAS .....	12
1.1 Considerações sobre o fenômeno da migração .....	12
1.2 A Bolívia .....	26
1.2.1 Dados Gerais .....	26
1.2.2 Atividade Econômica Recente .....	28
1.2.3 Emigração .....	30
1.2.4 Remessa dos migrantes .....	31
1.3 O Brasil como uma das potências econômicas emergentes .....	33
2. A REALIDADE JURÍDICA, ECONÔMICA E HUMANA DOS TRABALHADORES BOLIVIANOS EM SITUAÇÃO DE IRREGULARIDADE .....	40
2.1 As condições sub-humanas de trabalho .....	40
2.2 Os direitos que possuem .....	49
2.3 Jurisprudência e Termos de Ajustamento de Conduta .....	59
3. O DESAFIO DA OBSERVÂNCIA DOS DIREITOS ASSEGURADOS EM RAZÃO DA EXISTÊNCIA DO TRÁFICO HUMANO .....	68
3.1 As Políticas Nacionais e Internacionais para a prevenção do Tráfico Humano .....	68
3.2. A insuficiência dessas políticas: a necessidade de uma reforma na Política Migratória .....	79
3.3. Os desafios e potencialidades das Políticas Migratórias e proposta de adoção de outras medidas .....	86
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	91
REFERÊNCIAS .....	94
ANEXOS .....	102
<ANEXO A - Bolivianas e bolivianos no exterior segundo os principais países de destino> .....	102
<ANEXO B – Bolivianos no Brasil > .....	102
<ANEXO C – Rota e Pontos de Entrada de bolivianos no Brasil> .....	103

## INTRODUÇÃO

O tema a ser abordado neste trabalho é o desafio de se observar os direitos trabalhistas do trabalhador boliviano em situação irregular no Brasil a partir de um estudo sobre o tráfico de pessoas. A escolha do tema baseou-se na atualidade e proximidade do tema ao povo brasileiro e na necessidade de identificar alguma medida que pudesse, ao menos, minimizar esta situação degradante e desrespeitosa que os bolivianos nas condições de irregularidade se encontram.

O estudo do tema escolhido possui também a intenção de desmistificar o que a mídia tanto propaganda, ainda não de forma direta, de que estes estrangeiros não possuem direitos, e que estão ao relento em virtude de sua condição de irregularidade, como se esta fosse a única condição possível de se viver quando nesta situação irregular. Este trabalho buscará mostrar que não é bem assim.

Com o viés jurídico, buscar-se-á pesquisar e apresentar a existência dos direitos trabalhistas que os compete, ainda que indocumentados, já que estes estão (numa maior perspectiva) esquecidos e ignorados, seja pelos próprios bolivianos, pelos donos das oficinas, ou pela própria população brasileira que, como mencionado acima, até mesmo pela influencia da mídia, possui pouco conhecimento do assunto, ainda que este esteja em voga e seja pauta nos debates em encontros de membros internacionais.

Sabe-se que esta situação de total desrespeito aos direitos trabalhistas destes trabalhadores estrangeiros possui causas diversas e, neste contexto, surge a problemática de se analisar quais seriam estes elementos causadores desta condição irregular e quais seriam as medidas que, hipoteticamente, poriam fim ou minimizariam esta situação. Neste sentido, pergunta-se: Os direitos trabalhistas destes bolivianos em situação irregular são observados no Brasil? Se não, por que e como sanar o problema?

O presente trabalho buscará estudar essa problemática, verificar o que está sendo feito nesta seara e quais intervenções poderão ser realizadas a fim de auxiliar na sua minimização.

Objetiva-se, desta forma, pesquisar e apresentar: a) os direitos trabalhistas que os migrantes bolivianos em situação de irregularidade no Brasil possuem; b) o que se encontra por detrás de toda essa situação de irregularidade (tráfico humano e de migrantes) e; c) quais os meios aptos a proporcionar a observância dos direitos trabalhistas destes bolivianos, seja

pelo combate ao tráfico humano/migrantes, seja por medidas governamentais de divulgação destes direitos.

O método de abordagem a ser utilizado será o dedutivo, pois parte de argumentos gerais para argumentos particulares, e a técnica de pesquisa a ser aplicada será a indireta, já que será feita por meio da leitura de artigos, livros, doutrinas, legislação e jurisprudências.

O presente se estruturará em três capítulos. O primeiro tratará da exposição de um breve retrato econômico-sócio-político global atual, abordando temas como algumas considerações acerca da migração no mundo, a situação atual da Bolívia e do Brasil.

O segundo capítulo levantará os direitos que estes trabalhadores bolivianos detêm ainda que em situação de irregularidade, por meio da exposição das situações jurídicas em que se enquadram e quais os direitos inerentes a elas. Ainda neste capítulo abordar-se-á o que se tem feito neste âmbito, trazendo informações sobre os Termos de Ajustamento de Conduta e a jurisprudência a respeito.

O terceiro e último capítulo versará sobre as políticas nacionais e internacionais de combate ao tráfico humano, a necessidade de uma reestruturação das políticas migratórias, os desafios e potencialidades destas políticas e a propositura de medidas que se entendem aptas a minimizarem esta situação irregular e desumana.

Posteriormente ao estudo destes capítulos, seguirão as considerações finais e as referências.

## 1. O BRASIL NA ROTA DAS MIGRAÇÕES BOLIVIANAS

### 1.1 Considerações sobre o fenômeno da migração

“Migrar é parte constitutiva da experiência humana e do próprio processo de formação de grande parte das comunidades políticas que hoje chamamos de Estado”.<sup>1</sup> Dos registros que se tem, o homem, nos tempos primeiros, vivia em constante deslocamento, sem fixação territorial. Segundo Firmino Alves Lima, “seja por razões voluntárias ou não, a humanidade sempre realizou grandes movimentos migratórios”.<sup>2</sup> Com a evolução das técnicas agrícolas, o ser humano passou a ensejar uma maior fixação nas áreas agriculturáveis, as primeiras ocupadas de modo definitivo pela ancestralidade humana.

Na atualidade, “a mobilidade humana é uma das principais forças das circulações globais no século XXI e responde por importantes reconfigurações sociais, políticas e econômicas da globalidade contemporânea”.<sup>3</sup>

Segundo dados da Organização Internacional de Migração, “o número total de migrantes a nível internacional aumentou consideravelmente nestes 10 anos, passando de 150 milhões de pessoas em 2000 para 214 milhões de pessoas hoje”.<sup>4</sup>

Considera-se migrante aquele se transfere do local que regularmente habita ou do lugar de seu nascimento, em direção a outro lugar, região ou país. O termo “migrante” é utilizado para definir as migrações em geral, tanto a de entrada quanto a de saída, seja de um país, região ou lugar. Especificando, o termo que corresponde à entrada de migrante é “Imigração” e o que se refere à saída é de “Emigração”. Vale ressaltar que há, também, as chamadas “migrações internas”, que são aquelas que ocorrem quando os migrantes se

---

<sup>1</sup> MOULIN, Carolina. Eppur si Mouve: Mobilidade Humana, Cidadania e Globalização. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 1, p.10, janeiro/junho 2011. Disponível em: <<http://contextointernacional.iri.puc-rio.br/media/v33n1a0.pdf>>. Acesso em: 24 maio 2013.

<sup>2</sup> LIMA, Firmino Alves. Direitos Humanos dos Migrantes. In: FREITAS JUNIOR, Antonio Rodrigues de (Org.). **Direito do trabalho e direitos humanos**. São Paulo: BH Editora e Distribuidora de Livros, 2006. 576 p. p.235.

<sup>3</sup> MOULIN, Carolina, 2011, p.10.

<sup>4</sup> ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DE MIGRAÇÃO (IOM). **Facts & Figures**. Disponível em <<http://www.iom.int/cms/en/sites/iom/home/about-migration/facts--figures-1.html>>. Acesso em: 8 de maio de 2013. Tradução nossa.

deslocam dentro dos países que estão habitando; e as chamadas "migrações internacionais", que envolvem migrantes que se deslocam entre países, além de suas fronteiras.<sup>5</sup>

Em termos percentuais, 3.1% da população mundial é migrante, o que equivale dizer que a cada 33 pessoas, uma é migrante.<sup>6</sup> A porcentagem de migrantes tem permanecido relativamente estável, tendo acrescido apenas 0.2% nesta última década.<sup>7</sup>

De qualquer forma, a porcentagem de migrantes varia bastante de país para país. Os países com a maior porcentagem de migrantes incluem Catar (87%), Emirados Árabes Unidos (70%), Jordânia (46%), Singapura (41%) e Arábia Saudita (28%).<sup>8</sup>

Já os países com as menores porcentagens de migrantes incluem a África do Sul (3,7%), Eslováquia (2,4%), Turquia (1,9%), Japão (1,7%), Nigéria (0,7%), Romênia (0,6%), Índia (0,4%) e Indonésia (0,1%).<sup>9</sup>

Em relação ao ano de 2000, a migração tem se mostrado mais bem distribuída pelo globo. Os 10 países mais receptores em 2000 abrigam hoje um número menor de pessoas.<sup>10</sup>

Nas Américas e no Caribe, o número de migrantes em 2010 é estimado em 57,5 milhões.<sup>11</sup> Os países desta região com o maior número de migrantes são: Estados Unidos com 42.8 milhões de pessoas, Canadá com 7.2 milhões e a Argentina com 1.4 milhões de migrantes. Os Estados Unidos estão no topo do ranking dos países receptores de migrantes, acolhendo 20% do número total de migrantes no mundo.

Quanto às remessas recebidas pelos países em desenvolvimento na América Latina e pelo Caribe, tem-se que totalizaram, em 2010, 58.1 bilhões de dólares.<sup>12</sup>

Destes dados extrai-se o motivo pelo qual os Estados Unidos da América, assim como vários países da América Latina como o Brasil, são considerados um cadinho de muitas

<sup>5</sup> INSTITUTO MIGRAÇÕES E DIREITOS HUMANOS. **Quem são.** Disponível em: <<http://www.migrante.org.br/IMDH/ControlConteudo.aspx?area=8d00b920-e735-4147-87a6-c1caa8feb528>> Acesso em: 6 jun. 2013

<sup>6</sup> ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DE MIGRAÇÃO (IOM). **Facts & Figures.** Disponível em <<http://www.iom.int/cms/en/sites/iom/home/about-migration/facts--figures-1.html>>. Acesso em: 8 de maio de 2013. Tradução nossa.

<sup>7</sup> Idem, tradução nossa.

<sup>8</sup> Idem, tradução nossa.

<sup>9</sup> Idem, tradução nossa.

<sup>10</sup> Idem, tradução nossa.

<sup>11</sup> UNITED NATIONS DEPARTMENT OF ECONOMIC AND SOCIAL AFFAIRS (UN DESA) apud IOM. Disponível em <<http://www.iom.int/cms/en/sites/iom/home/about-migration/facts--figures-1/americas.html>> Acesso em: 25 de maio de 2013.

<sup>12</sup> THE WORLD BANK'S MIGRATION AND REMITTANCES Factbook 2011 apud IOM. Disponível em <<http://www.iom.int/cms/en/sites/iom/home/about-migration/facts--figures-1/americas.html>> Acesso em: 25 de maio de 2013.

culturas e povos diferentes que, buscando melhores condições de vida, se mudam para lá e constituem suas famílias.<sup>13</sup>

As razões pelas quais as pessoas decidem migrar são variadas, mas estão longe de serem exclusivas ou peculiares. O mundo contemporâneo tem se caracterizado, essencialmente, pelo processo de globalização, que figura como fator determinante e motivador de tamanho acréscimo no número de migrantes nas últimas décadas. Aliás, é o que relata o Relatório da Comissão Mundial sobre as Migrações Internacionais:

O mundo mudou com o processo de globalização. Os Estados, as sociedades, as economias e as culturas nas várias regiões do mundo estão cada vez mais integrados e interdependentes. As novas tecnologias permitem a rápida transferência de capitais, bens, serviços, informações e ideias de um país e continente para outro. A economia mundial está em expansão, facultando a milhões de mulheres, homens e seus filhos melhores oportunidades de vida. Mas o impacto da globalização tem sido desigual, e cada vez se verificam mais disparidades em termos dos níveis de vida e segurança das pessoas em diferentes partes do mundo.

Um resultado importante destes diferenciais cada vez maiores foi um aumento em magnitude e âmbito das migrações internacionais. [...]<sup>14</sup>

Firmino Alves corrobora com o disposto no Relatório da Comissão Mundial sobre as Migrações Internacionais ao declarar que:

Coincide com o período de maior evolução percentual da população migrante entre 1985 e 2000 acima apontado, o atual processo de globalização. Este processo veio a fomentar, tal qual uma corrente magnética gerada entre polos, um fluxo de pessoas que intentam deixar os países subdesenvolvidos para os países mais desenvolvidos. Nos dias atuais, certamente, este é o maior motriz dos movimentos migratórios, não podendo deixar este trabalho de registrar vários movimentos migratórios destinados a países em desenvolvimento, geralmente em caráter transitório. Também dentro do processo de globalização, encontramos maior acumulação de riquezas nos países mais desenvolvidos, e uma distancia cada vez maior entre países desenvolvidos e não desenvolvidos. Segundo o próprio Ex-Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, a globalização reforça diferenças e desigualdades, mesmo dentro dos países desenvolvidos e coloca desafios extremamente complexos para os países em desenvolvimento.<sup>15</sup>

Alguns destes migrantes deslocam-se dentro de sua própria região, muitas vezes detentora de uma dimensão territorial bastante grande e de realidades distintas. Outros viajam de uma parte do globo a outra.

<sup>13</sup> LIMA, Firmino Alves. In: FREITAS JUNIOR, 2006, p.236.

<sup>14</sup> COMISSÃO MUNDIAL SOBRE AS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS. **As migrações num mundo interligado: Novas linhas de acção**: Relatório da comissão mundial sobre as migrações internacionais. [s.l.]: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005. 96 p. Disponível em: <<http://www.gulbenkian.pt/media/files/fundacao/Benefic%C3%A2ncia/forum%20imigra%C3%A7%C3%A3o/GCIMReport.pdf>>. Acesso em: 8 jun. 2013. p.1.

<sup>15</sup> LIMA, Firmino Alves. In: FREITAS JUNIOR, 2006, p.238.

Vale frisar que quase metade de todos os migrantes são mulheres, o que demonstra uma sólida construção social por parte deste gênero, que tem migrado em maior quantidade de maneira totalmente independente.<sup>16</sup>

Como se havia comentado, as migrações são motivadas por fatores diversos, dentre os quais, segundo José Eduardo Faria:

[...] figuram como os mais populares as condições socioeconômicas desfavoráveis no local de origem, tais como a miséria absoluta, a escassez de emprego, a remuneração aviltada e o trabalho degradado. Figuram ainda na popularidade a estagnação do setor rural quando comparado com o setor industrial ou a própria dissolução do mundo agrário por epidemias, pelas secas, pelos desastres ambientais, por guerras civis e por genocídios. Não se descartam os motivos políticos, étnicos ou religiosos, que acabam por formar refugiados, expatriados e fugitivos.<sup>17</sup>

Às vistas de Ana Paula Sefrin Saladini, as causas da migração são diversas, mas em geral, podem ser divididos em dois grandes grupos: migrações involuntárias e migrações voluntárias:

São situações exemplares do primeiro modelo os fluxos de escravos trazidos da África para a América, estimada em 15 milhões, antes de 1850 (HIRST; THOMPSON, 2002, p.46), e as migrações de exilados e de refugiados, que também possuem a natureza de involuntária, porque tais pessoas são compelidas por fatores externos e de força maior a deixar seu local de origem, sendo que, se lhes fosse dada opção de escolha, provavelmente permaneceriam sem movimentação. Já as migrações voluntárias têm como causa externa, em geral, a busca por uma condição de vida melhor.<sup>18</sup>

À exemplo de migração voluntária, a autora destaca as grandes correntes migratórias do período de colonização, as migrações nos períodos anteriores e posteriores às Grandes Guerras, e as migrações de trabalhadores na busca de uma colocação no mercado de trabalho.

Acerca do tema, Cunha expõe:

A pobreza e a incapacidade de ganhar ou produzir suficientemente para a própria subsistência ou da família são as principais razões por trás do movimento de pessoas de um Estado para outro em busca de trabalho. O fenômeno migratório não é um produto deste século, mulheres e homens abandonaram suas terras de origem, buscando trabalho em outros lugares, desde o aparecimento do sistema de trabalho remunerado. Atualmente, tal fenômeno engloba milhões de pessoas e podemos dizer, sem dúvida, que não há continente, nem região do mundo que não tenha seu contingente de trabalhadores migrantes.<sup>19</sup>

E, neste sentido, concorda Valter Foletto Santin:

<sup>16</sup> COMISSÃO MUNDIAL SOBRE AS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS, 2005, p.1.

<sup>17</sup> FARIA, José Eduardo apud LIMA, Firmino Alves. In: FREITAS JUNIOR, 2006. p.238.

<sup>18</sup> SALADINI, Ana Paula Sefrin. **TRABALHO E IMIGRAÇÃO: os direitos sociais do trabalhador imigrante sob a perspectiva dos direitos fundamentais**. 2011. 285 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência Jurídica do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP, Jacarezinho, 2011. Cap. 3. p.102.

<sup>19</sup> CUNHA apud SALADINI, Ana Paula Sefrin, 2011, p.127.



O processo de migração tem razões econômicas, políticas, sociais, raciais e religiosas. O progresso econômico de um país ou região, o fracasso ou dificuldade de outro, o regime político do país, as guerras, as lutas ideológicas, sociais e raciais determinam as idas e vindas de outros povos.

O fator econômico é o mais importante e determinante para a migração de trabalhadores. A pobreza dos países subdesenvolvidos provoca a carência de trabalho e de oportunidades no local de origem, em dicotomia com a grande procura de mão-de-obra nos locais receptores, estimula a mudança de residência e a aceitação de trabalho, normalmente desqualificado e por salário menor que os nacionais.<sup>20</sup>

O Relatório da Comissão Mundial sobre as Migrações Internacionais não se ateve em classificar as migrações, mas sim em apontar os motivos pelos quais as pessoas têm migrado. E dentre estes está a questão do desenvolvimento, democracia e segurança das pessoas além dos fatores demográfico, econômico e cultural.<sup>21</sup>

Consta no Relatório que o processo de globalização (criador de enormes quantidades de riqueza) permitiu que milhões de pessoas saíssem do limiar da pobreza, mas deixou de criar meios que reduzissem o abismo entre os ricos e os pobres, havendo, em alguns casos, a acentuação nas disparidades econômicas.<sup>22</sup>

Muitos países em desenvolvimento debatem-se com elevados níveis de crescimento demográfico e não estão a conseguir criar empregos suficientes para os milhões de jovens que chegam ao mercado de trabalho. E, embora cada vez mais pessoas sejam hoje cidadãos de Estados com sistemas políticos pluralistas, um grande número continua a viver em países caracterizados por uma má governança, baixos níveis de segurança das pessoas, corrupção, autoritarismo, violações dos direitos humanos e conflitos armados.<sup>23</sup>

O aumento das migrações internacionais também pode ser atribuído a fatores culturais. O ser humano sempre foi bastante curioso e interessado em visitar lugares diferentes, adquirir novas experiências e entrar em contato com culturas que desconhece. Como um resultado do processo de globalização, cada vez mais pessoas possuem a oportunidade de concretizar tais ambições.<sup>24</sup>

O Relatório ainda aponta as condições mais favoráveis ao ato migratório oferecidas pelo processo de globalização e de modernização, tais quais as redes mundiais, que tem ocupado um papel fundamental no âmbito das comunicações, já que são estas que disponibilizam às pessoas as informação de que necessitam para se deslocarem de um local para o outro, as redes mundiais de transportes, que se fizeram muito mais eficientes e inteligentes, tornando muito mais fácil e barato a travessia pelo mundo, e ainda o crescimento

<sup>20</sup> SANTIM, Valter Foletto. Migração e discriminação de trabalhador. **Revista de Informação Legislativa**. [S.l.], v. 44, n.175, p. 147-153, jul. 2007. p. 148-149

<sup>21</sup> COMISSÃO MUNDIAL SOBRE AS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS, 2005, p.6.

<sup>22</sup> Ibidem, p.1.

<sup>23</sup> Ibidem, p.6.

<sup>24</sup> Ibidem, p.6-7.

das redes sociais mundiais e das diásporas (produto de movimentos migratórios anteriores), que tornou ainda mais fácil a mudança das pessoas para outro país e a sua adaptação a uma nova sociedade.<sup>25</sup>

A mobilidade humana não só está a ficar cada vez maior, mas também está se tornando mais complexa. Os grupos de migrantes internacionais são bastante diversificados, e à medida que aumenta o número de migrantes, aumenta o número de categorias legais e administrativas nas quais aqueles são classificados pelos governos e organizações internacionais.<sup>26</sup>

Mas muito além da sua dimensão quantitativa, as migrações envolvem profundas transformações nas dinâmicas de vida individuais e coletivas. Estas mudanças podem ser encaradas de forma positiva ou de forma negativa pelos Estados, que as encarando desta última forma, acabam por criar leis para diminuir, ou até mesmo “estancar” a migração para o seu país.

Segundo Jorge Cavalcanti Boucinhas Filho e Leandro Moreira Valente Barbas, o “movimento migratório pode trazer, tanto para o país do qual emigra o trabalhador quanto para o país ao qual ele emigra, determinadas repercussões, principalmente na esfera econômica”.<sup>27</sup>

Nas palavras de Mônica Teresa Costa Sousa Cherem, “ainda que muitos países tenham solidificado suas economias a partir do trabalho de imigrantes, hoje em dia nem sempre a imigração é vista como uma possibilidade de crescimento econômico para o país receptor”.<sup>28</sup>

Os aspectos econômicos são os que mais aspiram preocupação das nações e os que mais têm recebido proteção. Pelo fato deste trabalho ater-se às questões trabalhistas envolvendo os bolivianos, focar-se-á neste tipo específico de migrante.

Da obra de Jorge Cavalcanti Boucinhas Filho e Leandro Moreira Valente Barbas, extrai-se texto que se baseia na obra de Thelma Taís Cavarzere:

Como aponta Telma Thais Cavarzere, alguns dos efeitos dos fluxos migratórios para os países podem ser a diminuição dos salários dos nacionais do país no qual ingressou o estrangeiro em virtude de sua entrada (que acontece quando este oferece mão de obra mais barata, ou no momento da inexistência de qualificação elevada no país), a perda de mão de obra qualificada pelo país do qual se emigra, a formação de colônias estrangeiras fechadas dentro de um país pode ser utilizada de forma a

<sup>25</sup> COMISSÃO MUNDIAL SOBRE AS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS, 2005, p.7.

<sup>26</sup> Ibidem, p.7.

<sup>27</sup> BOUCINHAS FILHO, Jorge Cavalcanti; BARBAS, Leandro Moreira Valente. **Migração de Trabalhadores para o Brasil: aspectos teóricos e práticos**. São Paulo: Saraiva, 2013. 297 p. p.29.

<sup>28</sup> CHEREM, Monica Teresa Costa Sousa. A situação dos imigrantes ilegais no continente americano. **Novos Estudos Jurídicos**. Itajaí, n.2, p.435-449, 2005. p.436.

desvirtuar a economia local, inclusive com repercussões políticas, havendo ainda a hipótese em que a livre entrada de imigrantes potencialmente resultaria na substituição da mão de obra interna pela estrangeira (seja pelo fato de estar mais barata ou pelo fato de estar mais qualificada), contribuindo para o aumento de desemprego dos trabalhadores nacionais.<sup>29</sup>

E, nesta vertente, vale ressaltar que “a circunstância de os fluxos migratórios repercutirem nas esferas econômicas, sociais, políticas e culturais internas tem obrigado os países a regulá-los de acordo com os objetivos que tiverem traçado para a imigração”.<sup>30</sup>

De acordo com Moulin, do encontro dessas culturas, “mutações sociopolíticas são engendradas, novas possibilidades abertas e, frequentemente, recrudescem-se medos e ódios provocados pela presença do estrangeiro, que se converte naquele que é ‘de fora’ e ao mesmo tempo ‘estranho’”:

Não surpreende, portanto, verificar que, no plano internacional, duas grandes chaves de compreensão da mobilidade humana parecem sobressair-se. Por um lado, alguns países e sociedades tem avançado uma leitura das migrações como fonte inesgotável e inescapável de temores e “problemas”. Nesse linha, o imigrante é percebido como fonte de desordens públicas” e como ameaça à homogeneidade social, econômica e cultural, árdua e violentamente buscada no processo histórico de confluência idealizada entre o Estado e a Nação (CEYHAN; TSOUKALA, 2002; ARENDT, 1986). Uma das consequências desse discurso tem sido a inclusão da temática migratória nas agendas de segurança nacional e internacional. [...] Como salienta Bauman (1998), a mobilidade humana hoje se apresenta como uma das grandes chaves de produção e reprodução das desigualdades internacionais engendradas pelo processo de globalização. [...] <sup>31</sup>

Além desta visão política sobre o estrangeiro, há a visão social sobre ele, que se mostra imensamente deturpada e discriminatória. No que se refere a este modo de ver que a sociedade carrega do estrangeiro, Pedro Augusto Gravatá Nicoli busca pontuar alguns dos motivos pelos quais este tipo de comportamento se apresenta. Um deles é esta percepção negativa de não pertencimento, baseada no critério objetivo da nacionalidade.<sup>32</sup>

O autor trás, ainda, o porquê do imigrante ocupar uma condição de vulnerabilidade:

O traço de não identidade, assim, acompanhará o imigrante no seu destino. Tal condição faz com que o imigrante, na lição de Ezequiel Texidó e Gladys Baer ocupe uma posição de vulnerabilidade na sociedade receptora, que decorreria de um duplo processo social. O primeiro, de natureza estrutural, deriva da existência de um esquema de poder que, de forma empírica, denota que, em qualquer sociedade nacional, alguns detêm mais poder que outros. O segundo, de matiz cultural, está ligado a elementos como estereótipos, preconceitos, racismo, xenofobia e

<sup>29</sup> BOUCINHAS FILHO, Jorge Cavalcanti; BARBAS, Leandro Moreira Valente, 2013, p.29.

<sup>30</sup> Id. Ibidem, p.29.

<sup>31</sup> MOULIN, Carolina, 2011, p.11.

<sup>32</sup> NICOLI, Pedro Augusto Gravatá. A proteção jurídica do trabalhador estrangeiro como exercício de alteridade. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**. Belo Horizonte, v.48, n.78, p. 113-121, jul./dez. 2008. p.117.

discriminação institucional, que tendem a acentuar e justificar as diferenças entre o poder reconhecido aos nacionais e aos não-nacionais.<sup>33</sup>

Em seguida, salienta o efeito psicológico negativo que causa o fato da aceitação do estrangeiro no país de destino estar condicionada ao exercício de trabalho temporário, que acaba por ditar a própria identificação do imigrante que, nas palavras de Sayad, é assim transcrita:

A estadia autorizada ao imigrante está inteiramente sujeita ao trabalho, única razão de ser que lhe é reconhecida [...]. Foi o trabalho que fez “nascer” o imigrante, que o fez existir; é ele, quando termina, que faz “morrer” o imigrante, que decreta sua negação ou que o empurra para o não-ser.<sup>34</sup>

Por fim, Nicoli frisa que “um outro aspecto importante na acentuação da diferença do estrangeiro diz respeito à situação jurídica em que se deu a imigração”. Segundo ele:

[...] a condição de legalidade, além da força jurídica propriamente dita, tem um significativo poder simbólico, que catalisa a aproximação entre nacionais e estrangeiros. Da mesma forma, a ilegalidade acirra a diferença, justificando o tratamento arquetípico do estrangeiro como bárbaro, forasteiro, ou mesmo usurpador.<sup>35</sup>

No que tange ao aspecto político, Moulin, no corpo de seu texto, expõe que de fato, as exigências de documentação, a criação de muros e de barreiras, a militarização dos aeroportos e pontos de fronteira, e todo o aparato de vigilância e controle do movimento humano são apenas o lado mais visível de uma política securitizada para estas migrações, que se tornaram mais globais no que se refere à extensão e, de outro lado, cada vez mais focada em certos grupos alvo.<sup>36</sup>

No lado do ponto de vista mais positivo e otimista dos potenciais trazidos pelas migrações globais, tem-se que, num modo de ver mais desenvolvimentista, o impacto das remessas de recursos de imigrantes para seus países e para a formação e circulação de trabalhadores migrantes qualificados é bastante positivo.<sup>37</sup>

Outros veem o ganho no âmbito das sensibilidades culturais e políticas advindas de múltiplas e, por vezes, sobrepostas lealdades. Nessa vertente, a mobilidade humana produz alterações constitutivas nos contornos da cidadania, que se torna transnacionalizada.<sup>38</sup>

A respeito do assunto, o Relatório da Comissão Mundial sobre as Migrações Internacionais faz a assertiva de que, além do fato das migrações serem consideradas “uma

<sup>33</sup> NICOLI, Pedro Augusto Gravatá. 2008. p.117.

<sup>34</sup> SAYAD, Abdelmalek apud NICOLI, Pedro Augusto Gravatá, Ibidem, p.117.

<sup>35</sup> NICOLI, Pedro Augusto Gravatá, Ibidem, p.118.

<sup>36</sup> MOULIN, Carolina, 2011, p.11.

<sup>37</sup> Id. Ibidem, p.11.

<sup>38</sup> Id. Ibidem, p.11.

característica constante e influente da história da humanidade”,<sup>39</sup> elas “têm apoiado o processo de crescimento econômico mundial, contribuindo para a evolução dos Estados e das sociedades e enriquecido muitas culturas e civilizações”.<sup>40</sup>

Os migrantes têm estado frequentemente entre os membros mais dinâmicos e empreendedores das sociedades; pessoas que estão prontas a aventurar-se além dos limites da sua própria comunidade e país, de modo a criarem novas oportunidades para si próprios e para os seus filhos. [...] A mobilidade humana é hoje uma componente integral da econômica mundial, com os países e as empresas a procurarem cada vez mais longe o pessoal de que necessitam para melhorar as sua competitividade. Não é por acaso que as maiores concentrações de migrantes se encontram nas “cidades globais”: centros urbanos dinâmicos, inovadores e altamente cosmopolitas que permitem que as pessoas, locais e culturas em diferentes partes do mundo estejam cada vez mais interligados.<sup>41</sup>

E, conclui ao dizer que as migrações internacionais “têm o potencial para representar um papel muito positivo no processo de desenvolvimento humano, trazendo benefícios tanto para os países mais pobres, como aos mais prósperos”.<sup>42</sup>

À título informativo cabe ressaltar que a ocupação de uma posição social mais elevada determina o modo pelo qual a pessoa irá migrar. Para alguns, a circulação é facilitada e acelerada, com modalidades de transporte eficientes em custo e tempo. Para muitos outros, migrar é extremamente arriscado, beirando a impossibilidade. Tem de submeter-se a rotas subterrâneas, vidas e trajetórias invisíveis, recursos escassos e, se concluída a chegada ao destino, viver de forma extremamente desconfortável, passando por incertezas e privações.<sup>43</sup>

O modo com que os países encaram a mobilidade humana é bastante peculiar, já que se leva em conta sua situação geográfica e socioeconômica. Os blocos econômicos buscam tratar de assuntos desta natureza de forma bastante prática para aqueles que buscam migrar para os outros países que fazem parte do acordo. Como blocos econômicos mais dominantes, podemos citar a União Europeia, NAFTA e o MERCOSUL.

De antemão, vale destacar que as integrações econômicas possuem duas formas distintas de constituição: uma internacional e outra regional.

A integração internacional, conforme Odete Maria de Oliveira, “concentra-se fundamentalmente junto à internacionalização da economia, de contornos transnacionalizados, à margem das decisões e regulamentos dos Estados, independentemente da localização de suas sedes ou filiais”.<sup>44</sup>

<sup>39</sup> COMISSÃO MUNDIAL SOBRE AS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS, 2005, p.5.

<sup>40</sup> Ibidem, p.5.

<sup>41</sup> Ibidem, p.5.

<sup>42</sup> Ibidem, p.13.

<sup>43</sup> MOULIN, Carolina, 2011, p.11

<sup>44</sup> OLIVEIRA, Odete Maria de. **União Européia: processos de integração e mutação**. Curitiba: Juruá, 2005. p.34.

Já a integração regional é resultado de acordos políticos entre nações vizinhas ou geograficamente muito próximas, que ambicionam vantagens através da cooperação.<sup>45</sup>

Há, contudo, diversos níveis de colaboração econômica multilateral, a saber: num momento de etapas de cooperação econômica, temos o Livre comércio e a União aduaneira; já nas etapas de integração econômica, temos o Mercado comum, a União econômica e política e a Confederação.<sup>46</sup>

Segundo Maristela Basso, a Zona de Livre Comércio consiste na eliminação ou redução de tarifas aduaneiras e restrições ao intercâmbio comercial (Ex.: NAFTA (North America Free Trade Area)); a União aduaneira implica o livre comércio e o estabelecimento de uma Tarifa Externa Comum (Ex.: MERCOSUL); o Mercado Comum implica o livre comércio, a união aduaneira e ainda a livre circulação de pessoas, serviços, bens e capitais; a União Econômica e Política pressupõe o mercado comum, e acrescenta um sistema monetário comum, uma política externa e de defesa comum (Ex.: União Européia depois de 1993 – a partir do Tratado de Maastricht ou Tratado da União); e, por fim, a Confederação implica em, além da união econômica e política, na unificação dos direitos civil, comercial, administrativo etc.<sup>47</sup>

Já sob a análise de Saladini:

Os mercados comuns podem ser classificados em duas espécies: uma delas prevê a livre circulação de mercadorias e de pessoas (os nacionais oriundos dos países integrantes dos blocos econômicos), enquanto outra estabelece apenas a livre circulação de mercadorias, sem a previsão de livre circulação de pessoas, ou com previsão de uma circulação mais restrita, voltada apenas ao atendimento das questões de ordem econômica.<sup>48</sup>

E segue ao dar como exemplo da primeira modalidade a União Europeia, e na segunda, MERCOSUL e NAFTA.

O MERCOSUL, objeto de maior foco deste estudo, prevê apenas para a livre circulação de trabalhadores.

Desde a criação dos blocos econômicos regionais, o tema da Livre Circulação de Pessoas, na sua dimensão Livre Circulação de Trabalhadores, tem obtido conotação especial e sido alvo de amplos debates pelas autoridades políticas e organizações internacionais.<sup>49</sup>

<sup>45</sup> OLIVEIRA, Odete Maria de, 2005. p.34.

<sup>46</sup> BASSO, Maristela. **Integração da econômica e institucionalização**: as experiências do Mercosul e da União Européia. [s/d]. Disponível em <<http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/integracao-economica-e-institucionalizacao-experiencias-do-mercosul-e-da-união-européia>>. Acesso em: 25 de maio de 2013.

<sup>47</sup> BASSO, Maristela, [s/d].

<sup>48</sup> SALADINI, Ana Paula Sefrin, 2011, p.59-60.

<sup>49</sup> SILVA, Ceila Mesquita da. Livre Circulação de trabalhadores no processo integracionista do Mercosul. **Estudos**: revista da universidade católica de Goiás, Goiânia, v. 29, n. 1, p.105-121, jan./fev. 2002. p.105.

O MERCOSUL nasceu oficialmente com o Tratado de Assunção assinado pelos quatro Estados Partes – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai – em 26 de março de 1991, na capital da República do Paraguai.

O Tratado de Assunção cria dois órgãos fundamentais, que foram encarregados de atuar para a formação do Mercado Comum do Sul: o Conselho do Mercado Comum e o Grupo do Mercado Comum, “ambos órgãos intragovernamentais cujas decisões são tomadas por consenso entre os representantes dos Estados”.<sup>50</sup>

Em 1998, a Declaração Sócio-Laboral do MERCOSUL foi aprovada. Segundo a Cartilha disponibilizada pelo Ministério de Emprego e Trabalho, dirigida aos Nacionais dos Estados Partes do MERCOSUL com o intuito de esclarecer como trabalhar nos países do MERCOSUL, “foi um dos primeiros instrumentos do MERCOSUL que reconheceu a necessidade de dotar o processo de integração regional de uma real dimensão sócio-laboral”.<sup>51</sup> Os Estados Parte se comprometeram a empregar medidas com o objetivo de estabelecer normas e procedimentos comuns relativos à circulação dos trabalhadores nas zonas de fronteira, além de executar as ações necessárias a fim de melhorar as oportunidades de emprego e as condições de trabalho e de vida desses trabalhadores.<sup>52</sup>

O MERCOSUL desenvolveu dois instrumentos de política regional fundamentais para o estudo deste tema: o Acordo Multilateral de Segurança Social do MERCOSUL e o Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do MERCOSUL.<sup>53</sup>

O Acordo multilateral de Seguridade Social do MERCOSUL entrou em vigor a partir de junho de 2005 e assegura o direito à Seguridade (Previdência) Social aos trabalhadores que prestem ou tenham prestado serviços em quaisquer dos Estados Partes, reconhecendo-lhes, bem como aos seus familiares e assemelhados, os mesmos direitos e estando sujeitos às mesmas obrigações que os nacionais dos referidos Estados Partes.<sup>54</sup>

O Governo Federal promulgou, em 29 de setembro e 07 de outubro de 2009, respectivamente, os Decretos nº 6.964 e 6.975, que instituem o Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do MERCOSUL e o Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do MERCOSUL e Estados Associados, respectivamente.

---

<sup>50</sup> SILVA, Ceila Mesquita da. 2002, p.10

<sup>51</sup> MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Como Trabalhar nos Países do MERCOSUL**: Guia Dirigido aos Nacionais dos Estados Partes do MERCOSUL. – Brasília: MTE, 2010. Disponível em: <[http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812E0556D0012E111F758F013F/cartilha\\_trabalho\\_mercosul\\_port.pdf](http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812E0556D0012E111F758F013F/cartilha_trabalho_mercosul_port.pdf)>. Acesso em: 9 jun. 2013. p.17.

<sup>52</sup> Ibidem, p.17.

<sup>53</sup> Ibidem, p.18.

<sup>54</sup> Ibidem, p.18.

O Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do MERCOSUL foi assinado, inicialmente, pelos países pertencentes ao bloco econômico à época (2002): pelo Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai.<sup>55</sup> A Bolívia, que já demonstrou a intenção de se tornar membro do MERCOSUL (esta depende somente da ratificação dos Estados Partes) e que é, atualmente, Estado Associado ao MERCOSUL, uniu-se ao Acordo posteriormente, juntamente com o Chile (Estado Associado do MERCOSUL), ato que culminou no Decreto nº 6.975.<sup>56</sup>

Posteriormente, aderiram ao Acordo os Estados Associados ao MERCOSUL Peru e Colômbia.<sup>57</sup> O Equador, atual Estado Associado, pretende integrar-se ao bloco e, conseqüentemente, aderir ao Acordo de Residência para Nacionais dos Estados Partes do MERCOSUL.<sup>58</sup> Devido à inserção da Venezuela no quadro constituinte dos membros do MERCOSUL (oficializada em 31 de julho de 2012),<sup>59</sup> a adesão da Venezuela ao Acordo estima-se ser questão de tempo.<sup>60</sup>

Atualmente, o Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do MERCOSUL está vigendo para o Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai, Chile e Bolívia, “restando apenas detalhes para sua implementação interna com Venezuela e Equador”.<sup>61</sup>

Segundo informações constantes no sítio eletrônico do Ministério da Justiça:

O Acordo esta vigindo para o Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai, Chile e Peru. O Peru e o Equador aderiram ao Acordo em 2011, no entanto, com relação a este último, falta ainda incorporá-lo ao ordenamento jurídico interno, para entrada em vigor.

<sup>55</sup> MERCOSUL. Acuerdo Sobre Residencia Para Nacionales De Los Estados Partes Del Mercosur. Disponível em: <[http://www.mercosur.int/innovaportal/file/3963/1/2002\\_acuerdoresidencianacmcs\\_es.pdf](http://www.mercosur.int/innovaportal/file/3963/1/2002_acuerdoresidencianacmcs_es.pdf)>. Acesso em: 27 maio 2013.

<sup>56</sup> BRASIL. Decreto n. 6.975, de 7 de outubro de 2009. Promulga o Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercado Comum do Sul – Mercosul, Bolívia e Chile, assinado por ocasião da XXIII Reunião do Conselho do Mercado Comum, realizada em Brasília nos dias 5 e 6 de dezembro de 2002.. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6975.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6975.htm)>. Acesso em: 27 maio 2013.

<sup>57</sup> O ESTRANGEIRO. Colômbia adere ao Acordo de Residência do Mercosul. Disponível em: <<http://oestrangeiro.org/2012/08/30/colombia-adere-ao-acordo-de-residencia-e-livre-transito/>>. Acesso em: 27 maio 2013.

<sup>58</sup> FOLHA DE SÃO PAULO. Mercosul confirma negociações para integrar o Equador ao bloco. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2013/05/1273875-mercosul-confirma-negociacoes-para-integrar-o-equador-ao-bloco.shtml>>. Acesso em: 27 maio 2013.

<sup>59</sup> BBC BRASIL. Sem Paraguai, Mercosul oficializa entrada da Venezuela. Disponível em: <[http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/07/120731\\_mercosul\\_venezuela\\_jf.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/07/120731_mercosul_venezuela_jf.shtml)>. Acesso em: 27 maio 2013.

<sup>60</sup> TOMAS, Lidson José. Em vigência a livre circulação no Mercosul, mais Bolívia e Chile. Direitos de trabalhar, empreender, circular e residir. **Conteúdo Jurídico**, Brasília-DF: 04 dez. 2012. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.40940&seo=1>>. Acesso em: 27 maio 2013.

<sup>61</sup> ADITAL Notícias de América Latina y Caribe. 10 anos do acordo de Livre Transito e Residência no Mercosul. Disponível em: <<http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=es&cod=72116>>. Acesso em: 02 jun. 2013.



Consoante os termos do Acordo, todos os nacionais brasileiros, argentinos, paraguaios, uruguaios, chilenos e peruanos poderão estabelecer residência em quaisquer dos Estados signatários, independentemente de estarem em situação migratória regular ou irregular.

Os estrangeiros das referidas nacionalidades que se encontram irregulares estão isentos de multas ou outras sanções administrativas relativas à sua situação migratória.

O processo para obtenção de residência é simples: consiste na concessão, pela Polícia Federal, de residência temporária de 02 (dois) anos. 90 (noventa) dias antes do fim desse prazo, o estrangeiro deverá solicitar a transformação da residência provisória em permanente. Os pedidos de transformação serão analisados e decididos pelo Departamento de Estrangeiros da Secretaria Nacional de Justiça.<sup>62</sup>

O estrangeiro beneficiado com o Acordo de Residência MERCOSUL possui igualdade de direitos civis no Brasil. “Deveres e responsabilidades trabalhistas e previdenciárias são, também, resguardadas, além do direito de transferir recursos, direito de nome, registro e nacionalidade aos filhos desses imigrantes”.<sup>63</sup>

Este acordo concede a permissão para uma pessoa que seja natural de um dos países signatários de residir em um dos outros Estado Parte, de forma que, mediante a observância dos dispositivos do acordo, possa adquirir de forma legal a residência (inicialmente temporária). Desta forma, o requisito básico e essencial para a concessão da permissão de residir, trabalhar e estudar de forma legal num dos países signatários é possuir a nacionalidade de um dos países acordantes.<sup>64</sup>

O Acordo, segundo fonte do Ministério do Trabalho e Emprego, O acordo permite uma residência temporária inicial de dois anos mediante apresentação de alguns documentos às autoridades migratórias do país onde se quer residir ou aos setores de assuntos consulares das representações diplomáticas do país onde se deseja residir, no caso de ainda estar no país de origem. “Passados dois anos, a residência temporária poderá se transformar em residência permanente, mediante a presença do requerente junto à autoridade migratória do país de recepção, dentro dos noventa dias anteriores ao vencimento da mesma”, acompanhado com algumas documentações.<sup>65</sup>

---

<sup>62</sup> MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Permanência.** Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/main.asp?View=%7BA1BC41DE-C501-4FD4-8651-4891730652C3%7D&Team=¶ms=itemID=%7B7E11F037-1651-4349-930F-BAC2F3BEB50%7D;&UIPartUID=%7B2868BA3C-1C72-4347-BE11-A26F70F4CB26%7D>>. Acesso em: 2 jun. 2013.

<sup>63</sup> Ibidem.

<sup>64</sup> MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Como Trabalhar nos Países do MERCOSUL:** Guia Dirigido aos Nacionais dos Estados Partes do MERCOSUL. – Brasília: MTE, 2010. Disponível em: <[http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812E0556D0012E111F758F013F/cartilha\\_trabalho\\_mercosul\\_port.pdf](http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812E0556D0012E111F758F013F/cartilha_trabalho_mercosul_port.pdf)>. Acesso em: 9 jun. 2013. p.20.

<sup>65</sup> Ibidem, p.22-23.

Obtida a residência temporária, a pessoa estará habilitada a trabalhar em igualdade de condições em relação aos nacionais do país onde tenha obtido sua residência, devendo cumprir com as regulamentações específicas que a legislação do trabalho estabelece.

Os principais direitos que o Acordo assegura estão no seu art.9º, dentre os quais estão a igualdade de direitos civis, sociais, culturais e econômicos dos nacionais do país de recepção, a concessão de autorização de residência aos membros da família idêntica a da pessoa que os sustenta (desde que apresentem documentação necessária e não possuam impedimentos), o direito de transferir recursos ao país de origem, o direito dos filhos dos imigrantes de, além de possuírem o direito a ter um nome ao registro do seu nascimento, a ter uma nacionalidade e ao acesso às instituições de ensino pré-escolar e às escolas públicas e o direito à igualdade de tratamento não menos favorável do que recebem os nacionais do país de recepção, **especialmente em matéria de remuneração, condições de trabalho** e seguro social (nº 3 do artigo 9), *in verbis*:

Artigo 9º

DIREITO DOS IMIGRANTES E DOS MEMBROS DE SUAS FAMÍLIAS

3. IGUALDADE DE TRATAMENTO COM OS NACIONAIS: Os imigrantes gozarão, no território das Partes, de tratamento não menos favorável do que recebem os nacionais do país de recepção, no que concerne à aplicação da legislação trabalhista, especialmente em matéria de remuneração, condições de trabalho e seguro social.<sup>66</sup>

É necessário frisar que todos aqueles países latino-americanos que não se encontram abarcados pelos acordos do MERCOSUL não possuem este direito de livre circulação para o trabalho.

Segue-se para o estudo mais aprofundado da Bolívia, país latino-americano de presença no Brasil e que merece uma maior atenção, devido seu histórico e relação de longa data com o país, relação esta objeto de estudo deste trabalho.

---

<sup>66</sup> BRASIL. Decreto n. 6.975, de 7 de outubro de 2009. Promulga o Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercado Comum do Sul – Mercosul, Bolívia e Chile, assinado por ocasião da XXIII Reunião do Conselho do Mercado Comum, realizada em Brasília nos dias 5 e 6 de dezembro de 2002.. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6975.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6975.htm)>. Acesso em: 27 maio 2013

## 1.2 A Bolívia

### 1.2.1 Dados Gerais

Devido à carência de dados oficiais disponibilizados pelo governo boliviano, os dados que aqui seguem foram retirados do documento “Perfil Migratório de Bolívia” de 2011, da Organização Internacional de Migração. A dificuldade na obtenção de dados atuais e confiáveis é, inclusive, mencionada pela própria Organização Internacional de Migração, que afirma ter o conteúdo do seu documento sofrido algumas limitações por causa disso.

Aliás, no documento se assinala com destaque que a Bolívia não dispõe de um sistema bem estruturado e criterioso para o processamento de apuração de seus dados, e que isto prejudicou consideravelmente a fidelidade do documento.

Uma das fontes que a Organização Internacional de Migração utilizou para a articulação dos dados é a do Censo Nacional da População e Habitação. A última operação deste Censo foi no ano de 2001. A marca de intervalo recomendada para o recenseamento da população e habitação é de 10 anos, lapso temporal que se cumpriu no ano de 2011. Utilizou-se também o INE (Instituto Nacional de Estatísticas da Bolívia) que, conforme assinala o documento, tem feito progressos significativos para finalizar esta operação importante e necessária, como o mapa de atualização que inclui a utilização de sistemas de satélite.

Segundo o referido documento, a Bolívia é um país com população estimada de 10.426.160 pessoas. O percentual da população urbana no país é de 66,4%. O crescimento do PIB em 2010 foi de 3,77%, e o PIB per capita em 2009 foi de 1.683 dólares. A taxa de desemprego é de 5,2% e o nível de pobreza (em 2009) chega a 50,6%, valor este alarmante, que causa muita preocupação e que justifica em grande parte a história migratória deste povo.<sup>67</sup>

A taxa de mortalidade de crianças menores de cinco anos ainda é elevada se comparada com outros países da região. A expectativa de vida ao nascer era, de acordo com o Instituto Nacional de Estatística para o período de 2005-2010, de 66 anos. Esta é uma das mais baixas da América Latina.<sup>68</sup>

---

<sup>67</sup> ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DE MIGRAÇÃO. **Perfil Migratorio de Bolivia**. 2011. Disponível em: <[http://publications.iom.int/bookstore/free/Perfil\\_Migratorio\\_de\\_Bolivia.pdf](http://publications.iom.int/bookstore/free/Perfil_Migratorio_de_Bolivia.pdf)>. Acesso em: 02 jun. 2013. p.21, tradução nossa.

<sup>68</sup> Ibidem, p.21, tradução nossa.

Ainda que a pobreza extrema tenha diminuído entre 1996 e 2009, as desigualdades sociais persistem.<sup>69</sup>

Segundo o Relatório Nacional sobre o Desenvolvimento Humano na Bolívia, de 2010, a expectativa de vida aumentou de 47 e 65 anos. A taxa de alfabetização e matrícula variou de 63 para 91% (taxa de alfabetização) e de 56 para 86% (taxa de matrícula). O PIB per capita (do ano de 2009) foi de 1,683 dólares (UDAPE Dossier, Volume 20).<sup>70</sup>

Os níveis de pobreza no país ainda são elevados, de acordo com o sexto relatório de progresso de 2010 a partir dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: O percentual da população em situação de pobreza moderada até o ano de 2009 é de 50,6, tendo caído desde 1996 (que era de 64,8%). O percentual de pessoas em extrema pobreza até o ano de 2009 foi de 26,1%; mais de um quarto de toda a população.<sup>71</sup>

Há 2,7 milhões de pessoas extremamente pobres no país, dos quais 1 milhão residem em áreas urbanas e 1,7 milhões em áreas rurais. Por condição etno-linguístico, a quantidade de povos indígenas na Bolívia foi de aproximadamente o dobro em comparação com a população não-indígena.<sup>72</sup>

O acesso ao emprego é crucial para a população em idade ativa alcançar condições de vida adequadas. Na Bolívia, de acordo com o sexto relatório de progresso de 2010, a taxa de desemprego (TDA) nacional estimada em 2007 foi de 5,2, sendo maior em mulheres (6,0) do que em homens (4,5). A TDA urbano (7,7) foi muito superior à rural (1,6). Nas cidades, a situação é mais crítica em mulheres (9,4) do que em homens.<sup>73</sup>

A desigualdade no mercado de trabalho urbano, medido pela renda, é altamente significativa. A renda urbana em 2007 é de 1.525 bolivianos.<sup>74</sup> 1 boliviano, hoje, equivale à 0,30 reais (30 centavos).<sup>75</sup> Se uma pessoa está inserida no mercado formal, a renda é 2.280 bolivianos (R\$ 684,00) e se você estiver no mercado informal, é de 1.148 bolivianos (R\$ 344,40). A diferença de gênero entre os encontrados no mercado formal é: homem, 2.658

---

<sup>69</sup> ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DE MIGRAÇÃO. **Perfil Migratorio de Bolivia**. 2011. Disponível em: <[http://publications.iom.int/bookstore/free/Perfil\\_Migratorio\\_de\\_Bolivia.pdf](http://publications.iom.int/bookstore/free/Perfil_Migratorio_de_Bolivia.pdf)>. Acesso em: 02 jun. 2013. p.21, tradução nossa.

<sup>70</sup> Ibidem, p.22, tradução nossa.

<sup>71</sup> Ibidem, p.22, tradução nossa.

<sup>72</sup> Ibidem, p.22, tradução nossa.

<sup>73</sup> Ibidem, p.22, tradução nossa.

<sup>74</sup> Ibidem, p.22, tradução nossa.

<sup>75</sup> Cf. BOLIVIA.COM. **Cambio de Moneda**. Disponível em: <[http://www.bolivia.com/cambio\\_moneda/](http://www.bolivia.com/cambio_moneda/)> . Acesso em: 02 jun. 2013.

bolivianos (R\$ 797,40) e mulher, 1.738 bolivianos (R\$ 521,40).<sup>76</sup> A diferença de gênero de renda entre aqueles que estão no mercado informal é a seguinte: homem, 1.442 bolivianos (R\$ 432,60) e mulher, 795 bolivianos (R\$ 238,50).<sup>77</sup>

### 1.2.2 Atividade Econômica Recente

O PIB per capita (em dólares americanos) para 1998 indica que os bolivianos tiveram uma renda média anual de US \$ 704,00. Depois de 11 anos (2009) a média anual subiu para 1.683 dólares<sup>78</sup>.

As principais atividades econômicas do país em porcentagem do PIB para o ano de 2009, em ordem de importância, são: extrativa mineral (13,0%), serviços públicos (11,9%), fabricação (11,6%), agricultura, silvicultura, caça e pesca (11,2%), transporte, armazenagem e comunicações (8,8%), empresas de serviços de instituições financeiras, seguros, imobiliário e de negócios (8,7 %), comércio (7,2%) e outros (27,6%).<sup>79</sup>

Em relação à estrutura do emprego segundo ramo de atividade, o sector terciário (48,7%) está no primeiro lugar, principalmente devido à participação no comércio (21,8%) e serviços comunitários e sociais (17,6%). Em ordem de importância, segue o setor primário (32,6%), pelo peso da participação na agricultura, caça, silvicultura e pesca (31,3%). Por fim, há o sector secundário (18,7%), onde se destaca a participação da indústria manufatureira (11,8%).<sup>80</sup>

Observa-se uma mudança significativa de um país com uma economia extrativista para um país de comércio e serviços, já que os dados do censo de população e habitação de 1976 mostram um país onde a maioria da população (51,2%) participa no setor primário, enquanto que 33% participa no sector terciário e 15,8% no setor secundário.<sup>81</sup>

No entanto, o principal problema é a qualidade do emprego. Estima-se que apenas um em cada cinco empregados (20%) estão no emprego formal e não sazonal, enquanto o restante (80%) se encontra em dificuldades em diferentes graus de precariedade.<sup>82</sup>

<sup>76</sup> ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DE MIGRAÇÃO. **Perfil Migratorio de Bolivia**. 2011. Disponível em: <[http://publications.iom.int/bookstore/free/Perfil\\_Migratorio\\_de\\_Bolivia.pdf](http://publications.iom.int/bookstore/free/Perfil_Migratorio_de_Bolivia.pdf)>. Acesso em: 02 jun. 2013. p.22, tradução nossa.

<sup>77</sup> Ibidem, p.22, tradução nossa.

<sup>78</sup> Ibidem, p.24, tradução nossa.

<sup>79</sup> Ibidem, p.24, tradução nossa.

<sup>80</sup> Ibidem, p.25, tradução nossa.

<sup>81</sup> Ibidem, p.25, tradução nossa.

<sup>82</sup> Ibidem, p.25, tradução nossa.

Segundo o sítio eletrônico oficial do governo boliviano, o salário mínimo passou de 400 bolivianos (R\$ 120,00) em 2001 para 815,4 bolivianos (R\$ 244,62) em 2011.<sup>83</sup>

De acordo com o último censo, menos da metade da população da Bolívia (46%) teve, ao menos, uma ocupação.<sup>84</sup> Desse total, apenas 15% têm emprego não sazonal, 9% possuem um emprego formal e menos de 20% estão tutelados pela legislação trabalhista em geral. O restante está desempregado ou esconde essa condição na "autonomia". Portanto, o setor público é pouquíssimo gerador de emprego. Praticamente 100% do emprego rural (cerca de 2 milhões de pessoas) é temporário (sazonal, e não completo), casual (sem contratos de trabalho ou benefícios sociais) e baixa produtividade. Das pessoas empregadas nas áreas urbanas (cerca de 2,6 milhões de pessoas), apenas 60% (1,6 milhões) tem um emprego não sazonal, e não mais do que 35% (1 milhão) têm emprego formal. Das pessoas com emprego formal, um terço dos empregos são públicos, de modo que cerca de uma em cada oito pessoas ocupadas possui emprego formal, integral e que contribui diretamente para as receitas fiscais. Estes números mostram que a informalidade do emprego afeta quase 3,7 milhões de bolivianos, enquanto o subemprego afeta cerca de 3 milhões.<sup>85</sup>

De acordo com a pesquisa domiciliar de 2005, o emprego na Bolívia é mais casual, com 62,4% da população nesta categoria. O trabalho informal não é uniformemente distribuído entre os setores de atividade econômica, mas concentra-se em três setores: comércio, serviços e, em menor medida, de fabricação.<sup>86</sup>

Entre as razões para essa realidade indicam-se as seguintes: esses setores necessitam de pouco capital para trabalhadores por conta própria, por exemplo, o comércio de rua, trabalhadores, pedreiros, jardineiros e serviço doméstico. Além disso, há demanda por mão de obra com pouca especialização.<sup>87</sup>

Segundo o Relatório Nacional sobre o Desenvolvimento Humano na Bolívia, de 2010, com base no Inquérito aos Agregados Familiares de 2007, o rendimento médio mensal de trabalho de uma pessoa residente em idade urbana 20-65 anos é de aproximadamente 218 dólares. A diferença entre uma pessoa que trabalha no mercado formal e outra que trabalha no mercado informal é de 50% e quando se considera o sexo da pessoa, a diferença aumenta

<sup>83</sup> INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICAS. Disponível em: <<http://www.ine.gob.bo/indice/general.aspx?codigo=41201>>. Acesso em: 02 jun. 2013.

<sup>84</sup> ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DE MIGRAÇÃO. **Perfil Migratorio de Bolivia**. 2011. Disponível em: <[http://publications.iom.int/bookstore/free/Perfil\\_Migratorio\\_de\\_Bolivia.pdf](http://publications.iom.int/bookstore/free/Perfil_Migratorio_de_Bolivia.pdf)>. Acesso em: 02 jun. 2013. p.26, tradução nossa.

<sup>85</sup> Ibidem, p.26, tradução nossa.

<sup>86</sup> Ibidem, p.26, tradução nossa.

<sup>87</sup> Ibidem, p.26, tradução nossa.

ainda mais. Por exemplo, um homem entre 20 e 65 anos que trabalha no mercado formal ganha três vezes mais do que uma mulher da mesma idade no mercado informal.<sup>88</sup>

Ou seja, ainda que o salário mínimo esteja aumentando, poucas são as pessoas que estão usufruindo deste direito.

### 1.2.3 Emigração

O processo de migração no país é dominado pela saída de bolivianos no exterior (saldo migratório negativo).<sup>89</sup>

Da análise do Anexo I, vê-se quais são os principais países de destino fluxo de emigração, sendo a Argentina a maior receptora, sendo o destino de 48,9% dos bolivianos emigrantes, sendo seguida pela Espanha, com 31,5%, Estados Unidos da América, com 14%, Brasil com 2,9%, recebendo 20.388 emigrantes bolivianos e Chile, com 1,5%. É muito provável que, conforme algumas informações complementares, o número de bolivianos no Brasil e no Chile tenha aumentado desde o ano de referência (2006).

Atualmente, os bolivianos se encontram nos principais centros urbanos e províncias argentinas. Desde 1980, aumenta a importância da cidade e da província de Buenos Aires como área de destino migratório.<sup>90</sup>

A emigração boliviana, principalmente para a Espanha, é um fenômeno recente já que a maioria começou a migrar para o solo espanhol entre 2002 e 2007.<sup>91</sup>

O número de imigrantes bolivianos no Brasil vem aumentando ao longo do tempo de modo bastante expressivo em relação à presença de outros latino-americanos e imigrantes em geral. É provável que estas unidades populacionais migratórias registradas até 2000, tenham aumentado significativamente nos últimos anos devido à alta demanda por mão de obra com alguma experiência na fabricação de têxteis.<sup>92</sup> Ver Anexo II.

A idade média de emigração dos bolivianos é de 28 anos. As estatísticas mostram que o perfil migratório boliviano é de jovens em idade ativa (20 a 44 anos), sendo forte a presença das mulheres em idade reprodutiva (77 homens para cada 100 mulheres).<sup>93</sup>

<sup>88</sup> ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DE MIGRAÇÃO. **Perfil Migratorio de Bolivia**. 2011. Disponível em: <[http://publications.iom.int/bookstore/free/Perfil\\_Migratorio\\_de\\_Bolivia.pdf](http://publications.iom.int/bookstore/free/Perfil_Migratorio_de_Bolivia.pdf)>. Acesso em: 02 jun. 2013. p.27, tradução nossa.

<sup>89</sup> Ibidem, p.33, tradução nossa.

<sup>90</sup> Ibidem, p.36, tradução nossa.

<sup>91</sup> Ibidem, p.37, tradução nossa.

<sup>92</sup> Ibidem, p.38, tradução nossa.

<sup>93</sup> Ibidem, p.37, tradução nossa.

### 1.2.4 Remessa dos migrantes

As remessas dos trabalhadores migrantes, estimado pelo Banco Central da Bolívia, foram em 2010 para 937,2 milhões de dólares, o que corresponde a 5% do PIB.<sup>94</sup>

Em 2009, as remessas dos trabalhadores vieram principalmente da Espanha (42,0%), Argentina (21,0%) e dos Estados Unidos da América (15,5%).<sup>95</sup>

A crise mundial, especialmente na Europa, ocasionou a queda no fluxo de dinheiro vindo de fora da Bolívia. Assim, por exemplo, o fluxo proveniente da Espanha caiu 18,9%, Alemanha 4,8%, 1,6% da França e 24,2% dos Estados Unidos da América. Somente o fluxo proveniente da Itália aumentou 7,7%.<sup>96</sup>

Dentro da região latina, o comportamento foi diferente. Exceto o México e o Paraguai, países que diminuíram o envio de remessas, os restantes dos países contribuíram com aumentos significativos, como o Brasil (72,1%), Peru (48,8%), Argentina (34,4%) e Chile (22,0%).<sup>97</sup>

O valor médio das remessas enviadas da Espanha passou de 329 dólares por mês para 313 dólares por mês entre 2007 e 2008, as remessas da Argentina passaram de 178 a 272 dólares, dos Estados Unidos da América 323 dólares para 332 dólares. Em média, no período destes dois anos, passou de \$419 para 385 dólares.<sup>98</sup>

Se o salário mínimo no país é de cerca de \$115 (804 bolivianos), as remessas são cerca de três ou quatro vezes mais do que o salário mínimo para essas famílias.<sup>99</sup>

De acordo com o Banco Central da Bolívia, as entidades envolvidas no mercado de remessas são principalmente os bancos, os correios, os canais informais, fundos financeiros privados e as casas de câmbio.<sup>100</sup>

De forma resumida, pode-se concluir que, historicamente, a Bolívia é um país com saldo migratório negativo. Estima-se que, atualmente, pouco mais de 706 mil bolivianos vivem no exterior, ou seja, 6,8% em relação à população total. Argentina continua sendo o maior país receptor, seguida pela Espanha e os Estados Unidos da América.<sup>101</sup>

<sup>94</sup> ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DE MIGRAÇÃO. **Perfil Migratorio de Bolivia**. 2011. Disponível em: <[http://publications.iom.int/bookstore/free/Perfil\\_Migratorio\\_de\\_Bolivia.pdf](http://publications.iom.int/bookstore/free/Perfil_Migratorio_de_Bolivia.pdf)>. Acesso em: 02 jun. 2013. p.49, tradução nossa.

<sup>95</sup> Ibidem, p.49, tradução nossa.

<sup>96</sup> Ibidem, p.49, tradução nossa.

<sup>97</sup> Ibidem, p.49, tradução nossa.

<sup>98</sup> Ibidem, p.50, tradução nossa.

<sup>99</sup> Ibidem, p.50, tradução nossa.

<sup>100</sup> Ibidem, p.50, tradução nossa.

<sup>101</sup> Ibidem, p.7, tradução nossa.



Fatores estruturais que incidem nos baixos níveis de desenvolvimento humano, principalmente, explicam o caráter migratório do país, somado aos significativos sistemas de contratação no mesmo, que atuam de forma a levar força de trabalho jovem e barata, aos países de destino migratório, sobretudo para trabalharem como funcionários na indústria têxtil.<sup>102</sup>

A existência de redes sociais entre os migrantes (ligados às suas comunidades de origem), ajuda a aumentar a evasão dos bolivianos, pois é graças à essas pessoas, que fazem parte dessas redes, que os bolivianos que ainda residem em seu país são informados das várias oportunidades de emprego, das formas de entrada no país de destino, e da possibilidade de ajuda oferecida por aqueles com hospedagem nos primeiros dias após a chegada.<sup>103</sup>

Nos últimos anos, apesar do endurecimento das políticas de imigração nos países de destino extracontinentais (países da União Europeia e dos Estados Unidos da América) não se tem observado um fluxo de retorno significativo dos bolivianos.<sup>104</sup>

A participação boliviana no mercado de trabalho fora do país favorece as remessas. O volume tem diminuído ao longo dos últimos dois anos, por razões imputáveis à crise internacional. No entanto, revelam-se de grande importância uma vez que constituem cerca de 5% do PIB boliviano.<sup>105</sup>

Como nunca antes, a migração internacional está na agenda pública. As diferentes manifestações do atual governo, e os discursos do presidente do Estado Plurinacional da Bolívia são a prova disso. No entanto, o país não tem políticas públicas de migração internacional, o que incide no baixo nível de coordenação, na falta de clarificação dos papéis e responsabilidades e nas dificuldades na obtenção de um sistema integrado de indicadores oficiais confiáveis.

---

<sup>102</sup> ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DE MIGRAÇÃO. **Perfil Migratorio de Bolivia**. 2011. Disponível em: <[http://publications.iom.int/bookstore/free/Perfil\\_Migratorio\\_de\\_Bolivia.pdf](http://publications.iom.int/bookstore/free/Perfil_Migratorio_de_Bolivia.pdf)>. Acesso em: 02 jun. 2013. p.7, tradução nossa.

<sup>103</sup> Ibidem, p.7, tradução nossa.

<sup>104</sup> Ibidem, p.7, tradução nossa.

<sup>105</sup> Ibidem, p.7, tradução nossa

### 1.3 O Brasil como uma das potências econômicas emergentes

O Brasil (República Federativa do Brasil) é o maior país da América do Sul e da região da América Latina.<sup>106</sup> À nível mundial é o quinto maior em área territorial e em população, abrigando cerca de 201 milhões de habitantes.<sup>107</sup>

Com um Produto Interno Bruto (PIB) de US\$ 2,223 trilhões em 2012, o Brasil, segundo o Banco Central, é a sétima economia do mundo,<sup>108</sup> fato que também constata o Fundo Monetário Internacional, ao demonstrar que a economia brasileira é a maior da América Latina e do Hemisfério Sul, além de ser a sétima maior do mundo por PIB nominal.<sup>109</sup>

A economia brasileira é a segunda maior do continente americano, não ultrapassando somente a economia dos Estados Unidos.<sup>110</sup> O país é membro partícipe dos seguintes blocos políticos e econômicos: Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), Agrupamento Brasil-Rússia-Índia-China-África do Sul (Brics), G-20, G-15, Cúpula Iberoamericana, Aliança de Civilizações, Cúpula América Latina, Caribe e União Europeia (ALC-EU), Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (Ibas), Cúpula América do Sul – África (ASA), Fórum de Cooperação América Latina – Ásia do Leste (Focalal), Cúpula América do Sul-Países Árabes (Aspa), Mercosul e outros.<sup>111</sup>

Caracterizada por um largo e bem desenvolvido setor agrícola, minerador, manufatureiro e de terciário, a economia brasileira está superando as dos outros países sul-americanos e expandindo sua presença aos mercados mundiais.<sup>112</sup> O Brasil é, segunda as teorias econômicas, uma das denominadas potências emergentes.

Tem-se observado, desta forma, que o país tem ascendido de forma bastante expressiva nos últimos anos, fato que tem chamado a atenção de muitos migrantes ao redor do mundo e, evidentemente, de seus vizinhos latino-americanos.

<sup>106</sup> CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **The World Fact Book**. Geography of Brazil. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/br.html>>. Acesso em: 03 jun. 2013.

<sup>107</sup> Idem.

<sup>108</sup> THE WORLD BANK. **Overview**. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/pt/country/brazil/overview>>. Acesso em: 03 jun. 2013.

<sup>109</sup> INTERNATIONAL MONETARY FUND. Disponível em: <<http://www.imf.org>>. Acesso em: 03 jun. 2013.

<sup>110</sup> Idem.

<sup>111</sup> BRASIL.GOV.BR. **Blocos Políticos e Econômicos**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/sobre/o-brasil/brasil-no-exterior/blocos-politicos-e-economicos>>. Acesso em: 03 jun. 2013.

<sup>112</sup> CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **The World Fact Book**. Geography of Brazil. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/br.html>>. Acesso em: 03 jun. 2013. Tradução nossa.

Com uma economia crescente e que se torna cada vez mais robusta e promissora, estes migrantes veem no Brasil uma grande oportunidade de alcançar melhores condições de vida para si e para suas famílias. Acerca das informações estatísticas, o Ministério do Trabalho e Emprego disponibiliza, dentre muitos dados, um resumo das autorizações de trabalho concedidas pelo Conselho Nacional de Imigração a estrangeiros. Contabilizando as categorias “Permanente” e “Temporários”, as autorizações concedidas pelo CNIg passaram de 55.471 em 2010 para 67.220 em 2012.<sup>113</sup>

As autorizações de trabalho permanente passaram de 2.247 em 2010 para 2.938 em 2012, dentre os quais os países com maior número são Portugal, com 473, Itália com 389, Japão com 351, Espanha com 310 e França com 241. Os estados brasileiros que mais recebem estes estrangeiros são São Paulo, recebendo em 2012 1393 migrantes com autorização permanente, Rio de Janeiro com 414, Ceará com 267 e Bahia com 174.<sup>114</sup>

Destes migrantes, em 2012, 2.040 possuem nível Superior Completo, 492 Ensino Médio Completo e 379 possuem Mestrado/Doutorado.<sup>115</sup>

Já as autorizações de trabalho temporário passaram de 40.186 em 2009 para 64.282 em 2012. Destas últimas, as principais nacionalidades são: Estados Unidos da América, com 8.955, Filipinas com 5.176, Reino Unido, com 4.304, Índia, com 4.221, Alemanha com 3.505 e China com 2.891 autorizações. Os estados brasileiros que acolhem estes trabalhadores, em sua maioria, são: São Paulo, com 28.183 pessoas, Rio de Janeiro, com 24.067, Minas Gerais com 2.373 e Rio Grande do Sul, com 1.495 migrantes.<sup>116</sup>

O grau de escolaridade destes migrantes é de 36.248 com nível Superior Completo, 25.731 com Ensino Médio Completo e 1.899 com Mestrado/Doutorado.<sup>117</sup>

O Ministério de Trabalho e Emprego também disponibiliza uma planilha de dados com as autorizações concedidas por unidade federativa para países do MERCOSUL. Destas

<sup>113</sup> MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Base Estatística** – CGIg: Resumos Gerais. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D3DCADFC3013EB3ED22E66136/1%20-%20Resumo%20Geral%20%E2%80%93%20Rela%C3%A7%C3%A3o%20das%20autoriza%C3%A7%C3%B5es%20de%20trabalhos%20concedidas%20pela%20CGIg.pdf>>. Acesso em: 03 jun. 2013.

<sup>114</sup> MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Base Estatística** – CGIg: Autorizações de trabalho permanentes. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D3DCADFC3013EB3ED280B61EB/3%20-%20Autoriza%C3%A7%C3%B5es%20concedidas%20pela%20CGIg%20para%20trabalho%20permanente.pdf>>. Acesso em: 03 jun. 2013.

<sup>115</sup> Ibidem.

<sup>116</sup> MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Base Estatística** – CGIg: Autorizações de trabalho temporário. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D3DCADFC3013EB3ED265361AF/2%20-%20Autoriza%C3%A7%C3%B5es%20concedidas%20pela%20CGIg%20para%20trabalho%20tempor%C3%A1rio.pdf>>. Acesso em: 03 jun. 2013.

<sup>117</sup> Ibidem.

autorizações, em 2012, 538 para a Venezuela, 489 para a Argentina, 311 para o Chile, 83 para a Bolívia, 34 foram para o Uruguai e 23 para o Paraguai<sup>118</sup>. Vale frisar que estas são as autorizações concedidas, o que não engloba os migrantes que adentram o país de maneira clandestina.

Observa-se que o grau de escolaridade destes migrantes é bastante elevado, sendo em sua grande maioria migrantes com nível Superior Completo. A isto se deve o fato de a política nacional restringir e priorizar a entrada de imigrantes que puderem oferecer à economia nacional um serviço especializado, não desempenhável por qualquer trabalhador nacional, ou de oferta escassa no mercado interno.

Este critério seletivo de migrantes está expresso no art.16, parágrafo único da Lei n.6.964, de 09 de dezembro de 1981:

Parágrafo único. A imigração objetivará, primordialmente, propiciar mão de obra especializada aos vários setores da economia nacional, visando à política Nacional de Desenvolvimento em todos os aspectos e, em especial, ao aumento da produtividade, à assimilação de tecnologia e à captação de recursos para setores específicos.<sup>119</sup>

O objetivo da entrada desse estrangeiro especializado é primordialmente a assimilação de tecnologia pela indústria nacional, caracterizada pela transmissão de conhecimento especializado, partida do estrangeiro, aos trabalhadores nacionais.

Ressalta-se que o princípio implícito nas disposições do Estatuto é de que somente são aceitáveis aqueles migrantes que não “fazem barulho”, já que há vedações expressas relativas a condutas por parte de estrangeiros no território nacional que se enquadrem no âmbito político, não podendo envolver-se com atividades políticas em qualquer escala nem se organizar ou reunir desde que o motivo para tal fosse político (art. 107 e incisos).<sup>120</sup>

“A Constituição Federal de 1988 teve o condão de revogar, ainda que não de forma expressa, estes dispositivos que tolhem os direitos fundamentais a estrangeiros que vivem em território brasileiro”.<sup>121</sup> De qualquer forma, a política migratória continua sendo restritiva e bastante seletiva, não tendo sido posto de lado este princípio norteador.

<sup>118</sup> MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Base Estatística** – CGIg: Autorizações concedidas por situação para países da América do Sul. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D3DCADFC3013EB3D9DE62295A/5.3%20-%20Autoriz%C3%A7%C3%B5es%20concedidas%20para%20pa%C3%ADses%20da%20Am%C3%A9rica%20do%20Sul.pdf>>. Acesso em: 03 jun. 2013.

<sup>119</sup> BRASIL. Lei n. 6.964, de 09 de dezembro de 1981. Altera disposições da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, que "define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração, e dá outras providências". Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6964.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6964.htm)>. Acesso em: 03 jun. 2013.

<sup>120</sup> BOUCINHAS FILHO, Jorge Cavalcanti; BARBAS, Leandro Moreira Valente, 2013, p.36.

<sup>121</sup> Id. Ibidem, p.36.

Mas nem sempre foi assim. A tradição brasileira em relação à imigração até 1980 havia optado pelo total inverso do que se postula hoje. “O Brasil, no fim do século XIX e no início do século XX, apresentava uma economia predominantemente voltada à produção agrária e era um país aberto à imigração”.<sup>122</sup> Os motivos para esta abertura eram bastante claros. Possuindo o Brasil um território imenso e com um vasto espaço ocioso, se tornava lógica a promoção da vinda de migrantes de outras partes do mundo para morarem e trabalharem no campo. A promoção da migração para o país havia sido um método de resolução encontrada pelo governo para o fato de a população, até então, se encontrar incapacitada de preencher as lacunas em seu próprio território. Além disso, a vinda de migrantes propulsaria a economia brasileira, que se encaminhava através da produção rural.<sup>123</sup>

Acerca do tema, leciona Jorge Cavalcanti Boucinhas Filho e Leandro Moreira Valente Barbas:

O Decreto n.6.455, de 19 de abril de 1907 (revogado pelo Dec. n.11, de 18-1-1991), era exemplificativo dessa afirmação, ilustrando os objetivos da política nacional de imigração da época. Em seu extenso texto (são 138 artigos), dispunha-se sobre a recepção de imigrantes no País, as políticas de fomento à atividade agrícola a ser por eles desempenhada, os procedimentos de entrada, entre outras regras. A norma instituía o chamado Serviço de Povoamento do Solo Nacional, que como o nome já diz, tinha como objetivo justamente aquilo que á acima mencionado: o preenchimento de parcelas do solo nacional até então pouco habitadas ou desertas, bem como o estímulo à produtividade nessas áreas. A União dispunha-se, por meio desta norma, a conseguir terras e outras modalidades de auxílio aos imigrantes que viessem ao País com a intenção de se fixar como proprietários rurais. Previa-se a criação de “núcleos coloniais”, que eram conjuntos de terras escolhidas pela União, em diversos pontos do território nacional, destinadas a ter imigrantes como proprietários.<sup>124</sup>

Esta visão de forma de povoamento estendeu-se até a segunda metade do século XX. Até a revogação do Decreto-Lei n.941/69 (que cumpria o papel de Estatuto do Estrangeiro à época), feita pelo Estatuto de 1980, esta era a visão que predominava. Tanto é que este Decreto dispunha, em seu art.18, a previsão de duas modalidades de visto permanente. Uma das modalidades, tida como comum, era o visto concedido ao estrangeiro que por sua própria iniciativa decidira vir morar no país. A segunda modalidade era regida por um regime especial, aplicável ao estrangeiro que viesse ao Brasil sob regime da imigração dirigida.<sup>125</sup>

<sup>122</sup> BOUCINHAS FILHO, Jorge Cavalcanti; BARBAS, Leandro Moreira Valente, 2013, p.30.

<sup>123</sup> Id. Ibidem, p.31.

<sup>124</sup> Id. Ibidem, p.31.

<sup>125</sup> Id. Ibidem, p.32.

Mas à medida que os anos iam se avançando e a sociedade mudando, a política migratória brasileira começou a se adaptar naquilo que a ela lhe parecia conveniente.

Até os anos 60, havia políticas estatais de atração a imigrantes na legislação, sem a existência de normas que proibissem ou ensejassem proibir a entrada de estrangeiros no Brasil. Aos que tinham a possibilidade de vir ao país por conta própria, a lei não vedava o ingresso pelo visto comum. Àqueles que não possuíam condições de vir, mas que tivessem tal ambição, era oferecido pelo governo uma espécie de subsídio à imigração.<sup>126</sup>

Já na década de 70, observou-se o início de um movimento expressivo dos países em desenvolvimento na busca por assimilação de novas tecnologias de forma que, ao mesmo tempo, pudesse oferecer proteção a indústria nacional e aos seus meios de produção.<sup>127</sup>

Neste período histórico, o governo brasileiro se preocupou em modernizar-se sem ter de sacrificar o desenvolvimento nacional, passando a assumir uma posição mais ativa, sendo criado e condutor de políticas industriais, visando garantir que os intercâmbios de tecnologia só acontecessem se se mostrassem “propícios à proteção e ao desenvolvimento da indústria brasileira”.<sup>128</sup>

E foi a partir desta época que a legislação vigente começou a ser esboçada. Visando a proteção da indústria nacional em detrimento da migração, o governo passou a ver no fenômeno migratório uma oportunidade de assimilação de tecnologia e uma ameaça ao seu desenvolvimento econômico.

Nos dizeres de Juliana L. B. Viegas:

Os governos, não só do Brasil, mas da maioria dos países em desenvolvimento, tradicionalmente mais dependentes de tecnologia internacional, passaram, a partir do início dos anos 70, a encarar a transferência de tecnologia como uma forma não bem-vinda de permitir a evasão de divisas e um impedimento à consecução das metas de desenvolvimento tecnológico e competitividade internos.<sup>129</sup>

E, com esta mentalidade, o atual Estatuto do Estrangeiro foi formulado e posto em vigência.

É importante esclarecer melhor como a questão migratória é tratada institucionalmente. A movimentação das pessoas através das fronteiras do Brasil envolve um conjunto variado de Ministérios e autarquias: o Ministério das Relações Exteriores, o Ministério do Trabalho, o Ministério da Justiça, a Polícia Federal, entre outros. Em princípio,

<sup>126</sup> BOUCINHAS FILHO, Jorge Cavalcanti; BARBAS, Leandro Moreira Valente, 2013, p.32-33.

<sup>127</sup> Id. Ibidem, p.33.

<sup>128</sup> Id. Ibidem, p.33.

<sup>129</sup> VEGAS, Juliana L. B. *apud* BOUCINHAS FILHO, Jorge Cavalcanti; BARBAS, Leandro Moreira Valente, 2013, p.33.

o órgão que coordena as ações dessas diversas instituições em relação à entrada de estrangeiros no país é o Conselho Nacional de Imigração (CNIg) (criado pelo Estatuto do Estrangeiro (Lei Federal n.6.815/80), com uma estrutura colegiada), que é um órgão de natureza administrativa, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego. Dentre suas diversas atribuições, definidas pelo Decreto n.840, de 22 de junho de 1993,<sup>130</sup> a que procuramos enfatizar neste trabalho é a transcrita no art. 1º desse Decreto:

[...]

I – formular a política de imigração;

II – coordenar e orientar as atividades de imigração;

[...]

VI – estabelecer normas de seleção de imigrantes, visando proporcionar mão de obra especializada aos vários setores de economia nacional e captar recursos para setores específicos;

VII – dirimir as dúvidas e solucionar os casos omissos, no que diz respeito a imigrantes [...].<sup>131</sup>

O Conselho Nacional de Imigração é o principal órgão governamental no que diz respeito à regulação de imigração no Brasil.<sup>132</sup>

O Estatuto do Estrangeiro (Lei nº 6.815/80), por sua vez, é a principal norma que trata e disciplina o regime jurídico dos estrangeiros em território brasileiro, estando ao lado da Constituição Federal de 1988. Nele se encontram especificados os tipos de vistos que podem ser concedidos aos estrangeiros entrantes e a que títulos estes vistos poderão ser concedidos.<sup>133</sup>

Os vistos temporários e permanentes estão previstos nos arts. 13 e 16 respectivamente. As situações previstas no art.13 são taxativas, e são reguladas pelo Conselho Nacional de Imigração, que não possui o poder de criar novas situações ensejadoras da concessão. “Este tipo de visto, de acordo com o Estatuto, pode ser concedido a estrangeiro que venha ao Brasil, mediante contrato, na condição de técnico ou profissional de outra categoria”. Este contrato se sujeita a análise e aprovação do Ministério do Trabalho e antes da concessão do visto o Conselho Nacional de Imigração analisa a situação.<sup>134</sup>

O art.16 regulamenta a concessão de visto permanente, e esta lista não é taxativa. A norma se limita a disciplinar as condições em que o estrangeiro poderá receber este visto,

<sup>130</sup> BOUCINHAS FILHO, Jorge Cavalcanti; BARBAS, Leandro Moreira Valente, 2013, p.37.

<sup>131</sup> BRASIL. Decreto n. 840, de 22 de junho de 1993. Dispõe sobre a organização e o funcionamento do Conselho Nacional de Imigração e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D0840.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D0840.htm)>. Acesso em: 04 jun. 2013.

<sup>132</sup> BOUCINHAS FILHO, Jorge Cavalcanti; BARBAS, Leandro Moreira Valente, 2013, p.38.

<sup>133</sup> Id. Ibidem, p.43.

<sup>134</sup> Id. Ibidem, p.43.

como a adequação a procedimentos e a observância às normas específicas “editadas pelo Conselho Nacional de Imigração relativas à hipótese que permite a entrada do estrangeiro no País (art.17). Esse Conselho fica, assim, incumbido de determinar quais as situações que ensejam a concessão do visto permanente”.<sup>135</sup>

Outro ponto determinante do Estatuto, já anteriormente mencionado, é o que está disposto no parágrafo único do art. 16, *in verbis*:

Art. 16. O visto permanente poderá ser concedido ao estrangeiro que pretenda se fixar definitivamente no Brasil.

Parágrafo único. A imigração objetivará, primordialmente, propiciar mão-de-obra especializada aos vários setores da economia nacional, visando à Política Nacional de Desenvolvimento em todos os aspectos e, em especial, ao aumento da produtividade, à assimilação de tecnologia e à captação de recursos para setores específicos.

Este parágrafo possui a intenção clara de delinear os objetivos da imigração, apontando com clareza que “a imigração deve servir como porta de entrada para mão de obra especializada na economia brasileira, que, por sua vez, permite a assimilação de tecnologia (*know-how*) por ela”. Desta forma, compreende-se que estes são requisitos que se impõem para a caracterização de uma situação que permita a concessão do visto permanente a um estrangeiro.<sup>136</sup>

O Estatuto do Estrangeiro vigente tem sido alvo das mais diversas críticas, tais como a de que demoniza o estrangeiro pobre, de que não concede direito político aos imigrantes e de que possui conteúdo contraditório.<sup>137</sup>

Neste sentido, é o que expõe Rossana Rocha Reis:

A principal crítica das organizações que defendem os interesses dos imigrantes no Brasil diz respeito ao fato de que muitas das disposições presentes na lei de 1980 estão em flagrante descompasso com as disposições relativas ao respeito dos direitos humanos presentes na Constituição de 1988 (ACNUR et al.,2007). A inconsistência da legislação de 1980 é pontada como um ponto fraco das demandas do Estado brasileiro para tratar a questão dos emigrantes brasileiros em negociações e fóruns bilaterais e multilaterais.

Os movimentos sociais, organizações não governamentais e pesquisadores no Brasil ao longo dos anos buscaram não apenas sensibilizar o Estado brasileiro para as demandas dos emigrantes estrangeiros, como também construir um consenso sobre a importância das mudanças na lei de imigração brasileira e sua conexão com as demandas dos brasileiros no exterior.<sup>138</sup>

Em 2009 o governo encaminhou ao Congresso Nacional uma proposta de Novo Estatuto dos Estrangeiros (PL 5.655/2009). Dentre as muitas mudanças, esta lei prevê a

<sup>135</sup> BOUCINHAS FILHO, Jorge Cavalcanti; BARBAS, Leandro Moreira Valente, 2013, p.43.

<sup>136</sup> Id. Ibidem, p.44.

<sup>137</sup> Id. Ibidem, p.38.

<sup>138</sup> REIS, Rossana Rocha. A Política do Brasil para as Migrações Internacionais. **Revista Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 1, p.47-69, janeiro/junho 2011. p.59



extensão das obrigações do CNIg a questões referentes à emigração de brasileiros, transformando-o em Conselho Nacional de Migrações.

Importante frisar que houveram “três anistias feitas por parte do governo brasileiro, sendo a primeira em 1988, a segunda em 1998 e a última em 2009, onde 43 mil estrangeiros foram regularizados, entre os quais 17 mil bolivianos e mais de 4 mil paraguaios”.<sup>139</sup> Rossana Reis defende que, ainda que estas atitudes mostrem uma “boa vontade” por parte do governo para lidar com a questão dos documentados, por outro lado demonstra a necessidade de uma política mais abrangente face à persistência do problema ao longo destes anos. Defende, assim, a implementação de acordos de livre circulação e a nova legislação de estrangeiros.<sup>140</sup>

Ainda que haja a implementação de acordo de livre circulação de trabalhadores que abranja os bolivianos, estes ainda sofrem muito com a falta de informação e com a manipulação dos donos de fábrica têxteis que, visando obter lucros em cima da exploração de seus trabalhos, os trazem para cá com promessas de bons empregos e de uma vida melhor, conforme será devidamente estudado a seguir.

## **2. A REALIDADE JURÍDICA, ECONÔMICA E HUMANA DOS TRABALHADORES BOLIVIANOS EM SITUAÇÃO DE IRREGULARIDADE**

### **2.1 As condições sub-humanas de trabalho**

A presença boliviana no Brasil, como anteriormente abordado, não é fato novo, embora tenha se tornado significativa somente a partir da década de 1980.<sup>141</sup> Pode-se dizer que tal presença remonta ao início da década de 1950, quando jovens estudantes bolivianos escolhiam a nação brasileira para estudar, estimulados pelos convênios de intercâmbio científico e cultural Brasil-Bolívia.<sup>142</sup>

A partir dos anos 80 começou a se consolidar um determinado perfil imigrante boliviano: jovem de ambos os sexos, solteiro e de escolaridade média. Estes “vieram atraídos

<sup>139</sup> REIS, Rossana Rocha, 2011, p.61.

<sup>140</sup> Id. Ibidem, p.61.

<sup>141</sup> SILVA, Sidney Antonio da. Bolivianos em São Paulo: entre o sonho e a realidade. **Estudos avançados**, v. 20, n. 57, p. 157-170, 2006. p.159

<sup>142</sup> Id. Ibidem, p.159.

principalmente pelas promessas de bons salários feitas pelos empregadores coreanos, bolivianos ou brasileiros da indústria da confecção”.<sup>143</sup>

Ainda que a imigração de bolivianos tenha ganhado uma densidade e dinâmica próprias, ainda está muito vinculada à confecção.<sup>144</sup>

Igualmente, não é novidade que a indústria de vestuário utiliza mão-de-obra clandestina nas suas confecções, seja no Brasil, seja em outros países.<sup>145</sup>

Segundo Sidney Antônio da Silva, estes imigrantes, que são predominantemente pacenhos e cochabambinos (isto é, provenientes de La Paz e Cochabamba respectivamente), são de origem rural e vêm ao Brasil com o sonho de mudarem suas vidas para melhor e, para tanto, apostam tudo na atividade da costura.<sup>146</sup>

Na grande maioria dos casos, a imigração acontece através das facilitações oferecidas pelos aliciadores de mão-de-obra (agências e coíotes), que além de organizarem as viagens, encaminham as ofertas de trabalho.<sup>147</sup>

As ruas de La Paz, El Alto e Cochabamba (predominantemente) estão repletas de anúncios, na maioria das vezes enganosos, de que confecções de roupas em São Paulo pagam um salário fixo e oferecem boas condições de trabalho para aqueles que se dispuserem a migrar e trabalhar (informação informal).<sup>148</sup>

Com a ajuda dos aliciadores, os imigrantes adentram o país passando pelas fronteiras de diversas formas. Nas palavras de Carlos Freire da Silva:

Os imigrantes entram irregularmente pela fronteira, ou com documentos falsos, ou com vistos temporários de turistas, e no geral já vem com as indicações sobre o local de trabalho. A clandestinidade é uma característica marcante deste processo migratório. Há todo um mercado ilícito que se forma pelas oportunidades geradas em torno da facilitação da imigração irregular, seja na falsificação de documentos, na compra de vistos, ou na corrupção de agentes fiscais da fronteira.<sup>149</sup>

<sup>143</sup> SILVA, Sidney Antonio da. Bolivianos em São Paulo Dinâmica cultural e processos identitários. In: BAENINGER, Rosana (Org.). **Imigração Boliviana no Brasil**. Campinas: Núcleo de Estudos de População- Nepo/Unicamp; Fapesp; CNPq; Unfpa, 2012. p. 19.

<sup>144</sup> SILVA, Carlos Freire da. **Trabalho Informal e Redes de Subcontratação: Dinamicas Urbanas da Industria de Confeccões em São Paulo**. 2008. 147 f. Dissertação (Pós-graduação) - Curso de Filosofia, Letras e Ciencias Humanas, Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Cap. 3. p.89.

<sup>145</sup> CACCIAMALI, Maria Cristina; AZEVEDO, Flávio Antonio Gomes de. Entre o tráfico humano e a opção da mobilidade social: a situação dos imigrantes bolivianos na cidade de São Paulo. **PROLAM/USP**, São Paulo, v. 1, ano 5, 2006. Disponível em: [www.usp.br/prolam/downloads/2006\\_1\\_7.pdf](http://www.usp.br/prolam/downloads/2006_1_7.pdf). Acesso em: 1º de junho de 2013.

<sup>146</sup> Id. Ibidem., p.21.

<sup>147</sup> SILVA, Carlos Freire da. 2008. p.90.

<sup>148</sup> G1.GLOBO.COM. Profissão Repórter. A longa fila de imigrantes que querem entrar no país. O caminho dos trabalhadores até as oficinas de costura. Disponível em: <http://g1.globo.com/profissao-reporter/noticia/2013/04/esquema-de-exploracao-do-trabalho-de-bolivianos-no-brasil-e-revelado.html> Acesso em: 06 de junho de 2013.

<sup>149</sup> SILVA, Carlos Freire da. 2008. p.91.

As rotas utilizadas para a migração são alteradas de acordo com a fiscalização, e mudam de acordo com a visibilidade das migrações bolivianas na mídia, ou conforme as operações realizadas pela polícia de repressão à irregularidade. A passagem costuma ocorrer por via terrestre, sendo a mais frequente a fronteira de Corumbá/MS (há mais de 1.500 km de estrada de El Alto, cidade de entrada para a capital de La Paz), a de Foz do Iguaçu, passando pelo Paraguai, e a de Guajará-Mirim/RO.<sup>150</sup>

Os custos das viagens (que incluem as passagens, o cruzar a fronteira e a viagem até a cidade de São Paulo) são arcados pelo imigrante, seja de forma direta ou “indireta”, já que grande parte dos empregadores arcam com estes custos em troca de alguns meses de trabalho.<sup>151</sup>

Mas, ainda que alguns bolivianos venham ao Brasil sem um destino estabelecido previamente, não lhes é dificultoso encontrar um trabalho no ramo da costura, pois possuem acesso a essas informações nos encontros bolivianos que ocorrem nos fins de semana nas praças de São Paulo.<sup>152</sup>

Nestes casos, “o aliciamento da mão-de-obra inicia-se já na descida do ônibus na rodoviária de cada cidade, onde o trabalhador é convidado a se hospedar em uma das pensões locais”. Dali, os novos trabalhadores se encaminham para o local de trabalho geralmente em caminhões lotados que transportam gado e sem alimentação.<sup>153</sup>

Segundo o “Diagnóstico das migrações internacionais entre Brasil, Paraguai e Bolívia”, a maior concentração de bolivianos residentes no Brasil (pelo Censo de 2000) está no estado de São Paulo, sendo que dessa concentração, 39,3% está na capital, 1,9% em Guarulhos e 1,4% em Osasco<sup>154</sup>. Depois de São Paulo, as maiores concentrações estão em Corumbá-MS, Guajará-Mirim (Rondônia) e Rio de Janeiro.<sup>155</sup>

<sup>150</sup> SILVA, Carlos Freire da. 2008. p.91.

<sup>151</sup> Id. Ibidem, p.91.

<sup>152</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. **Relatório Final Da Comissão Parlamentar De Inquérito Para Apurar A Exploração De Trabalho Análogo Ao De Escravo**. São Paulo, 2008. Disponível em: <[http://www1.camara.sp.gov.br/central\\_de\\_arquivos/vereadores/CPI-TrabalhoEscravo.pdf](http://www1.camara.sp.gov.br/central_de_arquivos/vereadores/CPI-TrabalhoEscravo.pdf)>. Acesso em: 07 de junho de 2013. p.26.

<sup>153</sup> SYDOW, Evanize. **Bolivianos escravizados em São Paulo**. Relatório Anual, 2003. Disponível em: <<http://www.social.org.br/relatorio2003/relatorio015.htm>>. Acesso em: 07 de junho de 2013.

<sup>154</sup> CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS. **Populações e políticas sociais no Brasil: os desafios da transição demográfica e das migrações internacionais**. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2008. Disponível em: <<http://www.cgee.org.br/atividades/redirect.php?idProduto=5019>>. Acesso em: 07 jun. 2013. p.280.

<sup>155</sup> SOUCHAUD, Sylvain. A imigração boliviana em São Paulo. **Deslocamentos e Reconstruções da Experiência Migrante**. p.267-290, 2010. Disponível em: <[http://halshs.archives-ouvertes.fr/docs/00/55/30/18/PDF/Souchaud\\_NIEM\\_ImigraA\\_A\\_oBolivianaSA\\_oPaulo\\_2009VersA\\_oFinal.pdf](http://halshs.archives-ouvertes.fr/docs/00/55/30/18/PDF/Souchaud_NIEM_ImigraA_A_oBolivianaSA_oPaulo_2009VersA_oFinal.pdf)>. Acesso em: 07 de junho de 2013. p.3.

“A imigração boliviana no Brasil caracteriza-se por uma forte concentração em poucos lugares, distantes e diferenciados”.<sup>156</sup>

A população boliviana tem se concentrado, em São Paulo, nos bairros centrais, como Belém, Brás, Pari e Bom Retiro, mas não chegam a formar enclaves étnicos em lugar algum do centro, se instalando também na periferia oriental do município, dando sinais de progressão no sul, no norte e no oeste, padrão este que pode ser “identificado na imigração de mão-de-obra sem qualificação ou pouco qualificada e de baixa renda”.<sup>157</sup>

Conforme o Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito para Apurar a Exploração de Trabalho Análogo ao de Escravo de 2006, como a grande maioria chega ao território brasileiro através destes aliciadores, permanecem no país de forma ilegal, seja por falta de conhecimento ou por falta de documentos/meios necessários à regularização. Estando nestas condições, lhes é dito, de forma a manipulá-los, que se forem pegos pela Polícia Federal serão deportados.<sup>158</sup>

Dessa forma, uma vez empregados, há inúmeras maneiras de terem sua liberdade cerceada. Em grande número dos casos, os documentos destes migrantes são retidos pelos empregadores donos das oficinas, que alegam agirem de tal forma por questões de segurança. Devido o fato de estar no país em situação de irregularidade, com visto que não mais é cabido (ex.:de turismo), vencido ou até mesmo sem visto algum, estes bolivianos “temem sair à rua e serem detidos – um risco que é ressaltado e exagerado pelos patrões, que chegam a ameaçar entregá-los à polícia caso decidam deixar o trabalho”. Mesmo estando no Brasil há tempo suficiente para aprender a língua portuguesa, não aprendem o idioma por evitarem ao máximo sair às ruas (até mesmo com medo de se perder) e de estabelecer um diálogo com um brasileiro.<sup>159</sup>

Nas palavras de Evanize Sydow:

A falta de documentação é uma das maiores dificuldades encontradas pelos bolivianos. É o pesadelo de serem abordados pela Polícia Federal e expulsos do país. "A situação de insegurança em que vive a maioria deles é resultante, por um lado, da falta de documentos, e, por outro, é consequência da estratégia utilizada pelos donos das pequenas confecções, os quais os amedrontam dizendo que a polícia pode abordá-los a qualquer momento pelas ruas da cidade, ou ainda ameaçam entregá-los à mesma, caso eles decidam mudar de emprego."<sup>160</sup>

<sup>156</sup> SOUCHAUD, Sylvain, 2010, p.3.

<sup>157</sup> Id. Ibidem, p.15.

<sup>158</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. **Relatório Final Da Comissão Parlamentar De Inquérito Para Apurar A Exploração De Trabalho Análogo Ao De Escravo**. São Paulo, 2006. Disponível em: <[http://www1.camara.sp.gov.br/central\\_de\\_arquivos/vereadores/CPI-TrabalhoEscravo.pdf](http://www1.camara.sp.gov.br/central_de_arquivos/vereadores/CPI-TrabalhoEscravo.pdf)>. Acesso em: 07 de junho de 2013. p.26.

<sup>159</sup> Ibidem.

<sup>160</sup> SYDOW, Evanize, 2003.

A relação de dependência e de escravidão por dívida inicia a partir do momento que eles chegam devendo o valor pago pelos trabalhadores para o transporte deles.

O salário tão prometido é, na realidade, pago por peça costurada, que pode ser desde R\$ 0,80 a R\$ 4,50 por unidade.<sup>161</sup> As condições de trabalho são precárias: trabalham mais de 8 horas por dia, de segunda a sábado e possuem poucas horas de descanso. As oficinas estão quase sempre cheias, com pouca iluminação, pouca ventilação e são em casas que servem de moradia para as famílias migrantes trabalhadoras.<sup>162</sup>

Segundo a CPI do Trabalho Escravo realizada em 2006:

A moradia oferecida aos costureiros é a própria oficina de costura: depois de trabalhar o dia todo, estendem colchonetes embaixo das máquinas, onde às vezes se encontram crianças dormindo durante o dia. As refeições também são feitas ali.

As instalações são precárias, com ligações elétricas inadequadas, material inflamável acumulado perto de fios e o perigo constante de acidentes – sem falar no cansaço pelas longas jornadas, que aumenta os riscos a que as pessoas estão expostas. Também não há muita higiene, como é fácil imaginar em um lugar que é moradia e trabalho – é comum haver embalagens com restos de comida no ambiente da oficina, e são poucos os banheiros para tanta gente.

Como muitas oficinas funcionam sem autorização ou têm inúmeras irregularidades, elas mantêm as janelas fechadas – às vezes até emparedadas, com madeira ou tijolos. Isso aumenta muito o desconforto e, por não haver ventilação adequada, a possibilidade de transmissão de doenças como a tuberculose, que tem alta incidência entre os bolivianos. Para piorar, a alimentação fornecida – e descontada do pagamento – é pobre em nutrientes; pouquíssimas vezes os trabalhadores podem comer carne ou ovo, por exemplo. Isso os debilita ainda mais

Para disfarçar o ruído das máquinas, alguns empregadores colocam música boliviana em alto volume, o que cumpre também outra função: impede que os costureiros conversem entre si (no temor de que a comunicação leve à organização de algum tipo de revolta ou levante) e cria um clima forçado de “familiaridade” ao transportar um elemento da cultura nativa para o novo endereço.<sup>163</sup>

A falta de comunicação com os vizinhos faz com que pareçam ser refugiados. Entram em casa rapidamente, não falam com os brasileiros e mantem as portas e janelas trancadas.<sup>164</sup>

Esta situação também é retratada pelo depoimento de um trabalhador boliviano em situação irregular em uma conversa com um repórter do jornal Folha de S. Paulo:

A Folha, que acompanhou a fiscalização, conversou com vários bolivianos. Nenhum domina ainda o português, apesar de alguns estarem em São Paulo há vários anos.

<sup>161</sup> R7 Notícias. **Operação flagra 32 bolivianos em situação de escravidão em confecções de costura de SP.** Disponível em: <<http://noticias.r7.com/sao-paulo/operacao-flagra-32-bolivianos-em-situacao-de-escravidao-em-confeccoes-de-costura-de-sp-23032013>>. Acesso em: 07 de junho de 2013.

<sup>162</sup> CYMBALISTA, Renato; XAVIER, Iara Rolnik. A comunidade boliviana em São Paulo: definindo padrões de territorialidade. **Cadernos Metrópole**, n.17, p.119-133, 1º sem. 2007. p.124.

<sup>163</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. **Relatório Final Da Comissão Parlamentar De Inquérito Para Apurar A Exploração De Trabalho Análogo Ao De Escravo.** 2006. p.26-27.

<sup>164</sup> Ibidem, p.27.

"É que só falamos entre nós mesmos. Não procuramos nos relacionar com os brasileiros", diz M., 37 (nenhum nome será divulgado a pedido dos trabalhadores). Isso garante a discrição e a clandestinidade da operação<sup>165</sup>.

Estes trabalhadores, apesar de terem seus direitos trabalhistas garantidos, não estão livres. "Eles sequer reconhecem (ou conhecem) seus direitos, inclusive os fundamentais de todo ser humano".<sup>166</sup>

Por direitos trabalhistas, se entende todos aqueles que os nacionais possuem (conforme o Acordo de Residência entre os Estados Parte do MERCOSUL), que são mencionados na Constituição Federal da República de 1988: assinatura da carteira de trabalho; pagamento de salário; indenização compensatória em caso de dispensa imotivada; seguro-desemprego; FGTS; salário mínimo nacionalmente unificado; piso salarial; irredutibilidade de salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo de trabalho; garantia do salário mínimo aos que percebem remuneração variável; 13º salário; adicional noturno; proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa; participação nos lucros ou resultados, desvinculado da remuneração; salário-família pago em razão do dependente de baixa renda; jornada de 8 horas diárias e 44 horas semanais, facultada a redução de jornada e compensação, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.

Soma-se a estes os direitos de jornada de 6 horas para quem trabalha em turno ininterruptos de revezamento; repouso semanal remunerado; horas extras, com adicional mínimo de 50%; férias anuais remuneradas acrescidas do terço constitucional; licença à gestante, sem prejuízo do salário, durante 120 dias prorrogáveis por mais de 60 dias de acordo com a Lei 11.770/2008, que instituiu o Programa Cidadã; licença paternidade (5 dias); proteção do mercado de trabalho da mulher; aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de 30 dias; redução dos riscos inerentes ao trabalho, por normas de saúde, higiene e segurança; adicional de periculosidade e insalubridade; aposentadoria; assistência gratuita aos filhos e dependentes, desde o nascimento até 5 anos de idade em creches e pré-escolas; reconhecimento dos acordos e convenções coletivas de trabalho; proteção em face da automação.

Incluem-se os direitos de seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador; prescrição dos créditos dos trabalhadores urbanos e rurais de 5 anos na vigência do contrato de trabalho, limitada a 2 anos após a extinção do pacto; proibição de diferenças de

<sup>165</sup> FOLHA DE S. PAULO. **Bolivianos resgatados recebiam R\$ 1,20 por calça e só falavam entre si.** Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/1251109-bolivianos-resgatados-recebiam-r-120-por-calca-e-so-falavam-entre-si.shtml>>. Acesso em: 07 de junho de 2013.

<sup>166</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. **Relatório Final Da Comissão Parlamentar De Inquérito Para Apurar A Exploração De Trabalho Análogo Ao De Escravo.** 2006. p.27.

salários, de exercícios de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil; proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiências; proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre profissionais respectivos; proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos; igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício e o trabalhador avulso.

No que se refere às consequências da falta de respeito destes direitos, não se podem olvidar os impactos psicológicos que uma condição de vida como essa causa a uma pessoa, que acaba por construir traumas que a perseguirá por toda a vida, resultantes do desenraizamento identitário, das fortes discriminações, dos exasperados ritmos de trabalho e das fobias decorrentes da situação de incerteza e precariedade.<sup>167</sup>

Aliás, é o que também relata o documento da Organização Internacional de Migração, ao dizer que embora entre o Brasil e a Bolívia haja um acordo de livre residência (Acordo de Residência para Nacionais dos Estados Partes do MERCOSUL, mencionado no capítulo anterior a este), os empreiteiros violam a lei para evitar o pagamento de obrigações sociais, devendo o Ministério do Trabalho e Emprego (se possível juntamente com o Ministério Público do Trabalho, a Polícia Federal e com a Polícia Rodoviária Federal) fiscalizar e impedir esta situação.<sup>168</sup>

Desta forma, para os trabalhadores, mesmo que estivessem documentados, não teriam seus direitos assegurados, vez que seus empregadores não os registrariam após a obtenção destes. Para continuarem trabalhando, devem se sujeitar a essas condições, até mesmo por se tratar de mercado de trabalho, onde a mão-de-obra é abundante e a falta de regulamentação das relações de trabalho é preponderante.<sup>169</sup>

Cymbalista e Xavier, em sua pesquisa realizada com entrevistas com alguns bolivianos na cidade de São Paulo, fazem uma colocação muito importante ao apontarem que, de fato, o fator enganador (que poderia ser fundamental para o enquadramento da situação como tráfico de pessoas) é dubitável, já que dos entrevistados pelos autores, apenas quatro afirmaram que vieram ao Brasil acreditando que encontrariam as condições publicadas no

<sup>167</sup> CSEM. **Migrações e Pobreza: pobreza produz migração. Migração contratas a pobreza?**. 2006. Disponível em: <[http://www.csem.org.br/images/downloads/artigos/editorial\\_Resenha\\_n.63.pdf](http://www.csem.org.br/images/downloads/artigos/editorial_Resenha_n.63.pdf)>. Acesso em: 07 de junho de 2013.

<sup>168</sup> ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DE MIGRAÇÃO. **Perfil Migratorio de Bolivia**. 2011. Disponível em: <[http://publications.iom.int/bookstore/free/Perfil\\_Migratorio\\_de\\_Bolivia.pdf](http://publications.iom.int/bookstore/free/Perfil_Migratorio_de_Bolivia.pdf)>. Acesso em: 02 jun. 2013. p.39, tradução nossa.

<sup>169</sup> SILVA, Sidney Antonio da. 2006. p.164.

território boliviano. A maioria, segundo a pesquisa, recebe exatamente o que já esperava receber.<sup>170</sup>

E, certamente, ante tamanha situação degradante, exploratória e recorrente, torna-se difícil acreditar que a maioria destes migrantes teriam vindo ao Brasil da mesma forma cientes nas condições vendidas na Bolívia como os primeiros que vieram, há muito tempo atrás. Segundo a pesquisa mencionada, os imigrantes chegam a São Paulo tendo, no mínimo, uma pessoa conhecida residente no Brasil (ainda que de forma ilegal), e a realização do trabalho em família é muito comum.<sup>171</sup>

A CPI do Trabalho Escravo também menciona esta situação, que assim descreve:

Ao longo dos anos, alguns imigrantes conseguem progredir nos negócios e montar suas próprias oficinas de costura, passando então a empregar os bolivianos da nova geração. Instala-se o círculo vicioso: o empregador reproduz com os recém-chegados as condições a que foi submetido quando era costureiro. Por terem laços familiares ou pela própria condição de conterrâneos de seus empregadores, os novatos sentem-se constrangidos em protestar quanto à sua condição. Mais do que isso, sentem-se gratos àquele que lhes ofereceu trabalho e moradia, e têm a idéia de que lhes devem, mais do que dinheiro, fidelidade. O que, como já foi dito, faz com que muitos não se reconheçam como explorados.<sup>172</sup>

O trabalho nestas situações de inobservância de leis, especialmente das leis trabalhistas, tem como principal motivação a vantagem econômica que se percebe, já que a inobservância aos direitos trabalhistas dos empregados garante um maior lucro e um melhor lugar na concorrência para o empregador. É, pois, neste sentido, que Patrícia Tavares de Freitas leciona:

Nessa perspectiva analítica, os imigrantes seriam as principais vítimas dos efeitos perversos da globalização – que, enquanto por um lado acirra desigualdades regionais em nível mundial, impulsionando movimentos migratórios de massa nos países que perderam o jogo do desenvolvimento. Por outro lado, impõe a alguns setores econômicos como, por exemplo, o setor de confecção, padrões de competitividade que passam a se sustentar por processos de super exploração da força de trabalho em amplos circuitos de subcontratação.<sup>173</sup>

Aliás, importante constar que estas oficinas, longe de serem comandadas por pessoas que nunca sofreram com esta realidade, estão sob o mando de empregadores bolivianos que, geralmente, já foram empregados naquela oficina. Anteriormente, até meados de 1990, os donos eram de ascendência coreana, que hoje passaram a trabalhar em atividades mais lucrativas da cadeia. A venda destas oficinas a estes empregados se dá não pela forma

<sup>170</sup> CYMBALISTA, Renato; XAVIER, Iara Rolnik. 2007. p.124.

<sup>171</sup> Id. Ibidem. p.124.

<sup>172</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. **Relatório Final Da Comissão Parlamentar De Inquérito Para Apurar A Exploração De Trabalho Análogo Ao De Escravo**. 2006. p.25.

<sup>173</sup> FREITAS, Patrícia Tavares de. “Imigração boliviana para São Paulo e setor de confecção - em busca de um paradigma analítico alternativo”. In: BAENINGER, Rosana (Org.). **Imigração Boliviana no Brasil**. Campinas: Núcleo de Estudos de População - Nepo/unicamp; Fapesp; Cnpq; Unfpa, 2012. 316 p. p.157.



monetária, mas pela manutenção de uma quantidade de itens para o dono da oficina, o que se dá pela prestação de trabalho por meses ou anos sem qualquer remuneração. Além disso, muitos dos entrevistados por Cymbalista e Xavier “trabalham em pequenas oficinas familiares, que não distinguem empregador e empregado da forma clássica”.<sup>174</sup>

Analisando a situação de forma mais ampla, dos imigrantes latino-americanos que residem em São Paulo, a maior parte migrou com o intuito de trabalhar nos ramos de confecções, comércio e serviços, e são em sua maioria bolivianos, peruanos e paraguaios. Ainda que a estimativa da presença de bolivianos residentes em São Paulo esteja aumentando, dados da Polícia Federal e do Ministério do Trabalho apontam para uma diminuição da concessão de pedidos de autorização de trabalho, o que demonstra claramente o aumento desta população andina irregular na capital. Devido esta falta de controle estatal sobre o número destes migrantes, a disponibilidade de dados confiáveis fica bastante prejudicada.<sup>175</sup>

No que tange ao número de bolivianos tem-se que, em São Paulo, “a comunidade boliviana pode reunir até 100 mil pessoas pelas estimativas da Pastoral dos Migrantes Latino-americanos, embora o consulado da cidade de São Paulo reconheça a existência de 50 a 70 mil imigrantes clandestinos”.<sup>176</sup> Destes, estima-se que um terço corresponde aos profissionais liberais, aos donos de oficina e aos comerciantes, sendo os outros dois terços correspondentes a trabalhadores clandestinos (indocumentados/irregulares), dentre os quais, muitos com o ofício de costureiro em oficinas de confecção de vestuário.<sup>177</sup>

Nesta parcela que compreende outros empreendimentos, observa-se a existência destes: a) estabelecimentos comerciais que compreendem, geralmente, restaurantes, pequenos mercados/armazéns e cabelereiros, e ainda aqueles ponto de vendas ambulantes, que se concentram em vender produtos como produtos típicos, comida, CDs, DVDs e cartões eletrônicos; b) o exercício de serviços telefônicos e de transportes próprios, para o público externo, buscando conectar bolivianos e outros migrantes de origem hispano-americana; c) empreendem nas criações de rádios piratas com os assuntos que os interessa, como saúde, educação, lazer, e questões relacionadas ao trabalho nas oficinas de costura (tudo em espanhol

<sup>174</sup> CYMBALISTA, Renato; XAVIER, Iara Rolnik. 2007. p.124

<sup>175</sup> OLIVEIRA, Gabriela Camargo de; BAENINGER, Rosana. “A segunda geração de bolivianos na cidade de São Paulo”. In: BAENINGER, Rosana (Org.). **Imigração Boliviana no Brasil**. Campinas: Núcleo de Estudos de População - Nepo/unicamp; Fapesp; Cnpq; Unfpa, 2012. 316 p. p.180.

<sup>176</sup> CACCIAMALI, Maria Cristina; AZEVEDO, Flávio Antonio Gomes de. 2006. p.01.

<sup>177</sup> Id. Ibidem., p.01.

e em aymará, claro) e; d) buscam consolidar lugares de referencia da comunidade boliviana na capital, como por exemplo, a rua Coimbra (no Bresser) e a Praça Kantuta (no Canidé).<sup>178</sup>

De qualquer forma, muitos trabalhadores bolivianos em situação de irregularidade estão vivenciando uma realidade que não deveriam vivenciar, realidade esta que está em dissonância com os direitos que eles possuem.

Estes direitos serão tratados a seguir.

## 2.2 Os direitos que possuem

Embora os imigrantes bolivianos em situação irregular acreditem não possuírem direitos ou, se sabem que os possuem “em parte”, abrem mão destes para obter um emprego e auferir renda a sua família, estes direitos lhes pertencem e não são passíveis de renúncia.

Certamente muitos se questionam da real existência destes, já que não lhes é reservado qualquer respeito ou observância. Dá-se a impressão de que o Estado não se importa, ou que não possui qualquer política de tratamento diferenciado para estes que tanto sofrem, e há tanto tempo. Mas eles existem sim e, se observados, dariam lugar a uma realidade completamente distinta, oposta à atual, onde os direitos trabalhistas seriam respeitados, com um espaço para o labor condizente, saudável e propício para a vivência de uma existência digna.

Para o estudo destes direitos, necessário se faz uma breve contextualização jurídica dos fatos, discriminando e enquadrando a realidade destes imigrantes irregulares no âmbito jurídico.

Antes de qualquer consideração, há que se ter claro alguns conceitos básicos definidos pela Organização Internacional de Migração que se aplicam ao caso em estudo:

Estrangeiro indocumentado: estrangeiro que entra ou permanece num país sem a documentação necessária. Inclui, entre outros, (a) quem, sem documentação para entrar no país, ingressa clandestinamente; (b) quem entra utilizando documentação falsa; (c) quem, depois de ter ingressado com documentação legal, permanece no país depois do tempo autorizado ou, se tiver violado as normas de ingresso, permanece sem autorização.<sup>179</sup>

<sup>178</sup> FREITAS, Patrícia Tavares de. Imigração boliviana para São Paulo e setor de confecção - em busca de um paradigma analítico alternativo. In: BAENINGER, Rosana (Org.). **Imigração Boliviana no Brasil**. Campinas: Núcleo de Estudos de População - Nepo/unicamp; Fapesp; Cnpq; Unfpa, 2012. 316 p. p.161-162.

<sup>179</sup> ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DE MIGRAÇÃO (IOM). *Glosario sobre Migracion*. Derecho Internacional sobre Migración, n.7. Ginebra, 2006. Disponível em:

Migração clandestina: migração secreta, oculta ou dissimulada em violação dos requisitos de imigração. Ocorre quando um estrangeiro viola as normas de ingresso a um país; ou quando, havendo ingressado ao país legalmente, prolonga sua estadia em violação das normas de imigração.<sup>180</sup>

Migrante econômico: pessoa que, tendo deixado seu lugar de residência ou domicílio habitual, busca melhorar suas condições de vida em um país distinto daquele de origem. Este termo se distingue de “refugiado” que foge por perseguição ou do refugiado de fato que foge por violência generalizada ou violação massiva dos direitos humanos. [...] Da mesma forma, o termo se aplica às pessoas que se estabelecem fora de seu país de origem pelo período de um trabalho sazonal ou temporário.<sup>181</sup>

Migrante irregular: Pessoa que, tendo ingressado ilegalmente ou com o visto vencido, deixa de ter o status legal no país receptor ou de trânsito. O termo se aplica aos migrantes que infringem as normas de admissão do país ou a qualquer pessoa não autorizada a permanecer no país receptor (também chamado clandestino/ilegal/ migrante indocumentado ou migrante em situação irregular).<sup>182</sup>

Estes conceitos podem parecer intuitivamente cognoscíveis, mas é de suma importância a sua especificação técnica, pois repercutirão em diferentes situações jurídicas, com direitos distintos.

O migrante boliviano irregular a que se refere este estudo é trabalhador. Vem para o Brasil com o intuito de encontrar melhores condições de vida através da prestação de serviço. Contudo, quando decide vir de forma legalizada pela fronteira, retira um visto temporário (geralmente o de turista) e, passado o tempo permitido em lei, aqui permanece, se tornando um migrante em situação irregular. Quando impedido de vir por este meio, ultrapassa a fronteira clandestinamente, sem a obtenção de qualquer documentação, e geralmente com o auxílio de aliciadores.

Esta condição ilegal de entrada e permanência no país através de um facilitador/atravessador, se enquadra na definição de “tráfico de migrantes”, que segundo o Decreto nº 5.016, de 12 de março de 2004 (que promulga o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, relativo ao Combate ao Tráfico de Migrantes por Via Terrestre, Marítima e Aérea) significa “a promoção, com o objetivo de

---

<<http://joomla.corteidh.or.cr:8080/joomla/images/stories/Observaciones/11/Anexo%204.pdf> >. Acesso em: 07 de junho de 2013. p.26, tradução nossa.

<sup>180</sup> Ibidem, p. 39, tradução nossa.

<sup>181</sup> Ibidem, p. 42, tradução nossa.

<sup>182</sup> Ibidem, p. 43, tradução nossa.

obter, direta ou indiretamente, um benefício financeiro ou outro benefício material, da entrada ilegal de uma pessoa num Estado Parte do qual essa pessoa não seja nacional ou residente permanente”.<sup>183</sup>

O Protocolo de Palermo que trata do tráfico de pessoas também traz a definição de “tráfico de pessoas”, que em muito pode se aplicar ao caso aqui estudado. *In verbis*:

Para efeitos do presente Protocolo:

a) A expressão "tráfico de pessoas" significa o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tem autoridade sobre outra para fins de exploração. A exploração incluirá, no mínimo, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, escravatura ou práticas similares a escravatura, a servidão ou a remoção de órgãos;

b) O consentimento dado pela vítima de tráfico de pessoas tendo em vista qualquer tipo de exploração descrito na alínea a) do presente artigo será considerado irrelevante se tiver sido utilizado qualquer um dos meios referidos na alínea a),<sup>184</sup>

Da definição de ambos, vê-se que não é difícil confundi-los. Aliás, observa-se uma problemática conceitual quando se utiliza os termos “*trafficking*” (tráfico de pessoas) e “*smuggling*” (contrabando de migrantes). Roberto Marinucci esclarece ao dizer que o *trafficking* trata de pessoas (de forma geral), envolve o aliciamento, o cerceamento de liberdade, uso de documentos legais ou ilegais, a passagem regular ou irregular de uma fronteira ou nenhuma passagem, a exploração da vítima para prostituição ou trabalho forçado e envolve crime contra os direitos humanos (entendidos como os direitos e liberdades básicos de todos os seres humanos, conforme a Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas), além de, se houver, envolver infração das leis imigratórias de um Estado. Já o *smuggling* envolve a decisão “livre” do **migrante**, a colaboração voluntária com o atravessador, o uso de documentos ilegais, utilização de passagem irregular de uma fronteira e a relação com o atravessador se finda depois da entrada no país receptor, além de envolver infração das leis imigratórias do Estado.<sup>185</sup>

<sup>183</sup> BRASIL. Decreto n.5.016, de 12 de março de 2004. Promulga o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, relativo ao Combate ao Tráfico de Migrantes por Via Terrestre, Marítima e Aérea. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5016.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5016.htm)>. Acesso em: 07 de junho de 2013.

<sup>184</sup> Protocolo Adicional a Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional relativo a Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em especial Mulheres e Crianças (Protocolo de Palermo). Disponível em: <[http://www.santac.org/eng/content/download/584/3540/file/Protocolo de Palermo.pdf](http://www.santac.org/eng/content/download/584/3540/file/Protocolo_de_Palermo.pdf)>. Acesso em: 07 de junho de 2013.

<sup>185</sup> MARINUCCI, Roberto. **Tráfico de pessoas: alguns esclarecimentos conceituais**. [s/d]a. Disponível em: <[http://www.csem.org.br/images/downloads/artigos/Tr%C3%A1fico\\_de\\_Pessoas\\_alguns\\_esclarecimentos\\_conceituais.pdf](http://www.csem.org.br/images/downloads/artigos/Tr%C3%A1fico_de_Pessoas_alguns_esclarecimentos_conceituais.pdf)>. Acesso em: 07 de junho de 2013. p.1-2.

No caso do tráfico de migrantes, é entendido que a pessoa consente em ser traficada com o objetivo de cruzar uma fronteira ilegalmente. No tráfico de pessoas, se a vítima consentir, será por coação do aliciador ou por estar iludida com promessas que não se concretizarão ao chegar no local de destino. Outros elementos caracterizadores do tráfico de pessoas são a exploração e a possibilidade de ocorrer em um mesmo território; ao passo que o tráfico de migrantes é sempre transnacional.<sup>186</sup>

Colaciona-se um depoimento que bem ilustra o tráfico de migrantes:

Partimos de La Paz até Cochabamba e chegamos até Santa Cruz de La Sierra. Ofereceram-nos passagem para Assunção do Paraguai por USD 65,00. Chegando a Assunção nos esperava um paraguaio que nos prometeu passar a fronteira por USD 150. Ali já tinha mais gente que ofereceu levar por USD 120, optamos pelo mais barato. Chegamos a Salto del Guairá, na fronteira com Brasil, e aí ele nos prometia que ia nos fazer passar, mas não chegava o momento. Ficamos lá uma semana e o dinheiro acabava pouco a pouco. O dinheiro que tínhamos era contado para chegar ao Brasil. Cozinhamos chunio [batata desidratada], lentilha e cebola e isso era o que comíamos, éramos vários... (trabalhador imigrante, 06/09/2006).<sup>187</sup>

E outro depoimento em que o tráfico de pessoas é caracterizado:

Meu patrão... que mora no Itaim Paulista me trouxe da Bolívia e prometeu pagar 300,00 reais por mês. Trabalhei cinco meses fechados numa casa, com cadeado, ele não me pagou nada; só um vale de 90 reais (trabalhadora imigrante, 11/09/2006).<sup>188</sup>

Sobre os motivos causadores destes aliciamentos, o Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios de Brasília (CSEM) aponta:

A condição migratória – na maioria das vezes administrativamente irregular – torna muitos migrantes mais vulneráveis a diferentes formas de aliciamento no lugar de chegada. A necessidade de pagar as dívidas da viagem, de enviar remessas aos familiares, de alcançar a almejada estabilidade financeira, unidos à xenofobia, ao racismo, à dificuldade de encontrar emprego formal e ao medo de serem deportados, fragilizam o migrante. Às vezes, são justamente os migrantes econômicos que acabam entrando nas redes de tráfico de pessoas, tanto nos países de saída, quando nos países de destino.<sup>189</sup>

Vê-se, contudo, que na prática, a barreira que separa o *smuggling* do *trafficking* é porosa, já que, devido às dívidas adquiridas pelos migrantes para a travessia e as condições de trabalho que operam (e com o número de horas que trabalham), o vínculo que se cria com o empregador é de tal forma que chega a figurar uma relação de trabalho análoga a condição de escravo.

<sup>186</sup> ILLES, Paulo; TIMÓTEO, Gabrielle Louise Soares; FIORUCCI, Elaine da Silva. **Tráfico de Pessoas para fins de exploração do trabalho na cidade de São Paulo**. [s/d]. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/cpa/n31/n31a10.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2013. p.210.

<sup>187</sup> Id. Ibidem, p.210-211.

<sup>188</sup> Id. Ibidem, p.211.

<sup>189</sup> CENTRO SCALABRINIANO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS DE BRASÍLIA (CSEM). **Tráfico de Pessoas: quais são as estratégias de combate?**. 2008. Disponível em: <http://www.csem.org.br/2008/trafico\_de\_pessoas\_quais\_sao\_as\_estrategias\_de\_combate.pdf>. Acesso em: 07 de junho de 2013. p.2.

Vale esclarecer a que se refere quando se menciona “condição análoga a condição de escravo”. Segundo a cartilha do Ministério do Trabalho e Emprego de título “Manual de Combate ao Trabalho em Condições Análogas às de Escravo” “o conceito de trabalho em condição análoga à de escravo, bem como sua vedação no território nacional, decorrem dos preceitos da Constituição Federal, como se vê”.<sup>190</sup>

Art. 1º. A república Federativa do Brasil,[...] tem como fundamentos: [...]

III – a dignidade da pessoa humana

IV – os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa [...]

Art. 4º. A república Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: [...]

II – prevalência dos direitos humanos

Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...]

III – ninguém será submetido à tortura nem a tratamento desumano ou degradante; [...]

XXIII – a propriedade atenderá a sua função social;

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: [...]

III – função social da propriedade; [...]

VII – redução das desigualdades regionais e sociais;

Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: [...]

III – observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

IV – exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

Importante ressaltar a íntegra do artigo 7º da Carta Magna que prevê os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais “além de outros que visem à melhoria de sua condição social” (*in verbis*).

Importante ainda frisar que a íntegra do artigo 1º da Constituição Federal do Brasil, “que prevê os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais ‘além de outros que visem à melhoria de sua condição social’”<sup>191</sup> também se integra neste conjunto de normas que dão forma ao trabalho em condições análogas às de escravo.

A conduta também é mencionada no Código Penal, em seu artigo 149, que prevê:

<sup>190</sup> MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Manual de Combate ao Trabalho em Condições Análogas às de Escravo**. 2011. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A350AC88201350B7404E56553/combate%20trabalho%20escravo%20WEB.PDF>>. Acesso em: 07 de junho de 2013. p.10.

<sup>191</sup> Ibidem, p.11.

Art. 149. Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto: (Redação dada pela Lei nº 10.803, de 11.12.2003)

Pena - reclusão, de dois a oito anos, e multa, além da pena correspondente à violência. (Redação dada pela Lei nº 10.803, de 11.12.2003)

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem: (Incluído pela Lei nº 10.803, de 11.12.2003)

I - cerceia o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho; (Incluído pela Lei nº 10.803, de 11.12.2003)

II - mantém vigilância ostensiva no local de trabalho ou se apodera de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho [...]

Desta forma, sendo o tráfico de pessoas caracterizado, também, pelo posterior trabalho escravo, a distinção entre pessoas traficadas e migrantes irregulares se torna ainda mais complexa, já que por vezes, estas “são justamente as pessoas que decidiram emigrar contratando atravessadores e que acabam entrando em redes de tráfico de pessoas, sobretudo por causa das dívidas contraídas”.<sup>192</sup>

A escravidão por dívida é uma situação muito comumente encontrada nas oficinas de confecção que trabalham com migrantes em situação de irregularidade. Ainda que posteriormente seja alcançável para o trabalhador irregular a aferição dos ganhos de seu trabalho após a quitação das dívidas, esta situação não deixa de figurar, juntamente com as condições degradantes, a exploração laboral e a falta de observância de direitos trabalhistas (trabalho em condições análogas às de escravo).

Aliás, é o que grande parte dos noticiários divulga quando o Ministério do Trabalho e Emprego fiscaliza essas oficinas de confecção. No sítio eletrônico do jornal Folha de São Paulo, encontram-se as seguintes notícias:

[...] Os bolivianos não tinham documentação brasileira (registro em carteira, nem pensar) e, segundo seus relatos, corroborados pelos dos donos da oficina, cumpriam jornadas superiores a 12 horas.

Foram apreendidos cadernos com anotações das dívidas de cada trabalhador, a fim de fazer descontos.

A maioria dos costureiros ainda pagava a viagem ao Brasil (transporte por terra entre La Paz e Puerto Quijarro ou Puerto Suarez, as cidades bolivianas na fronteira, e entre Corumbá e São Paulo).<sup>193</sup>

Os cadernos com a contabilidade da oficina, apreendidos pela fiscalização, mostram em detalhes a forma de exploração da mão de obra boliviana. Em uma das 200 páginas de um caderno universitário com capa colorida, totalmente anotado, encontra-se a situação da família Y, apenas um exemplo.

<sup>192</sup> MARINUCCI, Roberto, [s/d]a, p.2.

<sup>193</sup> FOLHA DE S. PAULO. **Bolivianos em SP obtêm carteira profissional e indenização de R\$ 25 mil.** Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/1251104-bolivianos-em-sp-obtem-carteira-profissional-e-indenizacao-de-r-25-mil.shtml>>. Acesso em: 07 de junho de 2013.

No total, os Y teria direito a pôr as mãos em R\$ 2.112,40. Mas, com dívidas de R\$ 1.600 (entre passagens e vales), receberam apenas R\$ 512,40.

Várias páginas do livro mostram o preço da passagem entre Corumbá e São Paulo -- R\$ 211, em ônibus clandestinos [...].<sup>194</sup>

Vinte e oito bolivianos aliciados em La Paz para trabalhar em uma oficina de costura de fundo de quintal na zona leste de São Paulo foram resgatados na terça-feira por uma fiscalização realizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério Público do Trabalho e Receita Federal.

[...]

Os bolivianos não tinham documentação brasileira e, segundo seus relatos, cumpriam jornadas superiores a 12 horas. Foram apreendidos cadernos com anotações das dívidas de cada trabalhador, a fim de fazer descontos.<sup>195</sup>

#### E no R7 Notícias:

Trinta e dois bolivianos foram flagrados trabalhando em regime de escravidão em confecções de costura no Belenzinho, na região central da cidade e em Guarulhos, na Grande São Paulo. As irregularidades trabalhistas foram descobertas durante uma força-tarefa realizada pelo MPT (Ministério Público do Trabalho) de São Paulo, TRT (Tribunal Regional do Trabalho) de São Paulo, Receita Federal e pela secretaria da Justiça e defesa da cidadania do estado de São Paulo. As blitzes ocorreram na quarta-feira (20), quinta-feira (21) e nesta sexta-feira (22).<sup>196</sup>

Assim, dependendo da situação fática (existência de provas como o passaporte – quando há –, os documentos de viagem, declarações das partes e outros documentos hábeis a comprovar os elementos essenciais como o engano e a exploração contínua/não eventual, caracterizadores do tráfico de pessoas pelo Protocolo de Palermo), pode-se afirmar que o trabalhador boliviano em situação irregular pode se enquadrar no contexto do tráfico de pessoas, situação jurídica esta que lhe faculta a possibilidade da concessão de visto permanente, conforme Resolução Normativa nº93 do Conselho Nacional de Imigração, de dezembro de 2010 (que dispõe sobre a concessão de visto permanente ou permanência no Brasil a estrangeiro considerado vítima do tráfico de pessoas):

Art. 1º Ao estrangeiro que esteja no Brasil em situação de vulnerabilidade, vítima do crime de tráfico de pessoas, poderá ser concedido visto permanente ou permanência, nos termos do art. 16 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, que será condicionado ao prazo de um ano.

<sup>194</sup> FOLHA DE S. PAULO. **Bolivianos resgatados recebiam R\$ 1,20 por calça e só falavam entre si.** Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/1251109-bolivianos-resgatados-recebiam-r-120-por-calca-e-so-falavam-entre-si.shtml>>. Acesso em: 07 de junho de 2013.

<sup>195</sup> FOLHA DE S. PAULO. **28 bolivianos são resgatados de oficina de costura na zona leste de SP.** Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/1251172-28-bolivianos-sao-resgatados-de-oficina-de-costura-na-zona-leste-de-sp.shtml>>. Acesso em: 07 de junho de 2013.

<sup>196</sup> R7 NOTÍCIAS. **Operação flagra 32 bolivianos em situação de escravidão em confecções de costura de SP.** Disponível em: <<http://noticias.r7.com/sao-paulo/operacao-flagra-32-bolivianos-em-situacao-de-escravidao-em-confeccoes-de-costura-de-sp-23032013>>. Acesso em: 07 de junho de 2013.



§ 1º. A partir da concessão do visto a que se refere o caput, o estrangeiro estará autorizado a permanecer no Brasil e poderá decidir se voluntariamente colaborará com eventual investigação ou processo criminal em curso.

§ 2º. A concessão do visto permanente ou permanência poderá ser estendida ao cônjuge ou companheiro, ascendentes, descendentes e dependentes que tenham comprovada convivência habitual com a vítima.

Art. 2º Para fins desta Resolução, será considerado tráfico de pessoas, conforme definido no Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em especial Mulheres e Crianças: “O recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra para fins de exploração”.<sup>197</sup>

Isto posto, vê-se que, comprovada a situação de vítima de tráfico humano do trabalhador migrante boliviano em situação irregular, este trabalhador já é detentor do direito ao visto permanente, não havendo qualquer necessidade para alimentar temores de ser deportado.

No que se refere a esta condição social de exploração, este trabalhador também possui o direito de pleitear a percepção de indenização por danos morais quando litigante em causa no Poder Judiciário.

O lastro jurídico que nos leva a este entendimento está no ordenamento jurídico brasileiro. “A compensação pelo dano moral causado tem sustentáculo no artigo 5º, incisos V e X, da Constituição Federal de 1988”:<sup>198</sup>

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

V - É assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

[...]

X - São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;<sup>199</sup>

<sup>197</sup> MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Resolução Normativa 93: Dispõe sobre a concessão de visto permanente ou permanência no Brasil a estrangeiro considerado vítima do tráfico de pessoas. Disponível em: <[http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812D5CA2D3012D60D125BF0640/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20Normativa%20n%C2%BA%2093,%20de%2021\\_12\\_2010.pdf](http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812D5CA2D3012D60D125BF0640/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20Normativa%20n%C2%BA%2093,%20de%2021_12_2010.pdf)>. Acesso em: 07 de junho de 2013.

<sup>198</sup> SÃO PEDRO, Bruno Lessa Pedreira. Trabalho escravo e dano moral. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XV, n. 103, ago 2012. Disponível em: <[http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=12084](http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=12084)>. Acesso em: 07 de junho 2013.

<sup>199</sup> BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 08 de junho de 2013

Além destes dispositivos, aplicam-se ao caso os artigos 186, 187 e 927, do Código Civil (que tratam da indenização por este tipo de dano). Estes também são aplicados pelo Direito do Trabalho, em virtude do parágrafo único do artigo 8º da Consolidação das Leis do Trabalho:

Art. 8º - As autoridades administrativas e a Justiça do Trabalho, na falta de disposições legais ou contratuais, decidirão, conforme o caso, pela jurisprudência, por analogia, por equidade e outros princípios e normas gerais de direito, principalmente do direito do trabalho, e, ainda, de acordo com os usos e costumes, o direito comparado, mas sempre de maneira que nenhum interesse de classe ou particular prevaleça sobre o interesse público.

Parágrafo único - O direito comum será fonte subsidiária do direito do trabalho, naquilo em que não for incompatível com os princípios fundamentais deste.<sup>200</sup>

E quanto à competência, ainda que esta conduta esteja tipificada pelo Código Penal, é a Justiça do Trabalho que julga e processa essas demandas.<sup>201</sup> O artigo 114, em seu inciso VI, da Constituição Federal não deixa dúvidas:

Art. 114. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004) [...]

VI - as ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho;<sup>202</sup>

Destarte, o trabalhador boliviano em situação irregular possui o direito à concessão de visto permanente (quando vítima de tráfico de pessoas), direito à indenização por danos morais (quando na condição de trabalho análoga à de escravo) e, por fim, a todos os direitos trabalhistas assegurados aos nacionais brasileiros (aqueles arrolados na Constituição Federal da República de 1988 mencionados), conforme ratificação pelo Brasil do Acordo de Residência entre os membros do MERCOSUL mais Bolívia e Chile.

Este Acordo, como mencionado no capítulo anterior, concede a todos os nacionais dos países acordantes os direitos trabalhistas conferidos aos nacionais, mesmo que o migrante esteja em situação irregular, conforme art.9, nº3 e art.10, alínea b:

Artigo 9

DIREITO DOS IMIGRANTES E DOS MEMBROS DE SUAS FAMÍLIAS

[...]

<sup>200</sup> BRASIL. **Consolidação das Leis de Trabalho** (CLT). Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del5452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm)>. Acesso em: 08 de junho de 2013.

<sup>201</sup> MANDALOZZO, Silvana Souza Netto. Dano moral no Direito do Trabalho. **Revista Jurídica da UEPG**. [s/d]. Disponível em: <<http://www.buscalegis.ufsc.br/revistas/files/journals/2/articles/23491/public/23491-23491-1-PB.pdf>>. Acesso em 08 de junho de 2013.

<sup>202</sup> BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 08 de junho de 2013

3. IGUALDADE DE TRATAMENTO COM OS NACIONAIS: **Os imigrantes gozarão, no território das Partes, de tratamento não menos favorável do que recebem os nacionais do país de recepção, no que concerne à aplicação da legislação trabalhista, especialmente em matéria de remuneração, condições de trabalho e seguro social.**

Artigo 10

PROMOÇÃO DE MEDIDAS RELATIVAS A CONDIÇÕES LEGAIS DE MIGRAÇÃO E EMPREGO NAS PARTES

As partes estabelecerão mecanismos de cooperação permanentes tendentes a impedir o emprego ilegal dos imigrantes no território da outra, para tal efeito, adotarão entre outras, as seguintes medidas:

[...]

b) Sanções efetivas às pessoas físicas ou jurídicas que empreguem nacionais das Partes em condições ilegais. **Tais medidas não afetarão os direitos que correspondam aos trabalhadores imigrantes, como consequência dos trabalhos realizados nestas condições; (grifo nosso)**<sup>203</sup>

É neste sentido que Lidson afirma que “já temos, então, trabalhadores do MERCOSUL, mais Bolívia e Chile, o direito individual à assinatura de Carteira de Trabalho e Previdência Social, para todos os nacionais de originários dos países do Mercosul, Bolívia e Chile, incluindo os que estejam em situação irregular”,<sup>204</sup> e posteriormente assevera:

[...] ainda mais, se for o caso de estrangeiro irregular “mercosulino” ou de Bolívia e Chile, pois os citados acordos determinam proteção aos direitos trabalhistas, independentemente de estarem ou não regularizados no país (art. 9, número -3-, e art. 10, letra -b-) [...].<sup>205</sup>

Contudo, o respeito a estes direitos tem sido tardio. Tardio no sentido de os trabalhadores em questão não disfrutarem dos seus direitos sem a intervenção judiciária, só tendo acesso a eles quando ajuízam reclamações trabalhistas ou acordam com seus empregadores mediante Termos de Ajustamentos de Conduta provocados pelo Ministério do Trabalho e Emprego no momento das fiscalizações.

O estudo da Jurisprudência e dos Termos de Ajustamento de Conduta será abordado no seguinte subtítulo.

<sup>203</sup> BRASIL. Decreto n.6.975, de 7 de outubro de 2009. Promulga o Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercado Comum do Sul – Mercosul, Bolívia e Chile, assinado por ocasião da XXIII Reunião do Conselho do Mercado Comum, realizada em Brasília nos dias 5 e 6 de dezembro de 2002.. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6975.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6975.htm)>. Acesso em: 27 maio 2013

<sup>204</sup> TOMAS, Lidson José. Em vigência a livre circulação no Mercosul, mais Bolívia e Chile. Direitos de trabalhar, empreender, circular e residir. **Conteúdo Jurídico**, Brasília-DF: 04 dez. 2012. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.40940&seo=1>>. Acesso em: 08 jun. 2013.

<sup>205</sup> Id. Ibidem.

### 2.3 Jurisprudência e Termos de Ajustamento de Conduta

Em que pese o número alarmante de bolivianos trabalhando em situação análoga à de escravo, o número de processos ajuizados com o requerimento dos direitos trabalhistas em segunda instância são muito escassos. Não se conhece o motivo de tal realidade, mas imagina-se que se deve atribuir à falta de lastro probatório por parte da empresa ré capaz de modificar o julgado no primeiro grau. Há um maior número de demandas de cunho penal, onde os crimes atribuídos são de sujeição à condição análoga a de escravo e manutenção de estrangeiro em situação irregular, além de ofensa aos direitos trabalhistas e direitos humanos.

Como exemplo, colaciona-se esta jurisprudência, que é anterior ao Acordo de Residência para Nacionais dos Estados Partes do MERCOSUL mais Bolívia e Chile:

PROCESSUAL PENAL E PENAL: REDUÇÃO À CONDIÇÃO ANÁLOGA À DE ESCRAVO. MANUTENÇÃO DE ESTRANGEIRO EM SITUAÇÃO IRREGULAR. ART. 149, DO CP E ART. 125, XII, DA LEI 6.815/80. MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADAS. FARTA PROVA TESTEMUNHAL. ESTRANGEIROS EM SITUAÇÃO ILEGAL. INDIGNIDADE DO TRATAMENTO. DIREITOS HUMANOS E TRABALHISTAS. OFENSA. DEMONSTRAÇÃO. ELEMENTAR PRESENTE. CONDENAÇÃO MANTIDA. - As provas dos autos demonstraram que o apelante, proprietário de uma empresa de confecção, teria **reduzido à condição análoga à de escravo 16 (dezesesseis) pessoas entre bolivianos e paraguaios, em situação clandestina ou irregular, que trabalhavam e moravam em local onde funcionava sua empresa.** II - As provas em desfavor do réu além de fartas, não estão angariadas tão somente em fase inquisitiva, muito embora não seria esperado que as testemunhas arroladas na denúncia e oitivadas no auto de prisão em flagrante, **vítimas dos delitos fossem encontradas no mesmo local após todos os acontecimentos, porque são estrangeiras, residiam no local dos fatos e estavam bastante intimidadas.** III - Para fins de caracterização do tipo do art. 149, do CP, não se exige um regime de trabalho de escravidão como nos moldes antigos. **Uma vez comprovado que os salários eram pagos com atraso e em valores irrisórios (15 a 25 centavos por peça de roupa produzida), não havia o recolhimento das contribuições devidas à seguridade social, a alimentação era escassa e estavam submetidos à cerceamento de liberdade, está configurada a indignidade da condição, acrescida pela situação irregular no país, o que não denota viagem de passeio ou turismo.**V - Notadamente o réu locupletava-se e favorecia-se do silêncio dos estrangeiros, em situação ilegal, de notória condição de hipossuficiência econômica, sem perspectiva de vida no país de origem e dispostos a submeter-se à dureza do trabalho em país vizinho, em condição degradante e em desacordo com a legislação nacional e internacional de proteção aos direitos humanos (artigo XXIV).VI - A elementar do art. 125, XII, da Lei 6.815/80, que impõe a irregularidade de estrangeiro no país, mantidos ilicitamente pelo réu, restou evidente posto que confirmada por todas as vítimas e assumida pelo próprio réu, que tentou fazer parecer a situação sob viés diverso da realidade.125XII6.815VII - Recurso da defesa improvido. Sentença mantida

(4219 SP 2003.61.81.004219-0, Relator: DESEMBARGADORA FEDERAL CECILIA MELLO, Data de Julgamento: 02/09/2008, SEGUNDA TURMA) *(grifo nosso)*

E estas, que bem retratam a situação degradante dos bolivianos em situação irregular trazidos por seus aliciadores:

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. COMPETÊNCIA. REJEIÇÃO DA DENÚNCIA. ARTIGO 149, DO CÓDIGO PENAL. ARTIGO 125, INCISOS VII E XII, DA LEI 6.815/80. MATERIALIDADE. INDÍCIOS DE AUTORIA. RECURSO PROVIDO.

[...] 2. Restou claramente narrado que o denunciado mantinha a seu serviço e em situação irregular a vítima boliviana, que fora introduzida no Brasil por ele a título de turista, porém, já com o intuito de mantê-la empregada por três anos. 3. O título de turista permite a permanência do estrangeiro no Brasil por no máximo 90 (noventa) dias, e o caso em questão revela uma permanência de aproximadamente 5 (cinco) anos. 4. Restou claro, também, pela narrativa da exordial, de que o denunciado, ao possibilitar a saída da vítima de sua residência apenas uma vez por ano, ocultava estrangeiro clandestino ou irregular, conforme disposto no artigo 125, inciso XII, da Lei 6.815/90. 5. Outrossim, é indubitável e claramente demonstrado que a conduta descrita na denúncia, de que o denunciado mantinha a vítima trancafiada em sua residência, permitindo sua saída anualmente, retendo seus documentos e a pagando uma vez por ano, traduza a condição análoga à de escravo a que o Recorrido a submetia. 6. Respeitado os limites que o momento processual requer, restou satisfatoriamente demonstrados a materialidade e os indícios de autoria de todos os delitos narrados. 7. A denúncia foi embasada em depoimentos da vítima e testemunha, corroborada com a declaração do Recorrido de que "certa vez" a impediu de sair de casa porque ainda não era o fim do ano, além de reter seus documentos e pagá-la anualmente com "vale". 8. Assim, a denúncia está apta a ser recebida, não se enquadrando em nenhum dos impedimentos dispostos no artigo 43, do Código de Processo Penal, havendo clara conexão entre as infrações narradas na denúncia. 9. As condutas supostamente cometidas estão interligadas, um delito propicia e assegura outro, além de servirem de provas entre si, restando patente o vínculo entre eles. 10. Indubitavelmente, o delito do artigo 125, inciso XII, da Constituição Federal é de competência Federal, firmando, dessa forma, a Competência da Justiça Federal, nos exatos termos da Súmula 122, do STJ: "Compete à Justiça Federal o processo e julgamento unificado dos crimes conexos de competência federal e estadual, não se aplicando a regra do art. 78, II, a, do Código de Processo Penal". 11. Recurso provido.

(7075 SP 2004.61.81.007075-9, Relator: DESEMBARGADOR FEDERAL COTRIM GUIMARÃES, Data de Julgamento: 29/04/2008, SEGUNDA TURMA) (grifo nosso)

PENAL - REDUÇÃO A CONDIÇÃO ANÁLOGA À DE ESCRAVO - CONDENAÇÃO, INCLUSIVE DO GERENTE DO LOCAL DO PLÁGIO - CONCURSO FORMAL - RECONHECIMENTO DE OFÍCIO - INTRODUÇÃO CLANDESTINA DE ESTRANGEIROS NO PAÍS - ABSOLVIÇÃO POR INEXISTÊNCIA DE PROVAS PRODUZIDAS EM JUÍZO AFASTADA. I - Daniel Jorge Ramos Mamani foi condenado ao cumprimento de 3 (três) anos e 4 (quatro) meses de reclusão, em regime aberto, pela prática do crime descrito no art. 149 c/c art. 71, ambos do Código Penal, e absolvido da acusação de infração ao art. 125, XII, da Lei nº 6.815/80. [...] II - **Reduz a condição análoga à de escravo aquele que mantém 16 (dezesseis) bolivianos em condições indignas de acomodação, alimentação e trabalho, tornando-os totalmente dependentes de sua pessoa porque sem o recebimento ainda que de minguados salários, sem a posse de seus documentos e vivendo irregularmente no país, estão impossibilitados de circular livremente, de buscar outro emprego e até mesmo de procurar o**

socorro das autoridades. III - O sentenciado que num mesmo contexto de fato subtrai a liberdade de 16 (dezesseis) pessoas, mantendo-as em regime de servidão, pratica o crime em concurso formal (art. 70 do Código Penal), e não em continuidade delitiva. No caso de concurso formal o mesmo será mais benéfico ao condenado ainda que, levando em conta o elevado número de infrações (dezesseis) que é o critério objetivo para o aumento da pena (RT 755/719 - 604/396), seja majorada a pena-base (fixada no mínimo legal à luz dos critérios do art. 59 do Código Penal) em metade, resultando diminuição da pena imposta. IV - Condenação de Daniel Jorge Ramos Mamani mantida. Autoria e materialidade comprovadas. Pena reduzida para 3 (três) anos de reclusão, devido ao reconhecimento do concurso formal. V - Se aceitarmos que Rene Willy Huanca Calle era "gerente" da oficina de costura onde as vítimas eram mantidas em situação de plágio, é claro que ele detinha autoridade sobre os infelizes e, sendo preposto do escravizador principal há tantos anos, não teria como ignorar a situação de servidão dos bolivianos. Aceitando gerenciar a submissão deles ao patrão comum, concorreu para a consumação do crime descrito no art. 149 do Código Penal em caráter de participação (art. 29 do Código Penal) a qual nem pode ser qualificada como de "menor importância" pois ele exercia mando sobre as vítimas e poderia - no mínimo - ter feito cessar a permanência do delito comunicando o que presenciava às autoridades. [...] X - Apelação do Ministério Público Federal parcialmente provida; apelo de Daniel Jorge Ramos Mamani improvido; redução, de ofício, da pena imposta ao crime do art. 149 do Código Penal, reconhecendo, em seu favor, o concurso formal.

(5614 SP 1999.61.81.005614-5, Relator: DESEMBARGADOR FEDERAL JOHONSOM DI SALVO, Data de Julgamento: 02/09/2003, PRIMEIRA TURMA) (grifo nosso)

No que tange ao âmbito trabalhista, a jurisprudência anterior ao Acordo era no sentido de: devido à falta de regularização do estrangeiro no território brasileiro e a consequente falta de um contrato formal, o contrato era considerado nulo, sem a possibilidade de o trabalhador ter seus direitos trabalhistas assegurados. Foi neste sentido o caso julgado pela Sexta Turma do TST em setembro de 2006, de um trabalhador paraguaio em situação irregular que conseguiu acionar a Justiça do Trabalho após exercer a função de eletricista por 17 anos na Comercial Eletromotores Radar Ltda., e ser demitido sem receber as verbas rescisórias e o FGTS.<sup>206</sup>

A decisão que declarava sem direitos devido a nulidade do contrato foi posteriormente reformada pelo TST. Herácio Pires (relator do caso) divergiu, devendo a decisão ser reformada devido à prevalência dos seguintes princípios: princípios da dignidade da pessoa humana, dos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, da promoção do bem

<sup>206</sup> TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. **O Trabalhador Estrangeiro no Brasil**. Disponível em: <[http://www.tst.jus.br/home/-/asset\\_publisher/nD3Q/content/o-trabalhador-estrangeiro-no-brasil](http://www.tst.jus.br/home/-/asset_publisher/nD3Q/content/o-trabalhador-estrangeiro-no-brasil)>. Acesso em: 09 de junho de 2013.

de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor e idade e o princípio da isonomia conferido a brasileiros e estrangeiros residentes no Brasil.<sup>207</sup>

Afirmou que, feitas estas considerações, e tendo-se em vista que seria absolutamente inconcebível que um contrato de trabalho envolvendo trabalhador brasileiro pudesse vir a ser judicialmente declarado nulo por causa da mera inexistência de um documento de identidade, era inequívoca a conclusão de que assiste razão ao trabalhador. E acresceu ao dizer que isto resultaria em injustiça com os trabalhadores estrangeiros em situação irregular no País que, não obstante tenham colocado sua força de trabalho à disposição do empregador, ver-se-iam privados da devida remuneração em razão da informalidade de cuja ciência prévia o empregador estava obrigado pelo artigo 359 da CLT.<sup>208</sup>

Desta forma, deferiu o recurso do trabalhador com base em princípios constitucionais e em dispositivo do Protocolo de Cooperação do MERCOSUL:

ARTIGO 3 – Os cidadãos nacionais e residentes permanentes de um dos Estados Partes fruirão, nas mesmas condições que os cidadãos e residentes permanentes de outro Estado Parte, do livre acesso à jurisdição em tal Estado para a defesa de seus direitos e interesses.<sup>209</sup>

Desta forma, estes autos retornaram à primeira instância para analisar os direitos do estrangeiro.

Esta questão da nulidade do contrato foi abordada por Andreas Mato Teixeira, que afirma que o problema reside no fato, e não no mundo jurídico. Quando “estivermos diante da relação de emprego, significa dizer que efetivamente já houve prestação de trabalho. E se houve prestação de trabalho, porque o objeto é uma obrigação de fazer, não há como devolver a força de trabalho ao trabalhador”.<sup>210</sup>

E ela segue ao dizer que a melhor decisão é a que adotava a jurisprudência e doutrina brasileira, que entendia que ainda que evidente a nulidade do contrato, eram devidas todas as verbas que decorrem deste, havendo divergência apenas quanto à natureza desta prestação. Uns entendem tratar-se de uma indenização e outras de uma verba tipicamente

<sup>207</sup> DIREITONET. **TST garante direito de ação a trabalhador estrangeiro**. Disponível em: <[www.direitonet.com.br/noticias/exibir/9552/TST-garante-direito-de-acao-a-trabalhador-estrangeiro](http://www.direitonet.com.br/noticias/exibir/9552/TST-garante-direito-de-acao-a-trabalhador-estrangeiro)>. Acesso em: 09 de junho de 2013

<sup>208</sup> Idem.

<sup>209</sup> MERCOSUL. **Protocolo De Cooperação E Assistência Jurisdicional Em Matéria Civil, Comercial, Trabalhista E Administrativa** (Pr. De Las Leñas). Disponível em: <[http://www.mercosur.int/msweb/Normas/Tratado%20e%20Protocolos/CMC\\_1992\\_Dec\\_005\\_PT\\_ProtocoDasLe%C3%B1as.pdf](http://www.mercosur.int/msweb/Normas/Tratado%20e%20Protocolos/CMC_1992_Dec_005_PT_ProtocoDasLe%C3%B1as.pdf)>. Acesso em: 09 de junho de 2013.

<sup>210</sup> TEIXEIRA, Andreia Matos. O estrangeiro ilegal e seus direitos frente ao ordenamento jurídico laboral. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 6. Região**. v. 12, n. 28, p.126-129, 2001. p.129.

trabalhista (devido à falta de jurisprudência do assunto tratado neste trabalho na atualidade, não é possível afirmar se os julgados, ao tratarem de bolivianos, continuam a ser neste sentido).<sup>211</sup>

E aponta quais eram as soluções possíveis para este impasse, quais sejam a de reconhecimento do vínculo de emprego condenando o empregador ao pagamento de todas as verbas trabalhistas face a impossibilidade de constituir o *status quo ante* ao trabalhador; entender devidas apenas aquelas parcelas que correspondem ao salários pactuados, não pagando as demais verbas, mas com o intuito de não figurar enriquecimento sem causa do empregador; entender que não se deve nada ao empregado que também agiu com torpeza e, por último; entender que deve-se pagar ao trabalhador uma indenização que corresponda aos direitos trabalhistas devidos, mas não com esta nomenclatura, já que nulo o contrato laboral (não foi objeto de estudo se assim continua a ser julgado os casos que não envolvem “mercosulinos”).<sup>212</sup>

A situação de irregularidade para estes bolivianos era, de fato, difícil. Se pegos pela Polícia Federal, eram deportados e deveriam pagar uma multa pela estadia ilegal no país. Frisa-se que isto **ainda poderá ocorrer** se, ao permanecerem irregulares no país (o que pode ser dar até mesmo pela residência superior a de 2 anos – quando legalizada – sem o pedido de residência permanente) e não se mostrarem vítimas de tráfico de pessoas. No caso da prolongação de tempo no país fora do período concedido legalmente, a estadia irregular não vítima de tráfico estaria configurada.

A fiscalização do MTE, em parceria com o MPT nestes casos é fundamental. Quando encontradas estas situações de irregularidade e de exploração, podem propor um Termo de Ajustamento de Condutas com os empregadores e, na falta de observância deste, ajuizar as ações civis públicas pertinentes.

Foi o caso, por exemplo, da primeira ação civil pública ajuizada pelo MPT, conforme noticiado no site do Ministério Público do Trabalho:

O Ministério Público do Trabalho em São Paulo propôs Ação Civil Pública (ACP) contra a empresa Casas Pernambucana por exploração da mão de obra de trabalhadores, em sua maioria bolivianos, em sua cadeia de produção de roupas de suas fornecedoras ARGONAUT e VANGUARD. Esta é a primeira ACP sobre Trabalho Escravo Urbano envolvendo trabalho de estrangeiros no Brasil.<sup>213</sup>

<sup>211</sup> TEIXEIRA, Andreia Matos, 2001. p.129.

<sup>212</sup> Id. Ibidem, p.129.

<sup>213</sup> MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. **Trabalho escravo na cadeia produtiva das Casas Pernambucanas: MPT promove ação judicial e pede 5 milhões de indenização.** Disponível em: <[http://portal.mpt.gov.br/wps/portal/portal\\_do\\_mpt/comunicacao/noticias/conteudo\\_noticia!/ut/p/c4/04\\_SB8K8xLLM9MSSzPy8xBz9CP0os3hH92BPJydDRwN\\_E3cjA88QU1N3L7OgMC93I\\_2CbEdFAAovLRY!/?WCM\\_G](http://portal.mpt.gov.br/wps/portal/portal_do_mpt/comunicacao/noticias/conteudo_noticia!/ut/p/c4/04_SB8K8xLLM9MSSzPy8xBz9CP0os3hH92BPJydDRwN_E3cjA88QU1N3L7OgMC93I_2CbEdFAAovLRY!/?WCM_G)>



A investigação havia iniciado em 2010, tendo a empresa recebido 41 autos de infração, dentre os quais degradação do ambiente, jornada exaustiva de trabalho e servidão por dívida. A procuradora do Trabalho ingressou com uma Ação Civil Pública para que a empresa fosse obrigada a se responsabilizar pelo descumprimento das leis trabalhistas das oficinas de costura que havia contratado.<sup>214</sup>

As irregularidades encontradas foram desde o trabalho com jornada excessiva, servidão por dívida, condição de trabalho degradante até os trabalhadores morarem no ambiente de trabalho com suas famílias, inclusive crianças. Os trabalhadores que em sua maioria eram bolivianos, cumpriam carga horária de trabalho de 14 a 16 horas por dia e recebiam de R\$0,20 a R\$ 0,50 por peça costurada.<sup>215</sup>

O MPT havia realizado diversas audiências com a Pernambucanas tentando formular um acordo de ajuste de conduta, mas as tentativas não foram exitosas. Diante da recusa da empresa de reconhecer sua responsabilidade na cadeia produtiva dos produtos que comercializa, o MPT-SP ajuizou ACP e pede que a Pernambucanas seja condenada a:

[...] não permitir a utilização de mão-de-obra de trabalhadores estrangeiros não autorizados a permanecer e/ou trabalhar no Brasil; a não admitir a submissão de trabalhadores brasileiros ou estrangeiros a condições análogas à de escravo e degradantes; a garantir que todos os trabalhadores tenham seus contratos de trabalho devidamente registrados em Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS); a não admitir o trabalho de pessoas menores de 16 anos e proibir a permanência de crianças e adolescentes menores de 16 anos nos ambientes de trabalho; a garantir o pagamento integral dos salários, nunca inferior ao mínimo legal ou ao piso da categoria profissional, quando existente, até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido, vedados quaisquer descontos pelo empregador, salvo quando resultarem de dispositivos de lei ou de Normas Coletivas; a assegurar o depósito do FGTS dos trabalhadores, até o dia 7 de cada mês; a garantir meio ambiente de trabalho adequado, a segurança e saúde do trabalhador, em conformidade com as Normas Regulamentadoras – NR – aprovadas nos termos do Capítulo V, Título II, da Consolidação das Leis do Trabalho, que se aplicam também à habitação ou alojamentos de trabalhadores e seus familiares, concedidos em razão do trabalho, que nunca abrigarão mais de uma família por imóvel; a assegurar a observância à duração normal de trabalho, não superior a 8 horas diárias e 44 horas semanais, facultada a compensação de horários e a redução de jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho; a não admitir discriminação a trabalhador em razão da sua origem ou etnia.<sup>216</sup>

---

GLOBAL\_CONTEXT=/wps/wcm/connect/mpt/portal+do+mpt/comunicacao/noticias/trabalho+escravo+na+cadeia+produtiva+das+casas+pernambucanas>. Acesso em: 09 de junho de 2013.

<sup>214</sup> MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. **Trabalho escravo na cadeia produtiva das Casas Pernambucanas: MPT promove ação judicial e pede 5 milhões de indenização.** Disponível em: <[http://portal.mpt.gov.br/wps/portal/portal\\_do\\_mpt/comunicacao/noticias/conteudo\\_noticia!/ut/p/c4/04\\_SB8K8xLLM9MSSzPy8xBz9CP0os3hH92BPJydDRwN\\_E3cjA88QU1N3L7OgMC93I\\_2CbEdFAAovLRY!/?WCM\\_GLOBAL\\_CONTEXT=/wps/wcm/connect/mpt/portal+do+mpt/comunicacao/noticias/trabalho+escravo+na+cadeia+produtiva+das+casas+pernambucanas](http://portal.mpt.gov.br/wps/portal/portal_do_mpt/comunicacao/noticias/conteudo_noticia!/ut/p/c4/04_SB8K8xLLM9MSSzPy8xBz9CP0os3hH92BPJydDRwN_E3cjA88QU1N3L7OgMC93I_2CbEdFAAovLRY!/?WCM_GLOBAL_CONTEXT=/wps/wcm/connect/mpt/portal+do+mpt/comunicacao/noticias/trabalho+escravo+na+cadeia+produtiva+das+casas+pernambucanas)>. Acesso em: 09 de junho de 2013.

<sup>215</sup> Idem.

<sup>216</sup> Idem.

Pede também, que a Pernambucanas seja condenada em futuras fiscalizações ao pagamento de multa de R\$50.000,00 por obrigação descumprida e R\$5.000,00 por trabalhador que tenha seu direito violado. Acrescido a isto, requereu-se antecipação de tutela para que fosse determinado judicialmente a suspensão imediata da prática do trabalho em condições análogas a de escravo. A título de indenização por danos morais à coletividade de trabalhadores, foi pedido o valor de 5 milhões de reais a serem convertido ao Fundo de Amparo ao Trabalhador.<sup>217</sup> A lide segue seu processo, não tendo saído uma sentença ainda.

Do caso vê-se que a praxe, de fato, é a negociação para a instituição de um Termo de Ajustamento de Conduta. Aliás, é o que se encontra quando se lê os noticiários.

Quanto às litigâncias em segundo grau em matéria de direito trabalhista envolvendo boliviano nesta situação, tem-se o seguinte caso, julgado no Tribunal Regional de Trabalho da 2ª Região (São Paulo – capital), que é posterior ao Acordo de Residência entre os Estados Partes do MERCOSUL mais Bolívia e Chile:

PROCESSO: 0000569-27.2012.5.02.0025

RECLAMANTE: Mery Yujira Quisbert

RECLAMADA(S): Neuza Maria de Jesus Atelier ME e Companhia de Marcas

#### I - RELATÓRIO

Mery Yujira Quisbert, já qualificado (a), ajuizou reclamação trabalhista em 14/03/2012, em face de Neuza Maria de Jesus Atelier ME e Companhia de Marcas, também qualificada (s). Requer sejam deferidos os pedidos de fls. 09/11. Juntou documentos e procuração. Deu à causa o valor de R\$ 25.000,00. [...]

O caso em exame amolda-se aos fatos descritos acima, em que a reclamante, de nacionalidade boliviana, era submetida a jornada exaustiva e residia em moradia concedida pela 1ª reclamada.

Em consulta no sítio do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, em 31/08/2012, constata-se que há outras 4 reclamações trabalhistas ajuizadas em face das reclamadas Neuza Maria de Jesus Atelier ME e Companhia de Marcas, autuadas sob os números 0002545-08.2011.5.02.0089, 0000569-56.2012.5.02.0080, 0000568-89.2012.5.02.0074 e 0000624-14.2012.5.02.0013, sendo que, no processo autuado sob o nº 0002545-08.2011.5.02.0089, já houve sentença condenatória referente às horas extras e reconhecimento da prestação de serviços em favor da 2ª reclamada.

A exploração do trabalho de bolivianos imigrantes, como é o caso da reclamante, figura-se como conduta comum de grandes marcas do ramo do vestuário, como é o caso da 2ª reclamada, resultando, fatal e inegavelmente, em lesão aos trabalhadores inseridos em uma relação degradante de trabalho. Tal exploração também constitui lesão aos direitos e interesses difusos da sociedade como um todo, maior interessada na estrita observância da ordem jurídica vigente, instrumento de harmonia e paz social, e também na preservação da dignidade do trabalhador e na valorização social

<sup>217</sup> MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. **Trabalho escravo na cadeia produtiva das Casas Pernambucanas: MPT promove ação judicial e pede 5 milhões de indenização.** Disponível em: <[http://portal.mpt.gov.br/wps/portal/portal\\_do\\_mpt/comunicacao/noticias/conteudo\\_noticia!/ut/p/c4/04\\_SB8K8xLLM9MSSzPy8xBz9CP0os3hH92BPJydDRwN\\_E3cjA88QU1N3L7OgMC93I\\_2CbEdFAAovLRY!/?WCM\\_GLOBAL\\_CONTEXT=/wps/wcm/connect/mpt/portal+do+mpt/comunicacao/noticias/trabalho+escravo+na+cadeia+produtiva+das+casas+pernambucanas](http://portal.mpt.gov.br/wps/portal/portal_do_mpt/comunicacao/noticias/conteudo_noticia!/ut/p/c4/04_SB8K8xLLM9MSSzPy8xBz9CP0os3hH92BPJydDRwN_E3cjA88QU1N3L7OgMC93I_2CbEdFAAovLRY!/?WCM_GLOBAL_CONTEXT=/wps/wcm/connect/mpt/portal+do+mpt/comunicacao/noticias/trabalho+escravo+na+cadeia+produtiva+das+casas+pernambucanas)>. Acesso em: 09 de junho de 2013.

do trabalho, bens jurídicos erigidos à qualidade de fundamentos do Estado Democrático de Direito.

[...]Por se tratar de rede organizada, é obrigação da 2ª reclamada, tomadora, fiscalizar as ocorrências da sua cadeia de prestação de serviços. Toda terceirização traz necessariamente repercussões deletérias às relações de trabalho, como é o caso do trabalhador diretamente contratado que vê o risco de passar a ser o próximo a perder o seu emprego em favor de uma terceirização ou a pulverização da categoria profissional. Mas há ainda repercussões deletérias circunstanciais, que decorrem da forma como a terceirização é praticada, como é o caso da idoneidade do prestador de serviços. Essas repercussões deletérias circunstanciais devem ser fiscalizadas pelo tomador dos serviços, no caso pela 2ª reclamada, pois a terceirização não deve ser a tábua de salvação a qualquer custo e não deve isentar o beneficiário da prestação de serviços (2ª reclamada) da prática ilegal adotada pelo prestador de serviços (1ª reclamada).

A exploração do trabalho de imigrantes bolivianos, submetidos a jornadas exaustivas, constitui dumping social, reconhecido como forma perversa de busca de vantagens comerciais por meio da adoção de condições desumanas de trabalho. E conforme disposição do Enunciado 4 da 1ª Jornada de Direito Material e Processual do Trabalho, o dumping social gera direito à indenização, senão vejamos:

**DUMPING SOCIAL. DANO À SOCIEDADE. INDENIZAÇÃO SUPLEMENTAR.** As agressões reincidentes e inescusáveis aos direitos trabalhistas geram um dano à sociedade, pois com tal prática desconsidera-se, propositalmente, a estrutura do Estado social e do próprio modelo capitalista com a obtenção de vantagem indevida perante a concorrência. A prática, portanto, reflete o conhecido dumping social, motivando a necessária reação do Judiciário trabalhista para corrigi-la. O dano à sociedade configura ato ilícito, por exercício abusivo do direito, já que extrapola limites econômicos e sociais, nos exatos termos dos arts. 186, 187 e 927 do Código Civil. Encontra-se no art. 404, parágrafo único do Código Civil, o fundamento de ordem positiva para impingir ao agressor contumaz uma indenização suplementar, como, aliás, já previam os artigos 652, d, e 832, § 1º, da CLT.

Como disposto no enunciado acima transcrito, as agressões reincidentes e inescusáveis aos direitos trabalhistas, além de atingir a esfera individual de cada trabalhador, gera um dano à sociedade, pois se configura vantagem indevida em relação às concorrentes que cumprem os direitos dos trabalhadores. [...]

Vale lembrar que o artigo 20 da Lei 8.884/94 estabelece o seguinte:

Constituem infração da ordem econômica, independentemente de culpa, os atos sob qualquer forma manifestados, que tenham por objeto ou possam produzir os seguintes efeitos, ainda que não sejam alcançados:

I - limitar, falsear ou de qualquer forma prejudicar a livre concorrência ou a livre iniciativa;

Logo em seguida, o artigo 23 da Lei 8.884/94 prevê a seguinte sanção:

I - no caso de empresa, multa de um a trinta por cento do valor do faturamento bruto no seu último exercício, excluídos os impostos, a qual nunca será inferior à vantagem auferida, quando quantificável;

Assim, o julgador não pode permanecer inerte quando constatar um dano a sociedade, mesmo que seja aferida numa ação individual. A permissão de violação das normas trabalhistas, com a inércia do Poder Judiciário, gera a precarização das relações trabalhistas, na medida em que o empresário cumpridor da legislação se vê obrigado a agir do mesmo modo, diante da vantagem obtida por seu concorrente.

Não só os juízes de primeiro grau estão atentos a tendência de se reconhecer o dumping social e condenar os autores do ato lesivo ao pagamento de indenização por dano moral, os Tribunais Regionais do Trabalho também vêm confirmando as decisões. [...]

### III - DISPOSITIVO

ISTO POSTO, diante de toda a fundamentação, a qual faz parte integrante do dispositivo, nos autos da reclamação trabalhista ajuizada por Mery Yujira Quisbert em face de Neuza Maria de Jesus Atelier ME e Companhia de Marcas, decido: [...]

JULGAR PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos, formulados na petição inicial, para condenar as 1ª e 2ª reclamadas, solidariamente, nas seguintes obrigações:

a) pagamento de saldo de salário de 15 dias referente ao mês de dezembro de 2011, de aviso prévio indenizado, de férias proporcionais (6/12) acrescidas de 1/3, 13º salário proporcional (6/12), de depósitos do FGTS e da respectiva indenização de 40%.

b) comprovar os recolhimentos fundiários devidos durante todo o período contratual, além dos incidentes sobre as parcelas de natureza salarial da presente condenação, inclusive a indenização de 40% devida pela dispensa imotivada, fornecer as guias para levantamento do FGTS e fazer o comunicado de dispensa para o seguro-desemprego, no prazo de 05 dias após o trânsito em julgado, executando-se diretamente por quantias equivalentes caso verificada a inadimplência, inexistência ou insuficiência dos depósitos e, no segundo caso, inclusive se frustrado o direito de recebimento do benefício pelo decurso do prazo legal ou pela inexistência de saque fundiário.

c) pagamento dos reflexos do valor mensal pago por fora, correspondente a R\$ 290,00, em férias acrescidas de 1/3, 13º salário, aviso prévio, horas extras, depósitos do FGTS e respectiva indenização de 40%.

d) pagamento do adicional de acúmulo de funções correspondente a 20% do salário de R\$ 1.300,00, reconhecido na presente decisão, percentual este condizente com a acumulação de atividades havida durante todo o período contratual, e reflexos em DSR, aviso prévio, férias acrescidas de 1/3, 13º salário, depósitos do FGTS e respectiva indenização de 40%.

e) pagamento das horas extras excedentes da 8ª diária e 44ª semanal, conforme a jornada de trabalho acima reconhecida, acrescidas do adicional de 50%, além de reflexos em DSR, 13º salário, férias acrescidas de 1/3, aviso prévio, depósitos do FGTS e respectiva indenização de 40%, segundo os parâmetros fixados na fundamentação.

f) pagamento de 1 hora extra acrescida ao adicional de 50% nos dias em que a reclamante não usufruiu integralmente do intervalo intrajornada de 1 hora, apurados conforme a jornada de trabalho reconhecida, além de reflexos em DSR, 13º salário, férias acrescidas de 1/3, aviso prévio, depósitos do FGTS e respectiva indenização de 40%, segundo os parâmetros fixados na fundamentação.

g) pagamento de indenização por danos morais no valor de R\$ 40.000,00.

h) pagamento do valor de R\$ 300.000,00 por dano moral coletivo, a ser revertido ao FAT.

i) pagamento de saldo de salário de 15 dias referente ao mês de dezembro de 2011, de aviso prévio indenizado, de férias proporcionais (6/12) acrescidas de 1/3, 13º salário proporcional (6/12) e da indenização de 40% do FGTS com o acréscimo de 50% do art. 467 da CLT.

j) pagamento da multa do art. 477, § 8º, da CLT.

CONDENAR a 1ª reclamada ao pagamento em favor da União de multa correspondente a 1% sobre o valor atribuído a causa e ao pagamento em favor da reclamante de indenização correspondente a 20% sobre o valor da causa, nos termos do artigo 18, § 2º, do CPC. [...]

Vislumbra-se que o Acordo de Residência não é mencionado na decisão, que se utiliza de outros dispositivos para efetuar a entrega dos direitos que são assegurados a estes

imigrantes. Mesmo sem a menção do referido acordo, a sentença entrou em consonância com os direitos do boliviano em situação irregular no Brasil.

Vale ressaltar que a menção ao Acordo de Residência entre os Estados Partes do MERCOSUL mais Bolívia e Chile não foi encontrado na pesquisa jurisprudencial realizada neste estudo, mas não há dúvidas de que este possui força de lei infraconstitucional.

Conclui-se que a Justiça não tem demonstrado relapso quanto a entrega destes direitos a estes imigrantes vítimas de exploração, sendo a principal tônica do problema a necessidade de se convocar o Judiciário para ter os direitos trabalhistas respeitados, não havendo ainda sua observância no contexto prático, o que demonstra a necessidade de tomada de algumas medidas igualmente práticas para alcançar a solução deste problema, assunto este tratado no Capítulo a seguir.

### **3. O DESAFIO DA OBSERVÂNCIA DOS DIREITOS ASSEGURADOS EM RAZÃO DA EXISTÊNCIA DO TRÁFICO HUMANO**

#### **3.1 As Políticas Nacionais e Internacionais para a prevenção do Tráfico Humano**

Do estudo até aqui realizado, viu-se que a raiz do problema se encontra no plano prático, isto é, no tráfico destes bolivianos, e não na existência de lei que lhes conceda direitos trabalhistas. Se não fossem vítimas de tráfico, não estariam nesta situação de seres negligenciados. Repisa-se que a problemática está na **observância dos direitos** e não na existência dos direitos (até mesmo porque existem). Se não fossem vítimas de tráfico, muito provavelmente teriam seus direitos respeitados. É todo o contexto em que vivem (e como vivem) que viabiliza o tráfico e a sujeição a esta situação.

Desta feita, urge a necessidade de se estudar as políticas nacionais e internacionais para a prevenção do tráfico humano.

Ante a realidade da ocorrência de tráfico humano para o trabalho escravo no Brasil e no Mundo, a necessidade da formulação de políticas nacionais e internacionais de combate a estas ilicitudes se concretizou, dando origem aos seguintes documentos:

No âmbito internacional, tem-se o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional relativo à Prevenção, Repressão e Punição ao Tráfico de Pessoas, em especial Mulheres e Crianças conhecido como Protocolo de Palermo (ratificado pelo Decreto n.5.017/2004), o Protocolo sobre Tráfico de Migrantes (Decreto n. 5016/2004) e o Acordo Contra o Tráfico Ilícito de Migrantes entre os Estados Parte do MERCOSUL. Estes são os mais influentes na Prevenção do Tráfico Humano.

Já no âmbito nacional, tem-se a Política Nacional de Enfrentamento de Tráfico de Pessoas, aprovada pelo governo brasileiro em 2006 e os dois Planos Nacionais de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (Decreto n.6.347 de 8 de janeiro de 2008 e Decreto n. 7.901 de 4 de fevereiro de 2013).

Inicia-se com o tráfico humano no âmbito internacional. “O tráfico de pessoas faz cerca de 2,5 milhões de vítimas, movimentando, aproximadamente, 32 bilhões de dólares por ano, segundo dados do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC)”.<sup>218</sup> “O tráfico de pessoas é considerado uma forma moderna de escravidão- econômica e sexual – que se tornou um mercado mundial lucrativo, controlado por organizações criminosas”.<sup>219</sup>

O Protocolo de Palermo sobre Tráfico de Pessoas é considerado o principal documento que trata do assunto pelo governo nacional e refere-se ao tráfico transnacional. Em seu art. 5º, expõe o compromisso de se criminalizar o tráfico de pessoas de qualquer espécie e as diretrizes para a tipificação das condutas.

O Protocolo, em seu art.3º, *a*, entende por tráfico de pessoas “o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou ao uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tem autoridade sobre outra, para fins de exploração”, entendendo por exploração “no mínimo a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, escravatura ou práticas similares à escravatura, a servidão ou a remoção de órgãos” (art.3º, *a*, parte final).<sup>220</sup>

<sup>218</sup> SENADO FEDERAL. **Diário do Senado Federal**: Relatório Parcial nº5, de 2011, da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento nº 226, de 2011, destinada a investigar o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, suas causas, consequências, rotas e responsáveis no período de 2003 e 2011, compreendido na vigência da Convenção de Palermo. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=112094&tp=1>>. Acesso em: 17 jun. 2013. p.5.

<sup>219</sup> Ibidem. p.39.

<sup>220</sup> BRASIL. Decreto n. 5.017, de 12 de março de 2004. Promulga o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5017.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5017.htm)>. Acesso em: 18 jun. 2013.

Vale ressaltar que para o Protocolo em questão “o consentimento dado pela vítima de tráfico de pessoas tendo em vista qualquer tipo de exploração descrito na alínea a) será considerado irrelevante se tiver sido utilizado qualquer um dos meios referidos na alínea a)” (art. 3º).

Este documento tem como objetivos prevenir e combater o tráfico de pessoas, prestando uma especial atenção às mulheres e às crianças, proteger e ajudar as vítimas desse tráfico, respeitando plenamente os seus direitos humanos, além de promover a cooperação entre os Estados Partes.

Dentre seus artigos, ressaltam-se os de número 6 e 7, por tratarem do fornecimento de oportunidade de emprego e da possibilidade das vítimas conseguirem permanência no território.

O Artigo 6º trata da assistência e proteção às vítimas de tráfico de pessoas, abordando a proteção da privacidade e identidade das vítimas, a confidencialidade dos procedimentos judiciais relativos ao tráfico, a oferta de informação sobre procedimentos judiciais e administrativos aplicáveis, entre outras.

Um assunto interessante apontado neste artigo mais adiante é o de que cada Estado Parte terá em consideração a aplicação de medidas que permitam a recuperação física, psicológica e social das vítimas de tráfico de pessoas, incluindo, se for o caso, a cooperação de organizações não-governamentais; o fornecimento de: alojamento adequado, aconselhamento e informação (especialmente quanto aos direitos que a lei lhes reconhece, numa língua que compreendam), assistência médica, psicológica e material; e **oportunidades de emprego**, educação e formação.

Segue ao dizer que cada Estado Parte enviará esforços para garantir a segurança física das vítimas de tráfico de pessoas enquanto estas se encontrarem no seu território, assegurando que o seu sistema jurídico contenha medidas que ofereçam às vítimas de tráfico de pessoas a possibilidade de obterem indenização pelos danos sofridos.

O artigo 7º, de fundamental importância, trata do Estatuto das vítimas de tráfico de pessoas nos Estados de acolhimento, e seu texto diz que cada Estado Parte considerará a possibilidade de adotar medidas legislativas ou outras medidas adequadas que **permitam às vítimas de tráfico de pessoas permanecerem no seu território a título temporário ou permanente**, se for o caso.

O seu artigo 5º, que trata da criminalização, anuncia que cada Estado Parte adotará as medidas legislativas e outras que considere necessárias de forma a estabelecer

como infrações penais os atos descritos no Artigo 3, quando tenham sido praticados intencionalmente.

Porém, no que tange à lei penal brasileira, esta designa o crime de tráfico de pessoas de forma diferente do Protocolo de Palermo, reconhecendo “tráfico de pessoas” apenas para a exploração sexual (arts.231 e 231-A do Código Penal). Contudo, levando em consideração a definição do referido Protocolo é possível estender o conceito de tráfico de pessoas para outros tipos de exploração, como o trabalho, mas não para os outros tipos de exploração citados no Protocolo, como a remoção de órgãos e trabalho escravo.<sup>221</sup>

O Brasil, mesmo depois de passados 8 anos da ratificação deste Protocolo e de outros adicionais, não possui legislação suficiente e adequada “ao cumprimento de sua obrigação, com medidas eficazes para a prevenção do crime, a proteção às vítimas e a responsabilização dos envolvidos”.<sup>222</sup> Deve-se, desta forma, avaliar e cuidar deste problema com mais atenção e afinho, dando especial importância para o âmbito prático, e não somente para a elaboração de documentos sobre a matéria.

Sobre a questão escreve Leocádia Mezzomo:

Percebe-se que a Lei Penal brasileira é incompleta, especialmente no que se refere à penalização dos agentes, o que resulta em punições brandas para este tipo de crime. De outra parte, não há no Código Penal um capítulo que trate de forma ordenada das diversas hipóteses delitivas relacionadas ao tráfico de pessoas e previstas nas Convenções ratificadas pelo País. É indubitável que a impunidade é uma das principais causas do aumento da Criminalidade!<sup>223</sup>

“Nossa legislação pune reduzir alguém à condição análoga à de escravo (art.149 do Código Penal), mas não pune o movimento de recrutar, transportar ou alojais pessoas para esse fim. Só pune o resultado final”.<sup>224</sup>

Ao incorporar o Protocolo de Palermo ao ordenamento jurídico pátrio, o Brasil pôs-se a tratar da questão como Política de Estado, com a implementação dos Planos Nacionais de Enfrentamento (que possui duas edições), e que serão devidamente abordados posteriormente.

<sup>221</sup> SENADO FEDERAL. **Diário do Senado Federal**: Relatório Parcial nº5, de 2011, da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento nº 226, de 2011, destinada a investigar o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, suas causas, consequências, rotas e responsáveis no período de 2003 e 2011, compreendido na vigência da Convenção de Palermo. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=112094&tp=1>>. Acesso em: 18 jun. 2013. p.52

<sup>222</sup> MEZZOMO, Leocádia. **O Tráfico Humano**. [s/d]. Disponível em: <[http://csem.org.br/images/downloads/artigos/O\\_TR%C3%81FICO\\_\\_HUMANO\\_.pdf](http://csem.org.br/images/downloads/artigos/O_TR%C3%81FICO__HUMANO_.pdf)>; Acesso em: 21 jun. 2013.

<sup>223</sup> Id. Ibidem.

<sup>224</sup> SENADO FEDERAL. **Diário do Senado Federal**: Relatório Parcial nº5, de 2011, da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento nº 226, de 2011, destinada a investigar o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, suas causas, consequências, rotas e responsáveis no período de 2003 e 2011, compreendido na vigência da Convenção de Palermo. p.53.



Há que tratar também do Protocolo de Tráfico de Migrantes, já que se trata de condições jurídicas diferentes, como abordado previamente.

Vale repisar a diferença entre tráfico de migrantes e tráfico de pessoas no que diz respeito ao consentimento da vítima. No caso do tráfico de migrantes, entende-se que a pessoa consente em ser traficada com o objetivo de cruzar uma fronteira ilegalmente. No tráfico de pessoas, se a vítima consentir, será por coação do aliciador ou por estar iludida com promessas que não se concretizarão ao chegar no local de destino. Outros elementos caracterizadores do tráfico de pessoas são a exploração e a possibilidade de ocorrer em um mesmo território; ao passo que o tráfico de migrantes é sempre transnacional.<sup>225</sup>

No caso em análise (trabalhadores imigrantes bolivianos ilegais) há a situação em que o boliviano procura alguém para facilitar sua travessia ao Brasil (o que caracteriza o tráfico de migrantes) e a situação em que é persuadido a migrar com base em falsas promessas feitas por aliciadores (o que caracteriza o tráfico de pessoas).<sup>226</sup>

Entretanto, como anteriormente observado, a linha divisória entre um e outro é porosa, pois quando essas pessoas desejam emigrar e não possuem o dinheiro suficiente para custear toda a operação de travessia oferecem em garantia sua força de trabalho, criando com o traficante uma relação de exploração em razão da dívida contraída. Desta forma, pode-se concluir que a rede de tráfico de migrantes pode ser também um meio para a execução do tráfico de seres humanos.<sup>227</sup>

No caso específico de tráfico de migrantes, tem-se no âmbito internacional o Protocolo sobre o Tráfico de Migrantes, ratificado pelo Decreto 5.016/2004 e que traz em seu texto o objetivo de prevenir e combater o tráfico de migrantes, bem como promover a cooperação entre os Estados Parte com esse fim, protegendo ao mesmo tempo os direitos dos migrantes objeto desse tráfico.<sup>228</sup>

Este Protocolo assinala direitos bem mais restritos às vítimas, e por não se tratar de exploração, os Estados Parte não são compelidos a garantir maiores direitos aos migrantes, devendo apenas garantir um tratamento digno e tomar as medidas necessárias para o regresso destes.

---

<sup>225</sup> ILLES, Paulo; TIMÓTEO, Gabrielle Louise Soares; FIORUCCI, Elaine da Silva, [s/d], p.210.

<sup>226</sup> Id. Ibidem, p.211.

<sup>227</sup> Id. Ibidem, p.211.

<sup>228</sup> BRASIL. Decreto n. 5.016, de 12 de março de 2004. Promulga o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, relativo ao Combate ao Tráfico de Migrantes por Via Terrestre, Marítima e Aérea. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5016.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5016.htm)>. Acesso em: 18 jun. 2013.

Quanto à criminalização (artigo 5º), trata da seguinte forma: Cada Estado Parte adotará as medidas legislativas e outras que considere necessárias para caracterizar como infração penal, quando praticada intencionalmente e de forma a obter, direta ou indiretamente, um benefício financeiro ou outro benefício material: O tráfico de migrantes; a elaboração de documento de viagem ou de identidade fraudulento e a obtenção, fornecimento ou posse deste quando praticada com o objetivo de possibilitar o tráfico ilícito de migrantes; e a viabilização da permanência, no Estado em causa, de uma pessoa que não seja nacional ou residente permanente, sem preencher as condições necessárias para permanecer legalmente no Estado, recorrendo aos meios fraudulentos ou de qualquer outro meio ilegal.

Este Protocolo também trata da Criminalização em seu artigo 6º, e diz que cada Estado Parte adotará as medidas legislativas e outras que considere necessárias para caracterizar como infração penal, quando praticada intencionalmente e de forma a obter, direta ou indiretamente, um benefício financeiro ou outro benefício material, o tráfico de migrantes; a elaboração de documento de viagem ou de identidade fraudulento, obtenção, fornecimento ou posse destes quando praticados com o objetivo de possibilitar o tráfico ilícito de migrantes e a viabilização da permanência, no Estado em causa, de uma pessoa que não seja nacional ou residente permanente, sem preencher as condições necessárias para permanecer legalmente no Estado, recorrendo aos meios fraudulentos ou de qualquer outro meio ilegal.

E complementa que cada Estado Parte adotará também medidas legislativas e outras que considere necessárias para caracterizar como infração penal, dentre outras hipóteses, a participação como cúmplice nas infrações mencionadas; e para caracterizar agravantes atitudes que ponham em perigo ou ameacem pôr em perigo a vida e a segurança dos migrantes em causa; ou que acarretem o tratamento desumano ou degradante desses migrantes, incluindo sua exploração.

Deste Protocolo, tratar-se-á em especial dos artigos 16 (proteção e assistência) e 18 (regresso).

As medidas de proteção e de assistência, transcritas no artigo 16 são trazidas da seguinte forma: cada Estado Parte adotará, em conformidade com as obrigações que lhe incumbem nos termos do direito internacional, todas as medidas apropriadas, incluindo as medidas legislativas que considere necessárias a fim de preservar e proteger os direitos das pessoas que foram objeto dos atos estabelecidos no Artigo 6 deste Protocolo, que lhes são reconhecidos pelo direito internacional aplicável, especialmente o direito à vida e o direito a não ser submetido a tortura ou outras penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes.

Cada Estado Parte tomará as medidas apropriadas para conceder aos migrantes uma proteção adequada contra a violência que lhes possa ser infligida tanto por pessoas como por grupos, pelo fato de terem sido objeto dos atos enunciados no Artigo 6 deste Protocolo. E cada Estado Parte concederá uma assistência adequada aos migrantes, cuja vida ou segurança tenham sido postas em perigo pelo fato de terem sido objeto dos atos estabelecidos no Artigo 6 deste.

Já o regresso de migrantes objetos do tráfico (art.18), é tratado da seguinte forma (principais pontos): a fim de facilitar o regresso de uma pessoa que tenha sido objeto dos atos enunciados no Artigo 6 que não possui os documentos devidos, o Estado Parte do qual essa pessoa é nacional ou no qual tem direito de residência permanente aceitará emitir, a pedido do Estado Parte de acolhimento, os documentos de viagem ou qualquer outra autorização que considere necessária para permitir à pessoa viajar e ser readmitida no seu território; cada Estado Parte envolvido no regresso de uma pessoa que tenha sido objeto dos atos enunciados no Artigo 6 do presente Protocolo adotará todas as medidas apropriadas para organizar esse regresso de forma ordenada e tendo devidamente em conta a segurança e a dignidade da pessoa; não se prejudicando as obrigações decorrentes de qualquer outro tratado bilateral ou multilateral aplicável ou qualquer outro acordo operacional que regule, no todo ou em parte, o regresso das pessoas que tenham sido objeto dos atos estabelecidos no Artigo.

Há, ainda, o Acordo Contra o Tráfico Ilícito de Migrantes entre os Estados Parte do MERCOSUL, que não se aplica à Bolívia neste momento, mas vale ser comentado a título informativo, já que o país deve aderi-lo posteriormente, devido o fato de ter pleiteado sua entrada no Bloco Econômico em 2012.

Este Acordo foi introduzido na legislação brasileira pelo Decreto n.7.953, de 12 de março de 2013, e tem por objetivo prevenir e combater o tráfico ilícito de migrantes, bem como promover a cooperação e o intercâmbio de informação entre seus Estados Partes com esse fim. Por "Tráfico ilícito de migrantes" entende a facilitação da entrada ilegal de uma pessoa num Estado Parte do Acordo do qual não seja nacional ou residente com o fim de obter, direta ou indiretamente, algum benefício financeiro ou material.<sup>229</sup>

Em seu artigo 4º, especifica quais condutas devem ser tipificadas como ilícito penal nos Estados Parte quando forem cometidas intencionalmente e com o fim de obter, direta ou indiretamente, algum benefício financeiro ou material. Dentre elas estão o tráfico

---

<sup>229</sup> BRASIL. Decreto n.7.953, de 12 de março de 2013. Promulga o Acordo Sobre Tráfico Ilícito de Migrantes Entre os Estados Partes do Mercosul, Firmado em Belo Horizonte, em 16 de Dezembro de 2004, Com as Correções Contidas do Texto da Fe de Erratas ao Acordo, Firmado em 28 de Junho de 2007.

ilícito de migrantes, criação de documento de viagem ou identidade falsos com a finalidade de possibilitar o tráfico ilícito de migrantes, a facilitação, fornecimento ou a posse deste documento, a habilitação de um emigrante para permanecer no território de um Estado Parte sem ter cumprido os requisitos legais exigidos por esse Estado Parte, a tentativa de perpetração de um ilícito penal tipificado no acordo, a participação como cúmplice ou omissor na perpetração de um ilícito tipificado conforme o Acordo e a organização de outras pessoas para a perpetuação deste tipo de ilícito.

O artigo 5º trata da responsabilidade penal dos migrantes, e afirma que estes estarão isentos de responsabilidade penal quando forem vítimas das condutas tipificadas no artigo 4º, sem prejuízo das sanções administrativas correspondentes e do poder de julgamento penal dos Estados Partes.

Ao tratar das Medidas de prevenção e cooperação, aponta que os Estados Parte que tenham fronteiras comuns ou que estejam situados nas rotas de tráfico ilícito de migrantes trocarão informações pertinentes sobre assuntos como: lugares de embarque e lugares de embarque e de destino, assim como as rotas, os transportadores e os meios de transporte, conforme se saiba ou se suspeite, a que recorram os grupos delituosos organizados envolvidos nas condutas enunciadas no Artigo 4; a identidade e os métodos da organização ou os grupos delituosos organizados envolvidos ou suspeitos das condutas tipificadas de conformidade com o disposto no Artigo 4; a autenticidade e a devida forma dos documentos de viagem expedidos pelos Estados Partes do presente Acordo, assim como todo roubo e/ou concomitante utilização ilegítima de documentos de viagem ou de identidade em branco; os meios e métodos utilizados para a ocultação e o transporte de pessoas, a adulteração, reprodução ou aquisição ilícita e qualquer outra utilização indevida dos documentos de viagem ou de identidade empregados nas condutas tipificadas de conformidade com o disposto no Artigo 4, assim como as formas de detectá-los; e as experiências de caráter legislativo, assim como práticas e medidas relacionadas para prevenir e combater as condutas tipificadas de conformidade com o disposto no Artigo 4.

Segue dizendo que os Estados Partes que estejam sendo utilizados como rotas de tráfico de migrantes, empreenderão, com a brevidade possível, “investigações sobre esta conduta delituosa, adotando medidas para reprimi-la, promovendo a imediata comunicação ao Estado Parte de destino dos migrantes vítimas do tráfico”. Os Estados Partes realizarão campanhas de prevenção, tanto nos lugares de entrada como de saída de seus respectivos territórios, entregando informação com respeito aos documentos de viagem, os requisitos para solicitar residências e toda outra informação que seja conveniente.

No âmbito nacional, tem-se a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, em vigência em decorrência do Decreto n.5.948/06, de 26/10/2006 que, dentre outras ambições, pretende trabalhar na prevenção ao tráfico, na repressão e na responsabilização dos autores e atenção às vítimas.

A Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas instituiu de forma precursora uma política de Estado que consolidou princípios, diretrizes e ações de tríplice enfoque norteador: de prevenção, repressão (com a responsabilização deste crime organizado transnacional), e de atendimento às vítimas, implementando não só ações na área de justiça e segurança pública, mas também, na área de relações exteriores, educação, saúde, assistência social, promoção da igualdade racial, trabalho e emprego, desenvolvimento agrário, direitos humanos, proteção e promoção dos direitos da mulher, turismo e cultura.<sup>230</sup>

Em síntese, seus fins são: a prevenção ao tráfico atuando nos principais grupos de pessoas sujeitas à exploração, bem como inibindo as ações dos aliciadores; a repressão, que se traduz no combate direto aos traficantes, buscando a desarticulação das redes criminosas e lhes impondo sanções cabíveis; e a atenção às vítimas, que abarca um amparo psicológico, jurídico e assistencial àqueles que uma vez desprendidos desta situação exploratória, encontram dificuldades para retornar ao país de origem ou de se reinserir na sociedade.<sup>231</sup>

A viabilidade desta política se dá pela incorporação do tema à Agenda Pública governamental e, conseqüentemente, na exequibilidade da aprovação do I Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.<sup>232</sup>

E sobre este I Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, sabe-se que foi instituído pelo Decreto n.6.347, em 8 de janeiro de 2008, e tem o objetivo de prevenir e reprimir o tráfico de pessoas, bem como responsabilizar os seus autores e garantir atenção e suporte às vítimas. “Concluído em janeiro de 2008, o Plano Nacional possibilitou a integração de diversos órgãos governamentais, sociedade civil e organismos internacionais que atuam no enfrentamento a esse crime”.<sup>233</sup>

<sup>230</sup> MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Política Nacional.** Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/main.asp?View={E8833249-5827-4772-BDC6-D7F1D880AD41}&Team=&params=itemID={E7D2E598-45CF-4D1E-9498-6A005A1F20C3};&UIPartUID={2868BA3C-1C72-4347-BE11-A26F70F4CB26}>>. Acesso em: 18 jun. 13

<sup>231</sup> MEZZOMO, Leocádia, [s/d].

<sup>232</sup> Id. Ibidem.

<sup>233</sup> PORTAL DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **I Plano Nacional.** Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/main.asp?View={E8833249-5827-4772-BDC6-D7F1D880AD41}&BrowserType=NN&LangID=pt-br&params=itemID%3D{30FB391B-8954-4572-89D5-62D1060D2EF0}%3B&UIPartUID={2868BA3C-1C72-4347-BE11-A26F70F4CB26}>>. Acesso em: 18 jun. 2013.

O I PNETP ampliou a articulação entre diferentes áreas no planejamento, implementação e avaliação de ações previstas na Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. “Dentre os principais resultados, pode-se citar: ampliação de assistência às vítimas; aumento significativo de estudos e pesquisas sobre o tema; crescimento no número de denúncias e inquéritos instaurados”.<sup>234</sup>

A Portaria nº 749, de 29 de abril de 2010, estipulou a criação de um Grupo de Trabalho para coordenação do processo de elaboração de um segundo plano, o II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, para que auxiliasse na concretização dos objetivos arbitrados pelo I Plano.<sup>235</sup>

O Decreto n. 7.901 de 4 de fevereiro de 2013 autorizou a publicação do 2º Plano, instituiu a Coordenação Tripartite da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (composta pelo Ministério da Justiça, Secretaria de Direitos Humanos e Secretaria de Política para as Mulheres, e o Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (Conatrap)) e previu a instituição de grupo interministerial para o monitoramento da execução do novo Plano.<sup>236</sup>

O sítio eletrônico do governo brasileiro especifica:

O II Plano de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas promove a integração e o fortalecimento das políticas públicas, redes de atendimento e organizações para prestação de serviços. Prevê a formação continuada dos recursos humanos de toda a Rede Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, envolvendo agentes de segurança pública, de saúde, assistência social, entre outros. Dentre os temas previstos estão globalização, racismo, gênero, homofobia, migração e direitos humanos. Outra linha de ação é a inserção do tema nas diretrizes curriculares de Educação em Direitos Humanos e a criação de um material voltado para comunidade escolar sobre enfrentamento ao tráfico de pessoas com abordagem de gênero, diversidade sexual e etnicorracial.<sup>237</sup>

De forma superficial, estas são as principais políticas nacionais e internacionais de combate ao Tráfico Humano. Contudo, observar-se-á a seguir que o seu alcance material, ainda que transformador de muitas realidades, está aquém do resultado que se espera obter. O problema, por ser de dimensões praticamente incalculáveis, enseja um maior comprometimento e desempenho dos entes estatais no seu combate.

<sup>234</sup> PORTAL DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **I Plano Nacional**. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/main.asp?View={E8833249-5827-4772-BDC6-D7F1D880AD41}&BrowserType=NN&LangID=pt-br&params=itemID%3D{30FB391B-8954-4572-89D5-62D1060D2EF0}%3B&UIPartUID={2868BA3C-1C72-4347-BE11-A26F70F4CB26}>>. Acesso em: 18 jun. 2013.

<sup>235</sup> Idem.

<sup>236</sup> PORTAL DO BRASIL. **País lança novo Plano para Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2013/02/26/pais-lanca-segundo-plano-para-enfrentamento-ao-trafico-de-pessoas>>. Acesso em: 18 jun. 2013.

<sup>237</sup> Idem.



### 3.2. A insuficiência dessas políticas: a necessidade de uma reforma na Política Migratória

Ainda que essas questões não sejam tratadas pelo CNIg, há uma convergência de visões que aproximam o tema (tráfico de pessoas/migrantes) às Políticas Migratórias Brasileiras. Do ponto de vista de Paulo Sérgio de Almeida, o tráfico de pessoas relaciona-se com as crescentes migrações e, conseqüentemente, com as políticas migratórias do país.<sup>238</sup>

A razão disto reside no fato de que as origens são, na maior parte das vezes, as mesmas: situação de pobreza, exclusão social, desemprego, falta de oportunidades e desigualdades entre países e regiões. Vale repisar que estes são os maiores fatores que impulsionam os fluxos migratórios atuais, nos quais os migrantes procuram na migração opções de uma vida com maior dignidade, o que os torna alvos vulneráveis ao aliciamento de traficantes.<sup>239</sup>

O trabalho dos aliciadores é, conforme abordado anteriormente, facilitar a entrada ilegal daqueles migrantes que procuram por dias melhores. Exatamente pela entrada do migrante ser em condições não legais que o aliciador se mostra “importante/indispensável”.

Quanto à forma altamente seletiva de aceitação de um migrante no território nacional (política migratória), complementa Deysi Ventura e Paulo Illes, ao dizer que as medidas restritivas são justificadas por ideias que não correspondem com a verdade; por mitos. Por exemplo, “o de que dificultar a entrada de pessoas as protege dos ‘coiotes’ (os falsários que organizam a passagem pelas fronteiras ou até promovem o tráfico de pessoas), quando é sabido que quanto maior for a restrição, mais valorizado é o atravessador”.<sup>240</sup>

Outros mitos que permeiam a mente de muitos são os de que os estrangeiros roubam os empregos dos nacionais, abusam dos serviços do Estado e aumentam a criminalidade no local em que migram. Segundo diversas pesquisas, não passam de inverdades. Porém, ainda assim, a resultante disto é uma Política Migratória restritiva.

Antes de se dar prosseguimento ao estudo, cabe esclarecer o sentido semântico da expressão “política migratória”. Esta expressão é utilizada quando se quer mencionar as decisões políticas relacionadas a duas questões diferentes: as políticas de admissão/políticas de imigração e as políticas de integração e naturalização. As políticas de admissão tratam das

<sup>238</sup> ALMEIDA, Paulo Sérgio de. Migração e Tráfico de Pessoas. In: WHITE, Ana Guglielmelli et al. **Refúgio, Migrações e Cidadania**. Cidade: Instituto Migrações e Direitos Humanos, 2012. p. 43-49. p.44.

<sup>239</sup> Id. Ibidem., p.44.

<sup>240</sup> VENTURA, Deysi; ILLES, Paulo. **Qual a política migratória do Brasil?** [s/d]. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1121>>. Acesso em: 15 jun. 2013.



orientações que norteiam a admissão de estrangeiros no país, e as orientações de integração e naturalização tratam da regulamentação dos direitos e deveres, da incorporação e da naturalização dos imigrantes residentes no Brasil.<sup>241</sup>

Aliás, vale repisar a estrutura que caracteriza a política migratória no país.

Ainda que se conclua que a política migratória que aqui se estuda não se aplique na totalidade aos imigrantes bolivianos, seu estudo é importante considerando a possibilidade da revogação do Acordo de Residência dos Estados Partes do MERCOSUL.

A competência de gerir a entrada de estrangeiros (controle de imigração) no Brasil é atribuída aos seguintes três ministérios: da Justiça, das Relações Exteriores e do Trabalho e Emprego. O Ministério da Justiça, essencialmente, controla os estrangeiros após a entrada destes no território nacional e lida com a aplicação da política de imigração, o que compreende desde a concessão do visto como, prorrogações, transformações de vistos, permanência até a extradição.<sup>242</sup>

O Conselho Nacional de Imigração – CNIg (criado pela Lei nº6.815 de , de 19 de agosto de 1980, conforme estudado em capítulo anterior) é um órgão presidido pelo Ministério do Trabalho e Emprego, com representantes de vários outros ministérios, órgão de classe e Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC.<sup>243</sup>

O CNIg, por meio de suas resoluções, orienta a política imigratória que, neste momento, “privilegia a imigração sob o ponto de vista de assimilação de tecnologia, investimento de capital estrangeiro, reunião familiar, atividades de assistência, trabalho especializado e desenvolvimento científico, acadêmico e cultural”.<sup>244</sup>

O Ministério do Trabalho e Emprego, por sua vez, estabelece as diretrizes e orientações gerais naquilo que concerne à autorização de trabalho a estrangeiros, atribuindo a condição jurídica ao estrangeiro de acordo com os preceitos da Lei nº 6.815/80.<sup>245</sup>

“Esse conjunto de dispositivos caracteriza o Brasil como um dos países mais restritivos quanto à imigração de estrangeiros”.<sup>246</sup>

<sup>241</sup> MARINUCCI, Roberto. **Paradigmas de Políticas Migratórias e o Brasil**. [s/d]b. Disponível em: <<http://www.csem.org.br/images/downloads/2009/12/Paradigmas-de-pol%C3%ADticas-migrat%C3%B3rias-e-o-Brasil-Roberto.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2013.

<sup>242</sup> PATARRA, Neide Lopes. Migrações Internacionais de e para o Brasil contemporâneo: volumes, fluxos, significados e políticas. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 19, n. 3, p.23-33, jul./set. 2005. p.30.

<sup>243</sup> Id. Ibidem, p.30.

<sup>244</sup> Id. Ibidem, p.31.

<sup>245</sup> Id. Ibidem, p.31.

<sup>246</sup> Id. Ibidem, p.31.

A Política Migratória brasileira, desta forma, é determinante para a ocorrência desses ilícitos, vez que é o empecilho à entrada legal (e digna) daquele que não se enquadra nos requisitos nacionais do migrante desejável.

Ademais, uma Política Migratória restritiva não encontra coerência no cenário mundial atual. O Brasil, com sua crescente economia e posicionamento cada vez melhor nas relações globais, possui a chance de melhorar sua relação com o resto do mundo, através de políticas migratórias mais inteligentes e menos “expulsivas/repulsivas”.

Com uma lei confeccionada em um momento histórico que não mais condiz com o atual, a reforma desta lei é medida que se impõe. Tanto é que em setembro de 2005, por iniciativa do Governo Federal, foi colocada para consulta pública uma versão inicial de anteprojeto para uma nova legislação migratória. “Na ocasião, foi criado um grupo de trabalho reunindo a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados e mais de 16 instituições de estudo e/ou apoio a migrantes”. Apresentadas inúmeras sugestões ao anteprojeto e realizada a Audiência Pública, o chefe do Departamento de Estrangeiros do Ministério da Justiça anunciou que as sugestões seriam incorporadas na medida do possível.<sup>247</sup>

Depois disso, o processo estagnou por 4 anos. Em 2009 a discussão sobre o texto do anteprojeto da lei foi retomada, tendo sido encaminhado, aos vinte dias de julho de dois mil e nove (20/07/2009), ao Congresso Nacional sob a denominação de Projeto de Lei 5.655/2009.<sup>248</sup>

Do sítio eletrônico da Câmara dos Deputados extrai-se a Ementa e sua explicação:

#### Ementa

Dispõe sobre o ingresso, permanência e saída de estrangeiros no território nacional, o instituto da naturalização, as medidas compulsórias, transforma o Conselho Nacional de Imigração em Conselho Nacional de Migração, define infrações e dá outras providências.

#### Explicação da Ementa

Projeto de Lei chamado de "Lei do Estrangeiro". Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 1940 e a Lei nº 10.683, de 2003. Revoga as Leis nºs 6.815, de 1980; 6.964, de 1981; 9.076, de 1995; o art. 1º do Decreto-Lei nº 2.236, de 1985; e o inciso I do art. 5º da Lei nº 8.422, de 1992.<sup>249</sup>

<sup>247</sup> SPRANDEL, Marcia Anita. **Políticas migratórias no Brasil no século XXI**. [s/d]. Disponível em: <[http://www.migracion-ue-alc.eu/documents/conf\\_y\\_eventos/2013/Pasantia%20Brasil/Políticas%20migratorias%20no%20Brasil%20do%20século%20XXI.pdf](http://www.migracion-ue-alc.eu/documents/conf_y_eventos/2013/Pasantia%20Brasil/Políticas%20migratorias%20no%20Brasil%20do%20século%20XXI.pdf)>. Acesso em: 16 jun. 2013.

<sup>248</sup> Id. Ibidem.

<sup>249</sup> CÂMARA DOS DEPUTADOS. **PL 5655/2009**. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=443102>>. Acesso em: 24 jun. 2013.

Contudo, ainda que a iniciativa de construção de uma nova lei migratória tenha anunciado, de certo modo, uma nova era em que a herança do regime militar seria finalmente deixada de lado, o novo Projeto de Lei mantém em sua essência o paradigma da segurança nacional. Este projeto encontra-se parado na Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados desde agosto de 2009 e em seu texto introdutório ressalta que a migração deve ser tratada como um direito do homem e que a regularização migratória é o caminho viável para a inserção do imigrante na sociedade, além de reconhecer a contribuição dos migrantes para o país. Porém, muitos de seus artigos mantêm os impasses burocráticos “e mecanismos de ejeção que contradizem as primeiras palavras. Entre várias outras restrições, o projeto amplia de quatro para dez anos o prazo mínimo de residência permanente no país para que seja requerida a naturalização”.<sup>250</sup>

Da análise do projeto, observa-se que a mudança dos paradigmas está sendo lenta e não está implicando necessariamente numa superação abrupta dos paradigmas anteriores.

O estudo do projeto pode ser feito através dos vieses econômico, cultural e dos direitos humanos. Da perspectiva de Roberto Marinucci, o viés econômico continua sendo um dos focos prioritários das políticas migratórias a partir do momento que o artigo 2º explicita a preocupação em proteger a indústria e o “trabalhador nacional” e prioriza o ingresso de imigrantes altamente qualificados e investidores.<sup>251</sup>

No viés cultural, aponta que atualmente a prioridade está na integração sul-americana, mais especificamente a área do MERCOSUL. “Neste âmbito, deve-se apreciar o trabalho do CNIG em prol da livre circulação de trabalhadores no espaço mercosulino. Esta decisão política [...] diz respeito também à busca de uma maior aproximação sócio-cultural[...]”.<sup>252</sup>

O viés de direitos humanos, segundo o autor, tornou-se cada vez mais presente e influente nas políticas migratórias. A preocupação com os trabalhadores migrantes, a inclusão do tema de direitos humanos no Ante-projeto da Nova Lei de Estrangeiro, as políticas de combate ao tráfico de pessoas e ao trabalho escravo e as políticas para favorecer a livre circulação de trabalhadores, além de outras, manifestam uma clara consciência de que a questão migratória não pode se ver desvinculada da promoção de dignidade do ser humano.<sup>253</sup>

Em defesa à reforma das políticas migratórias brasileiras para a observância dos direitos fundamentais dos migrantes, Deysi Ventura e Paulo Illes ressaltam com propriedade:

<sup>250</sup> VENTURA, Deysi; ILLES, Paulo. [s/d].

<sup>251</sup> MARINUCCI, Roberto. [s/d]b.

<sup>252</sup> Id. Ibidem.

<sup>253</sup> Id. Ibidem.

Dito cordial, e construído por migrantes, tanto internos como externos, estará o Brasil imune à demonização do estrangeiro pobre que grassa alhures? Mais servil à desigualdade do que aberto à diferença, nosso país deve evitar o risco de impingir ao ser humano migrante uma discriminação a mais, além de todas as discriminações que aqui já existem. Depois da divulgação de denúncias de trabalho escravo envolvendo uma grande rede internacional de lojas de vestuário, passaram a pipocar notícias de crimes praticados por estrangeiros, por mais banais que fossem. Algumas delas transmitiam a curiosa ideia de que imigrantes latino-americanos tornavam o centro de São Paulo mais perigoso. A realidade, porém, demonstra o contrário: o migrante não quer problemas com a polícia. Se ele tem documentos, quer mantê-los; caso não os possua, ou estiver tentando obtê-los, é fundamental que passe despercebido. É por isso que a obsessão securitária não tem nexo quando se trata dos processos de concessão de autorização estatal para residência provisória ou permanente. Todo tráfico ilícito, em particular o de pessoas, precisa, sem lugar a dúvidas, ser investigado e combatido. **No entanto, não há contradição entre uma boa política de segurança e uma política migratória pautada pelos direitos humanos, capaz de oferecer a perspectiva de integração social, sobretudo por meio do trabalho digno.**<sup>254</sup> *(grifo nosso)*.

E, de fato, a falta de respeito aos direitos humanos tem se mostrado característica de muitas políticas migratórias, não só a brasileira, mas em outras nações também, onde se torna cada vez mais difícil imigrar de forma regular, obtendo a cidadania do país de chegada ou conseguir a reunião familiar. Aumentam-se os recursos financeiros investidos em controle de fronteiras e de aeroportos, que busca dificultar a entrada de imigrantes irregulares mediante o uso de instrumentos de alta tecnologia ou simples muros. Desta forma, tem-se que o objetivo de políticas como essas é meramente funcional: “permitir o ingresso de “mão-de-obra” e não de “seres-humanos”. Abrem-se as fronteiras a trabalhadores jovens, qualificados, submissos e baratos, mas são rejeitados os “seres-humanos” portadores de direitos e deveres”.<sup>255</sup>

Este é o Projeto de Lei da chamada "Lei do Estrangeiro" e, como mencionado pela Câmara, altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 1940 e a Lei nº 10.683, de 2003. **Revoga as Leis nºs 6.815, de 1980 (o atual Estatuto do Estrangeiro); 6.964, de 1981; 9.076, de 1995; o art. 1º do Decreto-Lei nº 2.236, de 1985; e o inciso I do art. 5º da Lei nº 8.422, de 1992.**

A par deste projeto, encontra-se igualmente parada a proposta de “Política Nacional de Imigração e Proteção ao Trabalhador Migrante”.

Em agosto de 2008 o CNIg realizou o Seminário “Diálogo Tripartite sobre Políticas Públicas de Migração para o Trabalho” em parceria com a Organização Internacional do Trabalho, objetivando reunir representantes de Governo, de Centrais

<sup>254</sup> MARINUCCI, Roberto. [s/d]b.

<sup>255</sup> CSEM. Migrações Internacionais: Novos fluxos e políticas seletivas. **Resenha Migrações na Atualidade**, n.62. 2006. Disponível em: <[http://www.csem.org.br/images/downloads/artigos/editorial\\_Resenha\\_n.62.pdf](http://www.csem.org.br/images/downloads/artigos/editorial_Resenha_n.62.pdf)>. Acesso em: 16 jun. 2013.

Sindicais, Confederações Patronais, Universidades e Centros de Pesquisa, além de entidades que prestam apoio a migrantes para que pudessem debater o atual contexto migratório brasileiro e contemplar a necessidade de novas políticas e ações.<sup>256</sup>

O resultado foi a produção de um documento intitulado “Contribuições para a Construção de Políticas Públicas Voltadas à Migração para o Trabalho”.

Tendo por base este documento, o CNIg criou em dezembro de 2008 um Grupo de Trabalho e incumbiu-o de propor um texto para uma “Política Nacional de Imigração e Proteção ao Trabalhador Migrante”.

Passados mais de um ano de debates e realizações de diversas reuniões e oficinas de trabalho, esse Grupo apresentou ao Plenário do CNIg uma proposta de texto que foi encaminhada e analisada na IV Reunião Ordinária de 2010. Contudo, o Plenário decidiu submeter o texto aprovado a uma avaliação pública.<sup>257</sup>

O texto foi aprovado pela avaliação pública e posteriormente encaminhado à Presidência da República para que entre em vigor sob a forma de decreto, até hoje pendente.

Nas palavras do Presidente do Conselho Nacional de Imigração (Paulo Sérgio de Almeida), o texto contém “princípios, diretrizes e propostas de ações que congregam elementos da legislação vigente, nacional e internacional com validade no Brasil, bem assim a posição defendida pelo Governo Brasileiro nas principais esferas internacionais de debate”.<sup>258</sup>

O texto carrega ideias bastante relevantes e necessárias, tais como um plano de ações que inclui: um programa para qualificação técnica de servidores públicos para fortalecer o atendimento humanizado aos migrantes; a produção de informações, estatísticas e estudos qualificados que apreendam as especificidades do cotidiano dos migrantes e das redes sociais de migração envolvidas; realização de seminários para divulgação dos acordos do MERCOSUL e outros relacionados nas áreas migratória, trabalhista e previdenciária, visando fortalecer a integração regional e a garantia dos direitos dos nacionais dos Estados Partes; a ampliação do acesso dos migrantes e suas famílias às políticas públicas de trabalho, emprego e renda nas regiões do território brasileiro que sejam origem, destino ou trânsito de migrantes; o encaminhamento da ratificação da Convenção das Nações Unidas para Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e Membros de Suas Famílias; a realização de campanhas informativas, nos vários idiomas, para divulgação dos direitos e deveres dos migrantes e da Política Migratória Brasileira; desenvolvimento de planos de proteção e

---

<sup>256</sup> ALMEIDA, Paulo Sérgio. **Política Nacional de Imigração e Proteção ao Trabalhador Migrante (Proposta)**. Disponível em: < <http://www.mte.gov.br/politicamigrante/>>. Acesso em: 16 jun. 13.

<sup>257</sup> Idem.

<sup>258</sup> Idem.

integração das trabalhadoras e dos trabalhadores migrantes em especial nas áreas de fronteira; promoção de diálogo direto e permanente dos órgãos governamentais com as organizações que trabalham diretamente com migrantes, associações de migrantes e especialistas da área contemplando, inclusive, a sensibilização na temática do tráfico de pessoas e de migrantes; entre outros.<sup>259</sup>

Neste diapasão, o Governo Brasileiro tem se mostrado bem intencionado ao mesmo tempo em que se mostra reticente. Demonstra interesse no respeito dos direitos humanos mas, no momento de entrega-los aos seus legítimos portadores, não quer abrir mão de sua “segurança”, seja ela econômica, cultural ou política.

No que tange à possível resolução da celeuma, propõe-se que se aprove e promova a “Convenção das Nações Unidas para a proteção de todos os trabalhadores migrantes e membros de suas famílias” de 1990, que foi encaminhada ao Congresso Nacional em dezembro de 2010 e lá se encontra repousando. Até mesmo porque, sendo essa convenção ratificada o mais rápido possível, a consequente inconsistência jurídica do Projeto de Lei poderia ser prontamente corrigida, e enfim demarcar-se-ia mais um passo nesta longa caminhada rumo a uma política migratória mais apropriada e, principalmente, propícia à observância dos direitos humanos dos migrantes.<sup>260</sup>

---

<sup>259</sup> CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO. Política Nacional de Imigração e Proteção ao(a) Trabalhador(a) Migrante. Disponível em: <[http://www.mte.gov.br/politicamigrante/imigracao\\_proposta.pdf](http://www.mte.gov.br/politicamigrante/imigracao_proposta.pdf)>. Acesso em: 16 jun. 13.

<sup>260</sup> VENTURA, Deysi; ILLES, Paulo. [s/d].

### 3.3. Os desafios e potencialidades das Políticas Migratórias e proposta de adoção de outras medidas

As Políticas Migratórias, longe de serem medidas simples a serem adotadas, relacionam-se com um conjunto complexo de causas e consequências que devem ser ponderadas com seriedade, já que se mostram como desafios.

A começar com os antagonismos das demandas de diferentes setores do país receptor, que por possuir interesses particulares bastante diversos, dificulta a materialização de uma política migratória coerente, sem contradições aparentes (como a política migratória brasileira, que ora defende os direitos humanos dos migrantes e depois os restringe aos seus interesses econômicos e sociais).

Em razão da diversidade e difusão das consequências e impactos das migrações, diferentes atores se mostram interessados nas políticas migratórias. Dentre eles cita-se as indústrias de bens de consumo, as empresas manufatureiras, as associações de migrantes, as ONGs de direitos humanos, a opinião pública dos países receptores e os governos dos países de origem. Devido à complexidade do fenômeno migratório (que possui influências bastante difusas), inúmeros sujeitos e grupos, que são por ele atingidos, veem nas políticas migratórias uma ferramenta decisiva na busca por seus interesses específicos.<sup>261</sup>

No lado dos interessados pela permeabilidade das fronteiras, inclusive em relação aos imigrantes ilegais, figuram as empresas manufatureiras e as que sobrevivem dos bens de consumo. As empresas manufatureiras se beneficiam pela disposição dos migrantes ilegais de se submeterem a condições de trabalho inferiores e com menores salários, e as que sobrevivem dos bens de consumo se comprazem em ter um público maior de consumo de seus produtos e um maior número de trabalhadores para aumentar sua produção.<sup>262</sup>

Os governos dos países dos migrantes se posicionam no sentido de apoiarem a diminuição das pressões nos seus mercados de trabalho (causadas por um excedente de mão de obra) e a consequente melhora do desenvolvimento nacional por meio do capital proveniente das remessas dos migrantes.<sup>263</sup>

---

<sup>261</sup> SOUZA, Edu Moraes de. **Migrações e Políticas Migratórias na Globalização**: Os desafios político-sociais do Estado. 2013. 115 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013. p.103.

<sup>262</sup> Id. Ibidem, p.104.

<sup>263</sup> Id. Ibidem, p.104.

Já a opinião pública se inclina em posição oposta. Norteados pelos medos e desconfianças, desconfiam de tudo e todos, temendo pelo seu futuro. Pensam que a presença destes imigrantes oferece perigo de novas recessões econômicas, já que a suposta perda dos empregos e os gastos desnecessários com serviços públicos com eles poderiam propiciar o acontecimento de uma nova crise nacional. Esta espécie de pensamento conduz e justifica uma conduta preponderantemente preconceituosa e xenofóbica.<sup>264</sup>

As ONGs se posicionam pelo respeito aos direitos humanos, que são frequentemente violados em situações que envolvem migrantes. Assim, debates relacionados a esta matéria são frequentes, e impulsionam o governo a implementar medidas que garantam os direitos destes.

O resultado disso é que o governo, desejoso da angariação de votos, resolve adotar discursos restricionistas que correspondam com o medo da população e, em outros âmbitos, se mostrar acolhedor das teses defendidas pelas ONGs, na esperança de que não desagrade nenhuma das partes, se consolidando e mantendo-se no poder. E no fim, os que sofrem não são somente os migrantes, que não possuem seus direitos fundamentais totalmente atendidos, mas todos, já que esta questão dificilmente é estudada com a profundidade que carece, impossibilitando a implementação de medidas que resultem num melhor resultado para todos os lados, seja para a população, seja para os migrantes.

“O ‘desinteresse’ em legislar ou elaborar políticas públicas que não garantem um retorno imediato em termos eleitorais” resulta na busca de soluções paliativas de curto prazo, estrategicamente pensadas para agradar o eleitorado.<sup>265</sup>

As leis, desta forma, assumem um caráter contraditório, ora protegendo os direitos fundamentais dos imigrantes, ora protegendo a segurança econômica e “psicológica” dos cidadãos nacionais.

Evidente que as migrações ocasionam, em sua maioria, consequências eminentemente econômicas, o que sem dúvida se mostra um dos maiores desafios para os governos destes países receptores. Mas de forma alguma as migrações devem ser encaradas de forma estritamente negativa, haja vista que, se administradas de forma inteligente, possuem o potencial para proporcionar benefícios tanto para os países emissores como os receptores, “desde que os deslocamentos sejam regulares e na lógica do ‘co-desenvolvimento’ e circularidade”. Para os países emissores o benefício se dá mediante as remessas e expulsão de

---

<sup>264</sup> SOUZA, Edu Morais de, 2013. p.104.

<sup>265</sup> MARINUCCI, Roberto. [s/d]b.



excedente populacional e para os receptores mediante a “entrada de trabalhadores qualificados ou de mão de obra barata que preenche lacunas no mercado interno”.<sup>266</sup>

Até mesmo porque, na visão de Edu Morais de Souza:

Controlar e vigiar as fronteiras acarreta, sobretudo, o aumento expressivo de número de mortes nas travessias, uma vez que os migrantes têm de optar por caminhos mais remotos e ariscados, além de empurrar as pessoas para situações de irregularidade, já que o acesso aos vistos requer cada vez mais procedimentos burocráticos e, portanto, maior tempo de espera, inclusive para aqueles inseridos nas categorias de refugiados e asilados.<sup>267</sup>

Aliás, há que se visualizar as migrações de maneira diferenciada, já que se trata de migrações contemporâneas, que não são movidas pelos mesmos ideais de outrora. Devido a globalização (especialmente a cultural), os fluxos migratórios que são constituintes do processo de globalização estão hoje “sendo remodelados e ressignificados continuamente”.<sup>268</sup>

Há uma diversidade crescente de origens de migrantes, e os motivos pelos quais migram não é apenas o de residir em um país que seja mais desenvolvido que o seu. À respeito tem-se que “dentre os migrantes internacionais, que somam na atualidade aproximadamente 215 milhões, apenas 37% partem dos países em desenvolvimento para os desenvolvidos”.<sup>269</sup> Como aponta o relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento de 2009:

A maior parte das migrações ocorre entre países com o mesmo nível de desenvolvimento: cerca de 60% dos migrantes desloca-se ou entre países em desenvolvimento, ou entre países desenvolvidos (os restantes 3% referem-se a deslocamentos de países desenvolvidos para países em desenvolvimento).<sup>270</sup>

Desta feita, a dinâmica migratória deve ser encarada de outra forma, que também não exclusivamente o assentamento definitivo dos migrantes, vez que devido “a dinamicidade e efemeridade dos processos globalizantes, sobretudo na fluidez das relações de trabalho”, as migrações tem assumido traços de temporariedade e de circulação, refletindo o estilo de vida que o capitalismo vigente exige, em uma grande parte dos casos.<sup>271</sup>

Destarte, muitos são os desafios e potenciais a serem superados e conquistados pelos governos no que se refere às políticas migratórias. A dinâmica e a complexidade do assunto requerem um maior e melhor comprometimento, devendo ser objeto de análise com o

<sup>266</sup> MARINUCCI, Roberto. [s/d]b.

<sup>267</sup> SOUZA, Edu Morais de, 2013. p.106.

<sup>268</sup> Id. Ibidem, p.101.

<sup>269</sup> Id. Ibidem, p.23.

<sup>270</sup> PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2009: Ultrapassar Barreiras: Mobilidade e desenvolvimento humanos**. 2009. Disponível em: <[http://hdr.undp.org/en/media/HDR\\_2009\\_PT\\_Complete.pdf](http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2009_PT_Complete.pdf)>. Acesso em: 20 jun. 2013. p.21.

<sup>271</sup> SOUZA, Edu Morais de, 2013. p.103.

único objetivo de efetivamente resolver a questão, e não de agradar comunidades detentoras de poder.

Assim sendo, os principais novos desafios referem-se à configuração das políticas migratórias, às novas estratégias no âmbito econômico (suas relações com o fluxo de migrantes e as respectivas políticas), “à ampliação dos atores políticos no cenário global e às intensificações das demandas por direitos sociais e políticos de um número cada vez maior de migrantes ‘visíveis’ e ‘invisíveis’”.<sup>272</sup>

Quanto ao caso específico dos bolivianos, vê-se que a política migratória vigente não lhes cabe em sua totalidade. Somente se submetem a ela se em condições não amparadas pelo Acordo de Residência entre os Estados Parte do MERCOSUL mais Bolívia e Chile, qual sejam as de permanência sem o requerimento de autorização (já que basta ser nativo de um desses países para obtê-la) e a continuidade no território brasileiro passados os 2 anos de residência temporária, sem a requisição de transformá-la em permanente.

O principal artifício utilizado pelos coiotes/oficinistas é a enganação. Como a política nacional é conhecidamente restritiva, utilizam-se destas informações (que não se aplicariam ao caso deles se pedissem a residência ou se fossem enquadrados como vítimas de tráfico) para que não se exponham ou requeiram seus direitos.

A falta de informação e de uma maior fiscalização por parte do Ministério do Trabalho (que também pode e em muitos casos tem sido feita em conjunto com o Ministério Público do Trabalho, Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal) na localização destas oficinas propicia a ação destes infratores, além de ajudar a perpetuar esta bola de neve, onde cada vez mais bolivianos adentram o território nacional e são explorados desumanamente.

Mostra-se necessária neste âmbito, “uma forte ação de fiscalização e prevenção, sobretudo mediante um trabalho de conscientização e educação, tanto da população vulnerável quanto das pessoas que, direta ou indiretamente, podem estar envolvidas nestes mecanismos de exploração”.<sup>273</sup> Ainda neste sentido, seria de grande valia a existência de um canal de televisão voltado para estes bolivianos que divulgasse todos os direitos que possuem.

A impunidade é, também, fator determinante na perpetuação desta situação. Tanto é que é frequentemente apontada como situação que alimenta não só a prática do tráfico, mas também a tolerância/indiferença em relação a este crime. Marinucci, inclusive, destaca: “Não é por acaso que nos últimos anos, no Brasil, várias empresas de ampla difusão nacional e

<sup>272</sup> SOUZA, Edu Morais de, 2013. p.105.

<sup>273</sup> CSEM, 2008. Disponível em: <[http://www.csem.org.br/2008/trafico\\_de\\_pessoas\\_quais\\_sao\\_as\\_estrategias\\_de\\_combate.pdf](http://www.csem.org.br/2008/trafico_de_pessoas_quais_sao_as_estrategias_de_combate.pdf)>. Acesso em: 07 de junho de 2013. p.2.

internacional tenham sido acusadas de utilizar trabalhadores em condições análogas à escravidão”.<sup>274</sup>

A informação e a educação atuam, neste sentido, como meios aptos a retirar uma pessoa da condição de vulnerabilidade. Há que se assegurar, evidentemente, os meios físicos de subsistência destes migrantes nos seus próprios países de origem, para que não encontrem motivos desta natureza para migrar.<sup>275</sup>

Neste sentido, almeja-se que seja ratificada a “Convenção Internacional sobre proteção dos direitos de todos os trabalhadores migrantes e de seus familiares”, que até mesmo por sua aplicabilidade universal, terá seus direitos melhor divulgados e difundidos na sociedade global, não restando dúvidas para quem quer que seja de que possui os direitos inerentes de sua condição humana, superando qualquer forma deletéria de assistencialismo por parte dos Estados receptores. Da ratificação desta Convenção (e ainda que não se ratifique), almeja-se uma Nova lei de Estrangeiro que seja plena em assegurar os direitos humanos do cidadão do mundo em território brasileiro. Almeja-se, ainda, a implementação de políticas públicas mais equitativas e distributivas, que alcancem a redução das disparidades econômicas em nível tanto nacional quanto internacional, e que se continue atuando no combate à exploração e escravização de trabalhadores estrangeiros, bem como na luta contra o tráfico humano.

Por fim, almeja-se que nos tempos vindouros a necessidade da modificação a nível estrutural das políticas migratórias se torne mais evidente, que seja apercebida de forma natural, e apoiada por um maior número de pessoas, conscientes da falta de razoabilidade em abrigarem pensamentos e condutas xenofóbicas e preconceituosas.

Sonha-se com uma humanidade que se reconheça irmã, em que as pessoas se apercebam como singelos atores de uma realidade muito maior que seus pensamentos egoístas e limitados de propriedade e exclusividade de direitos. Que não mais vejam nas fronteiras barreiras, e sim pontes que conectam universos muito distintos, mas detentores de igual inefável beleza e mistérios humanísticos a serem desvendados.

---

<sup>274</sup> MARINUCCI, Roberto. **Tráfico de Pessoas: é possível combater?**. [s/d]c. Disponível em: <[http://www.csem.org.br/images/downloads/artigos/Trafico\\_de\\_Pessoas\\_%C3%A9\\_poss%C3%ADvel\\_combater.pdf](http://www.csem.org.br/images/downloads/artigos/Trafico_de_Pessoas_%C3%A9_poss%C3%ADvel_combater.pdf)>; Acesso em: 07 jun. 2013.

<sup>275</sup> Id. Ibidem.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando-se o crescimento dos fluxos migratórios e o crescente êxodo nas terras bolivianas de nacionais para o Brasil e para o mundo, observa-se uma série de elementos envolvidos e que acabam por pintar uma realidade horrível.

A falta de condições de se viver bem nas suas terras somada à falta de acesso à educação e a informação são os principais meios utilizados por estes traficantes, que em meio a este cenário tiram proveitos de ordem econômica e apenas contribuem para uma piora da condição de vida dessas pessoas.

Desde a passagem das fronteiras até a estabilização financeira no país, este grupo de pessoas passa por verdadeiras provações, sejam elas de ordem de saúde, de alimentação, de conforto e até mesmo de liberdade.

Passam a vivenciar uma vida cheia de medos e receios, onde o mundo se reduz às oficinas de costura e a casa onde moram (que costuma estar anexa a este estabelecimento).

A existência de direitos trabalhistas não é nem sequer cogitada e, sob ameaças de deportação, vivem suas vidas, alimentando sonhos distantes e que se mostram bastante caros.

Seus direitos ficam, então, à mercê da fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego (na maior parte dos casos), que quando conseguem desvendar a localização destas oficinas travam Termos de Ajustamentos de Conduta, com o fito de se ver ressarcida toda prestação de trabalho não paga devidamente.

O Acordo de Residência entre os Estados Parte do MERCOSUL se mostrou bastante tímido ao tratar do assunto ainda que o tenha regulado devidamente. A afirmativa de que os imigrantes em condição de irregularidade não teriam seus direitos trabalhistas desrespeitados é bastante transformadora de realidades, mas lhe faltou todo o aparato logístico e prático para que lhe oferecesse a chance de ser observada.

Devido o fato destes migrantes não se enquadrarem restritivamente à condição de meros migrantes, a aplicação da legislação sobre o tráfico de pessoas e migrantes lhes é possível e necessária, haja vista que sua entrada no país não se dá de forma autônoma, sendo na grande maioria das vezes facilitada pelos chamados coiotes.

Uma vez dentro do país, seguem o sonho de uma vida melhor e se vinculam a estes, dando início a uma relação de dependência e cárcere.

A informalidade do emprego é, sem dúvida, um óbice à efetivação dos direitos. A grande pressão sobre o mercado de trabalho amplia a informalidade e o desemprego, não só no Brasil como no mundo, dando vazio ao sucesso deste tipo de empreendimento ilegal.

A falta de conscientização e preocupação por parte das grandes empresas contratantes destas oficinas é um dos elementos responsáveis pela perpetuação desta atividade, que vê na impunidade um ambiente propício para o seu exercício.

Ainda que existam diversos instrumentos jurídicos (acordos e algumas previsões legais) sobre o assunto, viu-se que estes não tem se mostrado suficientes na contenção dessas atividades. As assertivas ali transcritas não possuem força no plano prático, deixando bastante a desejar quando o assunto é este.

Por intermédio do estudo e análise dos Acordos firmados pelo Brasil deste viés concluiu-se que, na realidade, as boas intenções ali demonstradas em pouco correspondem com a realidade que até hoje segue.

A necessidade de mudanças nas políticas migratórias se torna bastante evidente, já que é a dificuldade de entrada e permanência no país que justifica a necessidade de auxílio de traficantes/coiotes neste processo. Toda a burocratização e a necessidade de preenchimento de requisitos (que correspondam com os interesses econômicos estatais) para se firmar de forma legal e permanente no país se constituem em verdadeiras barreiras para o livre trânsito destes migrantes que veem no Brasil uma oportunidade de melhoria de vida.

Ainda que esta política não se aplique em sua totalidade para o caso dos bolivianos, a revogação do Acordo de Residência entre os membros do MERCOSUL é uma possibilidade que não se descarta, já que pouco deste mundo globalizado se mostra insuscetível de alterações supervenientes. Desta forma, viu-se que esta política deve ser repensada, de forma a se tornar condizente com os preceitos que o país abraça quando registra sua assinatura nos acordos internacionais.

Analisaram-se muitos dos desafios e potencialidades das políticas migratórias, e constatou-se que este campo tem sido influenciado demasiadamente pelos grupos de pressão. Observou-se que é este jogo de interesses, objetivando unicamente a reeleição, que tem deixado uma boa política migratória a ver navios. Desta forma, conclui-se que muito dos impasses nesta área migratória se deve a estes interesses políticos, que visam se mostrar corroboradores da opinião pública (que teme a presença de estrangeiros em território brasileiro devido a preconceitos e xenofobias) ao mesmo tempo que se mostram defensores das causas sociais e dos direitos humanos.

O resultado é a política migratória que vigora, que ora concede direitos, ora os restringe.

Como proposta resolutória para o caso específico (bolivianos no Brasil), apresentou-se a disseminação de informação dos direitos que possuem, a conscientização e educação não só da população vulnerável, mas também das pessoas que, direta ou indiretamente podem se envolver nestes mecanismos de exploração, a criação de um canal de televisão que informasse os bolivianos de seus direitos (na língua espanhola, evidentemente), uma maior fiscalização por parte do Ministério do Trabalho e Emprego (juntamente com o Ministério Público do Trabalho, Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal) na localização destas oficinas, combatendo a impunidade (fator igualmente determinante na perpetuação desta situação), a ratificação da “Convenção Internacional sobre proteção dos direitos de todos os trabalhadores migrantes e de seus familiares”, e a consequente uma Nova lei de Estrangeiro que seja plena em assegurar os direitos humanos do cidadão do mundo em território brasileiro.

Não se deve dispensar, obviamente, a implementação de políticas públicas mais equitativas e distributivas, que alcancem a redução das disparidades econômicas em nível tanto nacional quanto internacional, e que se continue atuando no combate à exploração e escravização de trabalhadores estrangeiros, bem como na luta contra o tráfico humano.

Assim, conclui-se que ainda há muito a se fazer, e que todas as medidas a serem tomadas deverão surgir de um real interesse por parte do governo, por uma conscientização da sociedade e de um sincero desejo de transformação desta realidade tão incoerente com uma sociedade tão avançada como a do séc. XXI.

## REFERÊNCIAS

ADITAL Notícias de América Latina y Caribe. **10 anos do acordo de Livre Transito e Residência no Mercosul**. Disponível em:

<<http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=es&cod=72116>>. Acesso em: 02 jun. 2013.

ALMEIDA, Paulo Sérgio de. Migração e Tráfico de Pessoas. In: WHITE, Ana Guglielmelli et al. **Refúgio, Migrações e Cidadania**. Cidade: Instituto Migrações e Direitos Humanos, 2012. p. 43-49.

ALMEIDA, Paulo Sérgio. **Política Nacional de Imigração e Proteção ao Trabalhador Migrante (Proposta)**. Disponível em: < <http://www.mte.gov.br/politicamigrante/>>. Acesso em: 16 jun. 13.

BASSO, Maristela. **Integração da econômica e institucionalização**: as experiências do Mercosul e da União Européia. [s/d]. Disponível em

<<http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/integração-econômica-e-institucionalização-experiências-do-mercosul-e-da-união-européia>>. Acesso em: 25 de maio de 2013.

BBC BRASIL. **Sem Paraguai, Mercosul oficializa entrada da Venezuela**. Disponível em: <[http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/07/120731\\_mercosul\\_venezuela\\_jf.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/07/120731_mercosul_venezuela_jf.shtml)>. Acesso em: 27 maio 2013.

BOLIVIA.COM. **Cambio de Moneda**. Disponível em:

<[http://www.bolivia.com/cambio\\_moneda/](http://www.bolivia.com/cambio_moneda/)> . Acesso em: 02 jun. 2013.

BOUCINHAS FILHO, Jorge Cavalcanti; BARBAS, Leandro Moreira Valente. **Migração de Trabalhadores para o Brasil**: aspectos teóricos e práticos. São Paulo: Saraiva, 2013. 297 p. p.29.

BRASIL. **Consolidação das Leis de Trabalho (CLT)**. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del5452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm)> . Acesso em: 08 de junho de 2013.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 08 de junho de 2013

\_\_\_\_\_. Decreto n. 5.016, de 12 de março de 2004. Promulga o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, relativo ao Combate ao Tráfico de Migrantes por Via Terrestre, Marítima e Aérea. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5016.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5016.htm)>. Acesso em: 18 jun. 2013.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 5.017, de 12 de março de 2004. Promulga o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5017.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5017.htm)>. Acesso em: 18 jun. 2013.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 6.975, de 7 de outubro de 2009. Promulga o Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercado Comum do Sul – Mercosul, Bolívia e Chile, assinado por ocasião da XXIII Reunião do Conselho do Mercado Comum, realizada em

Brasília nos dias 5 e 6 de dezembro de 2002.. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6975.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6975.htm)>. Acesso em: 27 maio 2013.

\_\_\_\_\_. Decreto n.5.016, de 12 de março de 2004. Promulga o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, relativo ao Combate ao Tráfico de Migrantes por Via Terrestre, Marítima e Aérea. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5016.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5016.htm)>. Acesso em: 07 de junho de 2013.

\_\_\_\_\_. Decreto n.6.975, de 7 de outubro de 2009. Promulga o Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercado Comum do Sul – Mercosul, Bolívia e Chile, assinado por ocasião da XXIII Reunião do Conselho do Mercado Comum, realizada em Brasília nos dias 5 e 6 de dezembro de 2002.. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6975.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6975.htm)>. Acesso em: 27 maio 2013

\_\_\_\_\_. Decreto n.7.953, de 12 de março de 2013. Promulga o Acordo Sobre Tráfico Ilícito de Migrantes Entre os Estados Partes do Mercosul, Firmado em Belo Horizonte, em 16 de Dezembro de 2004, Com as Correções Contidas do Texto da Fe de Erratas ao Acordo, Firmado em 28 de Junho de 2007.

\_\_\_\_\_. Lei n. 6.964, de 09 de dezembro de 1981. Altera disposições da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, que "define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração, e dá outras providências". Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6964.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6964.htm)>. Acesso em: 03 jun. 2013.

BRASIL.GOV.BR. **Blocos Políticos e Econômicos**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/sobre/o-brasil/brasil-no-exterior/blocos-politicos-e-economicos>>. Acesso em: 03 jun. 2013.

CACCIAMALI, Maria Cristina; AZEVEDO, Flávio Antonio Gomes de. Entre o tráfico humano e a opção da mobilidade social: a situação dos imigrantes bolivianos na cidade de São Paulo. **PROLAM/USP**, São Paulo, v. 1, ano 5, 2006. Disponível em: [www.usp.br/prolam/downloads/2006\\_1\\_7.pdf](http://www.usp.br/prolam/downloads/2006_1_7.pdf). Acesso em: 1º de junho de 2013.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. **Relatório Final Da Comissão Parlamentar De Inquérito Para Apurar A Exploração De Trabalho Análogo Ao De Escravo**. São Paulo, 2006. Disponível em: <[http://www1.camara.sp.gov.br/central\\_de\\_arquivos/vereadores/CPI-TrabalhoEscravo.pdf](http://www1.camara.sp.gov.br/central_de_arquivos/vereadores/CPI-TrabalhoEscravo.pdf)>. Acesso em: 07 de junho de 2013.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **The World Fact Book**. Geography of Brazil. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/br.html>>. Acesso em: 03 jun. 2013.

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS. **Populações e políticas sociais no Brasil: os desafios da transição demográfica e das migrações internacionais**. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2008. Disponível em:<<http://www.cgee.org.br/atividades/redirect.php?idProduto=5019>>. Acesso em: 07 jun. 2013.

CENTRO SCALABRINIANO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS DE BRASÍLIA (CSEM). **MIGRAÇÕES E POBREZA Pobreza produz migração. Migração contratas a pobreza?**. Disponível em:



<[http://www.csem.org.br/images/downloads/artigos/editorial\\_Resenha\\_n.63.pdf](http://www.csem.org.br/images/downloads/artigos/editorial_Resenha_n.63.pdf)>. 2006. Acesso em: 07 de junho de 2013.

\_\_\_\_\_. Migrações Internacionais: Novos fluxos e políticas seletivas. **Resenha Migrações na Atualidade**, n.62. 2006. Disponível em:

<[http://www.csem.org.br/images/downloads/artigos/editorial\\_Resenha\\_n.62.pdf](http://www.csem.org.br/images/downloads/artigos/editorial_Resenha_n.62.pdf)>. Acesso em: 16 jun. 2013.

\_\_\_\_\_. **Tráfico de pessoas: quais são as estratégias de combate?** 2008. Disponível em:

<[http://www.csem.org.br/2008/trafico\\_de\\_pessoas\\_quais\\_sao\\_as\\_estrategias\\_de\\_combate.pdf](http://www.csem.org.br/2008/trafico_de_pessoas_quais_sao_as_estrategias_de_combate.pdf)>. Acesso em: 07 de junho de 2013.

CHEREM, Monica Teresa Costa Sousa. A situação dos imigrantes ilegais no continente americano. **Novos Estudos Jurídicos**. Itajaí, n.2, p.435-449, 2005.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE AS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS. **As migrações num mundo interligado: Novas linhas de ação::** Relatório da comissão mundial sobre as migrações internacionais. [s.l.]: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005. 96 p. Disponível em: <<http://www.gulbenkian.pt/media/files/fundacao/Benefic%C3%Aancia/forum%20imigra%C3%A7%C3%A3o/GCIMReport.pdf>>. Acesso em: 8 jun. 2013.

CYMBALISTA, Renato; XAVIER, Iara Rolnik. A comunidade boliviana em São Paulo: definindo padrões de territorialidade. **Cadernos Metrópole**, n.17 , p.119-133, 1º sem. 2007.

DIREITONET. **TST garante direito de ação a trabalhador estrangeiro**. Disponível em: <[www.direitonet.com.br/noticias/exibir/9552/TST-garante-direito-de-acao-a-trabalhador-estrangeiro](http://www.direitonet.com.br/noticias/exibir/9552/TST-garante-direito-de-acao-a-trabalhador-estrangeiro)>. Acesso em: 09 de junho de 2013

FOLHA DE S. PAULO. **28 bolivianos são resgatados de oficina de costura na zona leste de SP**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/1251172-28-bolivianos-sao-resgatados-de-oficina-de-costura-na-zona-leste-de-sp.shtml>>. Acesso em: 07 de junho de 2013.

\_\_\_\_\_. **Bolivianos em SP obtêm carteira profissional e indenização de R\$ 25 mil**.

Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/1251104-bolivianos-em-sp-obtem-carteira-profissional-e-indenizacao-de-r-25-mil.shtml>>. Acesso em: 07 de junho de 2013.

\_\_\_\_\_. **Bolivianos resgatados recebiam R\$ 1,20 por calça e só falavam entre si**.

Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/1251109-bolivianos-resgatados-recebiam-r-120-por-calca-e-so-falavam-entre-si.shtml>>. Acesso em: 07 de junho de 2013.

\_\_\_\_\_. **Mercosul confirma negociações para integrar o Equador ao bloco**. Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2013/05/1273875-mercosul-confirma-negociacoes-para-integrar-o-equador-ao-bloco.shtml>>. Acesso em: 27 maio 2013.

FREITAS, Patrícia Tavares de. “Imigração boliviana para São Paulo e setor de confecção - em busca de um paradigma analítico alternativo”. In: BAENINGER, Rosana (Org.).

**Imigração Boliviana no Brasil**. Campinas: Núcleo de Estudos de População - Nepo/unicamp; Fapesp; Cnpq; Unfpa, 2012. 316 p.

G1.GLOBO.COM. Profissão Repórter. **A longa fila de imigrantes que querem entrar no país. O caminho dos trabalhadores até as oficinas de costura**. Disponível em:

<<http://g1.globo.com/profissao-reporter/noticia/2013/04/esquema-de-exploracao-do-trabalho-de-bolivianos-no-brasil-e-revelado.html>> Acesso em: 06 de junho de 2013.

ILLES, Paulo; TIMÓTEO, Gabrielle Louise Soares; FIORUCCI, Elaine da Silva. **Tráfico de Pessoas para fins de exploração do trabalho na cidade de São Paulo**. [s/d]. Disponível em: <[www.scielo.br/pdf/cpa/n31/n31a10.pdf](http://www.scielo.br/pdf/cpa/n31/n31a10.pdf)>. Acesso em: 18 jun. 2013.

INSTITUTO MIGRAÇÕES E DIREITOS HUMANOS. **Quem são**. Disponível em: <<http://www.migrante.org.br/IMDH/ControlConteudo.aspx?area=8d00b920-e735-4147-87a6-c1caa8feb528>> Acesso em: 6 jun. 2013

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICAS. Disponível em: <<http://www.ine.gov.bo/indice/general.aspx?codigo=41201>> . Acesso em: 02 jun. 2013.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. Disponível em: < <http://www.imf.org>>. Acesso em: 03 jun. 2013.

LIMA, Firmino Alves. Direitos Humanos dos Migrantes. In: FREITAS JUNIOR, Antonio Rodrigues de (Org.). **Direito do trabalho e direitos humanos**. São Paulo: BH Editora e Distribuidora de Livros, 2006. 576 p.

MANDALOZZO, Silvana Souza Netto. Dano moral no Direito do Trabalho. **Revista Jurídica da UEPG**. Disponível em: <<http://www.buscalegis.ufsc.br/revistas/files/journals/2/articles/23491/public/23491-23491-1-PB.pdf>>. Acesso em 08 de junho de 2013.

MARINUCCI, Roberto. **Tráfico de pessoas: alguns esclarecimentos conceituais**. [s/d]a. Disponível em: <[http://www.csem.org.br/images/downloads/artigos/Tr%C3%A1fico\\_de\\_Pessoas\\_alguns\\_esclarecimentos\\_conceituais.pdf](http://www.csem.org.br/images/downloads/artigos/Tr%C3%A1fico_de_Pessoas_alguns_esclarecimentos_conceituais.pdf)>. Acesso em: 07 de junho de 2013.

\_\_\_\_\_. **Tráfico de Pessoas: é possível combater?**. [s/d]c. Disponível em: <[http://www.csem.org.br/images/downloads/artigos/Trafico\\_de\\_Pessoas\\_%C3%A9\\_poss%C3%ADvel\\_combater.pdf](http://www.csem.org.br/images/downloads/artigos/Trafico_de_Pessoas_%C3%A9_poss%C3%ADvel_combater.pdf)>; Acesso em: 07 jun. 2013.

\_\_\_\_\_. **Paradigmas de Políticas Migratórias e o Brasil**. [s/d]b. Disponível em: <<http://www.csem.org.br/images/downloads/2009/12/Paradigmas-de-pol%C3%ADticas-migrat%C3%B3rias-e-o-Brasil-Roberto.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2013.

MERCOSUL. **Acuerdo Sobre Residencia Para Nacionales De Los Estados Partes Del Mercosur**. Disponível em: <[http://www.mercosur.int/innovaportal/file/3963/1/2002\\_acuerdoresidencianacmcs\\_es.pdf](http://www.mercosur.int/innovaportal/file/3963/1/2002_acuerdoresidencianacmcs_es.pdf)>. Acesso em: 27 maio 2013.

\_\_\_\_\_. **Protocolo De Cooperação E Assistência Jurisdicional Em Matéria Civil, Comercial, Trabalhista E Administrativa (Pr. De Las Leñas)**. Disponível em: <[http://www.mercosur.int/msweb/Normas/Tratado%20e%20Protocolos/CMC\\_1992\\_Dec\\_005\\_PT\\_ProtocoDasLe%C3%B1as.pdf](http://www.mercosur.int/msweb/Normas/Tratado%20e%20Protocolos/CMC_1992_Dec_005_PT_ProtocoDasLe%C3%B1as.pdf)>. Acesso em: 09 de junho de 2013.

MEZZOMO, Leocádia. **O Tráfico Humano**. [s/d]. Disponível em: <[http://csem.org.br/images/downloads/artigos/O\\_TR%C3%81FICO\\_\\_HUMANO\\_.pdf](http://csem.org.br/images/downloads/artigos/O_TR%C3%81FICO__HUMANO_.pdf)>; Acesso em: 21 jun. 2013.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Política Nacional**. Disponível em: <[http://portal.mj.gov.br/main.asp?View={E8833249-5827-4772-BDC6-D7F1D880AD41}&Team=&params=itemID={E7D2E598-45CF-4D1E-9498-6A005A1F20C3}&UIPartUID={2868BA3C-1C72-4347-BE11-A26F70F4CB26}](http://portal.mj.gov.br/main.asp?View={E8833249-5827-4772-BDC6-D7F1D880AD41}&Team=&params=itemID={E7D2E598-45CF-4D1E-9498-6A005A1F20C3}&UIPartUID={2868BA3C-1C72-4347-BE11-A26F70F4CB26}>)>. Acesso em: 18 jun. 13

\_\_\_\_\_. **Permanência.** Disponível em:

<<http://portal.mj.gov.br/main.asp?View=%7BA1BC41DE-C501-4FD4-8651-4891730652C3%7D&Team=¶ms=itemID=%7B7E11F037-1651-4349-930F-BAC2F3BEBA50%7D;&UIPartUID=%7B2868BA3C-1C72-4347-BE11-A26F70F4CB26%7D>>. Acesso em: 02 jun. 2013.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Base Estatística** – CGI: Autorizações de trabalho permanentes. Disponível em:

<<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D3DCADFC3013EB3ED280B61EB/3%20-%20Autoriza%C3%A7%C3%B5es%20concedidas%20pela%20CGI%20para%20trabalho%20permanente.pdf>>. Acesso em: 03 jun. 2013.

\_\_\_\_\_. **Base Estatística** – CGI: Autorizações de trabalho temporário. Disponível em:

<<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D3DCADFC3013EB3ED265361AF/2%20-%20Autoriza%C3%A7%C3%B5es%20concedidas%20pela%20CGI%20para%20trabalho%20tempor%C3%A1rio.pdf>>. Acesso em: 03 jun. 2013.

\_\_\_\_\_. **Base Estatística** – CGI: Autorizações concedidas por situação para países da América do Sul. Disponível em:

<<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D3DCADFC3013EB3D9DE62295A/5.3%20-%20Autoriz%C3%A7%C3%B5es%20concedidas%20para%20pa%C3%ADses%20da%20Am%C3%A9rica%20do%20Sul.pdf>>. Acesso em: 03 jun. 2013.

\_\_\_\_\_. **Base Estatística** – CGI: Resumos Gerais. Disponível em:

<<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D3DCADFC3013EB3ED22E66136/1%20-%20Resumo%20Geral%20%E2%80%93%20Rela%C3%A7%C3%A3o%20das%20autoriza%C3%A7%C3%B5es%20de%20trabalhos%20concedidas%20pela%20CGI.pdf>>. Acesso em: 03 jun. 2013.

\_\_\_\_\_. **Como Trabalhar nos Países do MERCOSUL:** Guia Dirigido aos Nacionais dos Estados Partes do MERCOSUL. – Brasília: MTE, 2010. Disponível em:

<[http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812E0556D0012E111F758F013F/cartilha\\_trabalho\\_mercosul\\_port.pdf](http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812E0556D0012E111F758F013F/cartilha_trabalho_mercosul_port.pdf)>. Acesso em: 9 jun. 2013.

\_\_\_\_\_. **Manual de Combate ao Trabalho em Condições Análogas às de Escravo.** 2011. Disponível em:

<<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A350AC88201350B7404E56553/combate%20trabalho%20escravo%20WEB.PDF>>. Acesso em: 07 de junho de 2013.

\_\_\_\_\_. Resolução Normativa 93: Dispõe sobre a concessão de visto permanente ou permanência no Brasil a estrangeiro considerado vítima do tráfico de pessoas. Disponível em:

<[http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812D5CA2D3012D60D125BF0640/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20Normativa%20n%C2%BA%2093,%20de%2021\\_12\\_2010.pdf](http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812D5CA2D3012D60D125BF0640/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20Normativa%20n%C2%BA%2093,%20de%2021_12_2010.pdf)>. Acesso em: 07 de junho de 2013.

\_\_\_\_\_. **Trabalho escravo na cadeia produtiva das Casas Pernambucanas: MPT promove ação judicial e pede 5 milhões de indenização.** Disponível em:

<[http://portal.mpt.gov.br/wps/portal/portal\\_do\\_mpt/comunicacao/noticias/conteudo\\_noticia!/ut/p/c4/04\\_SB8K8xLLM9MSSzPy8xBz9CP0os3hH92BPJydDRwN\\_E3cjA88QU1N3L7OgMC93I\\_2CbEdFAAovLRY!/?WCM\\_GLOBAL\\_CONTEXT=/wps/wcm/connect/mpt/portal+do+mpt/comunicacao/noticias/trabalho+escravo+na+cadeia+produtiva+das+casas+pernambucanas](http://portal.mpt.gov.br/wps/portal/portal_do_mpt/comunicacao/noticias/conteudo_noticia!/ut/p/c4/04_SB8K8xLLM9MSSzPy8xBz9CP0os3hH92BPJydDRwN_E3cjA88QU1N3L7OgMC93I_2CbEdFAAovLRY!/?WCM_GLOBAL_CONTEXT=/wps/wcm/connect/mpt/portal+do+mpt/comunicacao/noticias/trabalho+escravo+na+cadeia+produtiva+das+casas+pernambucanas)>. Acesso em: 09 de junho de 2013.

MOULIN, Carolina. Eppur si Mouve: Mobilidade Humana, Cidadania e Globalização. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 1, p.10, janeiro/junho 2011. Disponível em: <<http://contextointernacional.iri.puc-rio.br/media/v33n1a0.pdf>>. Acesso em: 24 maio 2013.

NICOLI, Pedro Augusto Gravatá. A proteção jurídica do trabalhador estrangeiro como exercício de alteridade. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**. Belo Horizonte, v.48, n.78, p. 113-121, jul./dez. 2008.

O ESTRANGEIRO. **Colômbia adere ao Acordo de Residência do Mercosul**. Disponível em: <<http://oestrangeiro.org/2012/08/30/colombia-adere-ao-acordo-de-residencia-e-livre-transito/>>. Acesso em: 27 maio 2013.

OLIVEIRA, Gabriela Camargo de; BAENINGER, Rosana. “A segunda geração de bolivianos na cidade de São Paulo”. In: BAENINGER, Rosana (Org.). **Imigração Boliviana no Brasil**. Campinas: Núcleo de Estudos de População - Nepo/unicamp; Fapesp; Cnpq; Unfpa, 2012. 316 p.

OLIVEIRA, Odete Maria de. **União Européia: processos de integração e mutação**. Curitiba: Juruá, 2005.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DE MIGRAÇÃO (IOM). **Facts & Figures**. Disponível em <<http://www.iom.int/cms/en/sites/iom/home/about-migration/facts--figures-1.html>>. Acesso em: 8 de maio de 2013.

\_\_\_\_\_. **Glosario sobre Migracion**. Derecho Internacional sobre Migración, n.7. Ginebra, 2006. Disponível em: <<http://joomla.corteidh.or.cr:8080/joomla/images/stories/Observaciones/11/Anexo%204.pdf>>. Acesso em: 07 de junho de 2013. p.26, tradução nossa.

\_\_\_\_\_. **Perfil Migratorio de Bolivia**. 2011. Disponível em: <[http://publications.iom.int/bookstore/free/Perfil\\_Migratorio\\_de\\_Bolivia.pdf](http://publications.iom.int/bookstore/free/Perfil_Migratorio_de_Bolivia.pdf)>. Acesso em: 02 jun. 2013.

PATARRA, Neide Lopes. Migrações Internacionais de e para o Brasil contemporâneo: volumes, fluxos, significados e políticas. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 19, n. 3, p.23-33, jul./set. 2005.

PORTAL DO BRASIL. **País lança novo Plano para Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2013/02/26/pais-lanca-segundo-plano-para-enfrentamento-ao-traffic-de-pessoas>>. Acesso em: 18 jun. 2013.

PORTAL DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **I Plano Nacional**. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/main.asp?View={E8833249-5827-4772-BDC6-D7F1D880AD41}&BrowserType=NN&LangID=pt-br&params=itemID%3D%7B30FB391B-8954-4572-89D5-62D1060D2EF0%7D%3B&UIPartUID={2868BA3C-1C72-4347-BE11-A26F70F4CB26}>>>. Acesso em: 18 jun. 2013.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2009: Ultrapassar Barreiras**: Mobilidade e desenvolvimento humanos. 2009. Disponível em: <[http://hdr.undp.org/en/media/HDR\\_2009\\_PT\\_Complete.pdf](http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2009_PT_Complete.pdf)>. Acesso em: 20 jun. 2013.

**Protocolo Adicional a Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional relativo a Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em especial Mulheres e Crianças (Protocolo de Palermo)**. Disponível em:

<[http://www.santac.org/eng/content/download/584/3540/file/Protocolo de Palermo.pdf](http://www.santac.org/eng/content/download/584/3540/file/Protocolo%20de%20Palermo.pdf)>.  
Acesso em: 07 de junho de 2013.

R7 NOTÍCIAS. **Operação flagra 32 bolivianos em situação de escravidão em confecções de costura de SP**. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/sao-paulo/operacao-flagra-32-bolivianos-em-situacao-de-escravidao-em-confeccoes-de-costura-de-sp-23032013>>. Acesso em: 07 de junho de 2013.

REIS, Rossana Rocha. A Política do Brasil para as Migrações Internacionais. **Revista Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 1, p.47-69, janeiro/junho 2011.

SALADINI, Ana Paula Sefrin. **Trabalho e Imigração: os direitos sociais do trabalhador imigrante sob a perspectiva dos direitos fundamentais**. 2011. 285 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência Jurídica do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP, Jacarezinho, 2011.

SANTIM, Valter Foletto. Migração e discriminação de trabalhador. **Revista de Informação Legislativa**. [S.l.], v. 44, n.175, p. 147-153, jul. 2007.

SÃO PEDRO, Bruno Lessa Pedreira. Trabalho escravo e dano moral. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XV, n. 103, ago 2012. Disponível em: <[http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=12084](http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=12084)>. Acesso em: 07 de junho de 2013.

SENADO FEDERAL. **Diário do Senado Federal**: Relatório Parcial nº5, de 2011, da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento nº 226, de 2011, destinada a investigar o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, suas causas, consequências, rotas e responsáveis no período de 2003 e 2011, compreendido na vigência da Convenção de Palermo. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=112094&tp=1>>. Acesso em: 17 jun. 2013.

SILVA, Carlos Freire da. **Trabalho Informal e Redes de Subcontratação: Dinâmicas Urbanas da Indústria de Confecções em São Paulo**. 2008. 147 f. Dissertação (Pós-graduação) - Curso de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SILVA, Ceila Mesquita da. Livre Circulação de trabalhadores no processo integracionista do Mercosul. **Estudos**: revista da universidade católica de Goiás, Goiânia, v. 29, n. 1, p.105-121, jan./fev. 2002.

SILVA, Sidney Antonio da. Bolivianos em São Paulo Dinâmica cultural e processos identitários. In: BAENINGER, Rosana (Org.). **Imigração Boliviana no Brasil**. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp; Fapesp; CNPq; Unfpa, 2012.

\_\_\_\_\_. Bolivianos em São Paulo: entre o sonho e a realidade. **Estudos avançados**, v. 20, n. 57, p. 157-170, 2006.

SOUCHAUD, Sylvain. A imigração boliviana em São Paulo. **Deslocamentos e Reconstruções da Experiência Migrante**. p.267-290, 2010. Disponível em: <[http://halshs.archives-ouvertes.fr/docs/00/55/30/18/PDF/Souchaud\\_NIEM\\_ImigraA\\_A\\_oBolivianaSA\\_oPaulo\\_2009VersA\\_oFinal.pdf](http://halshs.archives-ouvertes.fr/docs/00/55/30/18/PDF/Souchaud_NIEM_ImigraA_A_oBolivianaSA_oPaulo_2009VersA_oFinal.pdf)>. Acesso em: 07 de junho de 2013.

SOUCHAUD, Sylvain; BAENINGER, Rosana. Collas e cambas do outro lado da fronteira: aspectos da distribuição diferenciada da imigração boliviana em Corumbá, Mato Grosso do Sul. **Rev. bras. estud. popul.**, São Paulo, v. 25, n. 2, Dec. 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-30982008000200005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982008000200005&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 24 jun. 2013.

SOUZA, Edu Moraes de. **Migrações e Políticas Migratórias na Globalização: Os desafios político-sociais do Estado**. 2013. 115 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.

SPRANDEL, Marcia Anita. **Políticas migratórias no Brasil no século XXI**. Disponível em: <[http://www.migracion-ue-alc.eu/documents/conf\\_y\\_eventos/2013/Pasantia%20Brasil/Políticas%20migratorias%20no%20Brasil%20do%20seculo%20XXI.pdf](http://www.migracion-ue-alc.eu/documents/conf_y_eventos/2013/Pasantia%20Brasil/Políticas%20migratorias%20no%20Brasil%20do%20seculo%20XXI.pdf)>. Acesso em: 16 jun. 2013.

SYDOW, Evanize. **Bolivianos escravizados em São Paulo**. Relatório Anual, 2003. Disponível em: <<http://www.social.org.br/relatorio2003/relatorio015.htm>>. Acesso em: 07 de junho de 2013.

TEIXEIRA, Andreia Matos. O estrangeiro ilegal e seus direitos frente ao ordenamento jurídico laboral. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 6. Região**. v. 12, n. 28, p.126-129, 2001.

THE WORLD BANK. **Overview**. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/pt/country/brazil/overview>>. Acesso em: 03 jun. 2013.

TOMAS, Lidson José. Em vigência a livre circulação no Mercosul, mais Bolívia e Chile. Direitos de trabalhar, empreender, circular e residir. **Conteúdo Jurídico**, Brasília-DF: 04 dez. 2012. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.40940&seo=1>>. Acesso em: 27 maio 2013.

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. **O Trabalhador Estrangeiro no Brasil**. Disponível em: <[http://www.tst.jus.br/home/-/asset\\_publisher/nD3Q/content/o-trabalhador-estrangeiro-no-brasil](http://www.tst.jus.br/home/-/asset_publisher/nD3Q/content/o-trabalhador-estrangeiro-no-brasil)>. Acesso em: 09 de junho de 2013.

VENTURA, Deysi; ILLES, Paulo. **Qual a política migratória do Brasil?** [s/d]. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1121>>. Acesso em: 15 jun. 2013.

SOUCHAUD, Sylvain; BAENINGER, Rosana. Collas e cambas do outro lado da fronteira: aspectos da distribuição diferenciada da imigração boliviana em Corumbá, Mato Grosso do Sul. **Rev. bras. estud. popul.**, São Paulo, v. 25, n. 2, Dec. 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-30982008000200005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982008000200005&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 24 jun. 2013.

## ANEXOS

### <ANEXO A - Bolivianas e bolivianos no exterior segundo os principais países de destino>

País	Emigrantes	%	Año
Argentina	345.272	48,9	2010
España	222.497	31,5	2009
Estados Unidos de América	99.210	14,0	2010
Brasil	20.388	2,9	2001
Chile	10.919	1,5	2002
Canadá	2.605	0,4	2001
Venezuela	1.810	0,3	2001
México	1.334	0,2	2000
Paraguay	1.062	0,2	2002
Otros destinos	1.411	0,2	2001
<b>TOTAL</b>	<b>706.508</b>	<b>100%</b>	

Fonte: ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DE MIGRAÇÃO (IOM). Perfil Migratorio de Bolivia. 2011.

### <ANEXO B – Bolivianos no Brasil >

Años	Bolivianos en Brasil	% respecto al total de latinoamericanos	% respecto al total de extranjeros
1970	10.712	14,91	0,87
1980	12.980	11,75	1,17
1991	15.694	13,24	2,04
2000	20.388	14,13	2,98

Fonte: ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DE MIGRAÇÃO (IOM). Perfil Migratorio de Bolivia. 2011.

<ANEXO C – Rota e Pontos de Entrada de bolivianos no Brasil>



Fonte: SILVA, Sidney Antonio da. Bolivianos em São Paulo: entre o sonho e a realidade. **Estudos avançados**, v. 20, n. 57, p. 157-170, 2006.